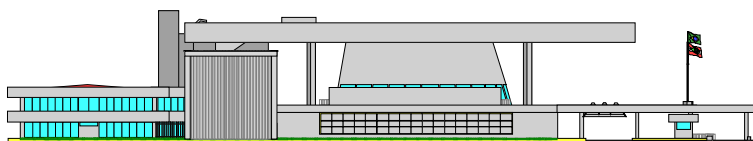


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 29 DE NOVEMBRO DE 2011

NÚMERO 6.361

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherm

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherm - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Angela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

Dado Cherm
José Milton Scheffer
Luciane Carminatti
José Nei Alberton Ascari
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherm
Angela Albino
Sílvio Dreveck
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Cherm

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-
Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
Dado Cherm

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2361 EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 105ª Sessão Ordinária realizada em 22/11/2011 2 Ata da 020ª Sessão Especial realizada em 22/11/2011 6 Ata da 106ª Sessão Ordinária realizada em 23/11/2011 12 Ata da 038ª Sessão Extraordinária realizada em 23/11/2011 21</p> <p>Atos da Mesa Atos da Presidência 28 Atos da Mesa 28</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissão Permanente 30 Portarias 32 Redações Finais 36</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Registra agradecimentos; expõe projeto de sua autoria.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Faz uma panorâmica das questões dos debates internos da Segurança Pública.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença do sr. Enos Nicolau Kersting e do sr. Inácio Carvalho Sales, de Palhoça, e dos alunos do Instituto Crescer, Movimento, Cidadania e Juventude, de Itajaí, que estão visitando a Casa acompanhados da professora Maria Elizabeth Bittencourt.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Parabeniza Tangará pelos eventos esportivos.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Parabeniza o deputado Padre Pedro Baldissera.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Campo Erê, Odilson Vicente de Lima, e do Mauro, servidor da prefeitura de São José.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Faz um pequeno relato de algumas ações que o seu mandato parlamentar está proporcionando à comunidade do vale do Itajaí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Gelson Merisio, nosso grande amigo, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos

acompanham, imprensa falada, escrita e televisada, voltamos a fazer os nossos agradecimentos ao presidente desta Casa, ao deputado Moacir Sopelsa, aos srs. deputados integrantes da Mesa Diretora, aos srs. presidentes das comissões, às sras. deputadas e aos srs. deputados. Quero agradecer, também, aos funcionários desta Casa pela brilhante acolhida e aos meus colegas do colegiado de bancada.

Quero agradecer aos amigos que compareceram à minha posse no dia 16 de novembro, quarta-feira passada; quero agradecer pelos e-mails carinhosos, pelos presentes que mandaram para a minha residência, presentes que continuo recebendo em meu gabinete. E agradeço às pessoas que não puderam comparecer. Enfim, quero agradecer ao povo catarinense pelos telegramas e pelo carinho.

Foram 12 anos de vida pública, mas passei por esta Casa e sempre fui muito bem recebida pelos colegas parlamentares e pelos funcionários. Então, não poderia deixar de novamente reiterar os meus agradecimentos às entidades que também me apoiaram.

Quero também, aproveitando o ensejo, agradecer à bancada do Partido dos Trabalhadores por me ter dado essa oportunidade, deputado Jailson Lima; quero

agradecer aos funcionários que são espetaculares, pois me estão tratando a pão-de-ló, deputada Ana Paula Lima. Eles são muito competentes e carinhosos.

Quero, ainda, agradecer à Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais da Grande Florianópolis, a qual me está convidando para permanecer no conselho diretor da entidade. A nossa querida presidente Iara Regina nos mandou novamente esse convite.

Quero agradecer e confirmar que vou permanecer na entidade e dizer que a nossa posse será realizada no dia 5 de dezembro de 2011, às 19h45, no local Raízes da Casa Festas e Eventos, na Alameda Henrique Olsen, 1.137, em Florianópolis.

Quero informar a todos os meus colegas e ao povo catarinense que de fato, como já havia afirmado anteriormente, no dia 16 retomei o trabalho, após esses nove meses de gestação que fiquei um pouco afastada. Mas volto com todo o vigor, com toda a garra, com toda a vontade, deputado, para atender ao povo catarinense e assistir às comunidades carentes, para as quais fazemos um trabalho consistente. E vamos retomar novamente de onde paramos para dar continuidade, até o momento em que estivermos nesta Casa Legislativa.

Nós protocolamos, srs. deputados e sras. deputadas, um projeto de lei que já deve estar tramitando na comissão de Constituição e Justiça. É um projeto que já encaminhamos duas vezes e não obtivemos sucesso. Mas agora, sr. presidente, deputado Moacir Sopesa, provavelmente temos o pensamento muito positivo de que vamos levar avante e conseguir aprovar esse projeto. Ele cria o serviço social escolar nas escolas públicas do estado de Santa Catarina e dá outras providências. Ele faz com que o assistente social possa atuar de uma maneira extracurricular, para que possa visitar as famílias de baixa renda, cuja renda seja de até três salários mínimos. Esse assistente social irá acompanhar o aluno se porventura não conseguir desenvolver-se bem dentro da sala de aula. Ele poderá também recorrer aos pais, à família, para ver o que está acontecendo com essa criança, para poder dar todo o amparo e toda a assistência, visando à prevenção da evasão e à melhora no desempenho do aluno.

Esse programa visa também prevenir a violência, o uso das drogas e do álcool, porque para tudo tem o seu tempo. Existem crianças que ficam fazendo aquilo que os adultos fazem, ou seja, querem participar disso, mas ainda não é o momento.

Então, esse programa visa à prestação de esclarecimentos e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões no tocante à saúde da criança.

No art. 5º desse projeto está o seguinte: "Articulação com instituições públicas privadas, assistências e organizações comunitárias, com vista ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades".

Então, quero pedir apoio dos deputados integrantes da comissão de Constituição e Justiça. E estarei presente nessa comissão, para participar no

desenrolar desse projeto. Creio que algum deputado já é relator e já recebeu o projeto no seu gabinete.

Então, gostaria que fosse aprovado esse projeto.

Sras. deputadas e srs. deputados, esse projeto poderá ainda resolver problemas, se forem diagnosticados com antecedência, para evitar a evasão escolar; problemas disciplinares; insubordinação e problemas no tocante às atitudes e comportamentos agressivos que os alunos possam apresentar, o chamado *bullying*, assunto este que irei abordar mais tarde quando assomar à tribuna no horário que me foi cedido pelo Partido dos Trabalhadores, pelo deputado Volnei Morastoni.

Será também realizado nesta Casa um seminário, no auditório Antonieta de Barros, inclusive o deputado Joares Ponticelli, autor dessa lei, participará também, no dia 30 de novembro e nos dias 1 e 2 de dezembro. Mas voltarei daqui a pouco.

Muito obrigada pela oportunidade!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesa) - Obrigado, deputada Odete de Jesus.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero fazer uma panorâmica das questões dos debates internos da Segurança Pública, especialmente das instituições militares estaduais, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

Temos avançado no debate sobre as questões que mais nos afligem. Nas últimas duas semanas, a Associação de Praças de Santa Catarina - Aprasc - e a Associação de Oficiais Militares de Santa Catarina - Acors - realizaram outras reuniões, além das que já vínhamos realizando anteriormente, para debater assuntos de interesse das instituições de interesse da Segurança Pública, da defesa da sociedade e também para debater as questões relacionadas às necessidades dos respectivos segmentos, dos policiais e dos bombeiros militares.

Falou-se aqui outro dia que fazer uma unificação, uma aliança, trocando talvez salário por anistia ou somente concordar com a anistia na circunstância de seria pouco legítimo.

É preciso registrar que a Aprasc e a Acors estão conversando desde o começo do ano. A primeira reunião da história das duas entidades como diretorias constituídas, não que os diretores não conversassem anteriormente no início da Aprasc, especialmente nos primeiros anos. Mas foi uma reunião de diretoria das duas entidades, formalmente convocada para esse fim, sendo realizada a primeira no dia 15 de janeiro deste ano. Portanto, não foi uma coisa das últimas duas semanas e sim um processo de debate que já vem de longa data.

Quero registrar também que chegar a entendimentos, dialogar, negociar em cima

de pautas públicas, fazer acordos públicos baseados em questões de interesse público, em hipótese alguma pode ser entendido como algo que seja ilegítimo ou ruim ou nefasto. Pelo contrário. Desde que não haja nada a ser escondido, desde que a intenção seja cristalina, todo acordo, todo debate é legítimo.

É evidente que a aproximação em si, a partir da iniciativa das entidades, primeiro de lideranças das entidades e depois das entidades, restabelece empatias que haviam sido rompidas nos últimos anos, e evidentemente que isso favorece a possibilidade de maior entendimento.

Se está em debate a questão salarial, e está e é necessário que esteja, e, como tenho dito aqui, é uma legítima reivindicação de todos os servidores da área da segurança pública e de todos os trabalhadores, mas na base da segurança pública os salários estão muito ruins, como temos falado. Então, é legítima toda mobilização dos servidores da segurança pública, e que a façam de forma pública e no interesse da coletividade.

Temos debatido questões como salário; carreira de todos os servidores militares do estado; promoção merecida, para evitar que alguém chegue a 40 anos de serviço e não consiga chegar à promoção que merecia em virtude de estrangulamento do quadro; e, evidentemente, anistia. Na questão da anistia o debate avançou mais.

É evidente que um conjunto enorme, imenso, de setores da sociedade tem participado desse debate. Uma centena de Câmaras de Vereadores fez moção de apoio à anistia aos praças punidos e excluídos em virtude do movimento reivindicatório do final de 2008. Registre-se: em virtude do movimento reivindicatório do final de 2008, para que não se faça confusão que venha a prejudicar esse debate. Estamos falando daqueles praças no excepcional comportamento, com uma ficha de serviços prestados à sociedade que orgulharia qualquer servidor da segurança pública.

A anistia para aqueles servidores, para aqueles praças, tem avançado e tem sido defendida pelas Câmaras Municipais, com os praças debatendo isso intensamente no estado inteiro. E nós já definimos como tática, em novembro do ano passado, que em cada região os praças deveriam procurar os oficiais para debater essas questões, todas elas e essa, inclusive. E também por isso se avançou.

O deputado Ismael dos Santos se pronunciou nesta tribuna, algumas semanas atrás, para minha alegria e até emoção. A maioria dos deputados desta Assembleia tem manifestado a vontade nesse sentido, assim como outras autoridades civis do governo do estado e o próprio governador.

Então, existia alguma dificuldade dentro da instituição e, na manhã de hoje, aconteceu a reunião do Conselho Estratégico que reúne todos os coronéis da Polícia Militar. Debaterem outros assuntos, mas esse também estava na pauta. E os ventos que sopram do lado do quartel do comandante da Polícia Militar são emocionantemente alegres. Nós estamos pertinho de dar um importante passo para a

pacificação das instituições de segurança pública.

Por certo vamos debater isso daqui a meia hora, na secretaria de estado da Segurança Pública, onde a Aprasc e a Acors tem agendada uma reunião com o secretário César Augusto Grubba. E por certo esse debate estará na pauta.

Infelizmente, srs. deputados, sras. deputadas e público que nos acompanha, mais um dos nossos companheiros não vai ouvir, ler, saber e emocionar-se com o resultado desse debate, desse esforço, desse trabalho de diálogo tenso que temos feito ao longo dos últimos 12 meses.

(Procede-se à projeção da foto.)

O soldado PM Leandro Rodrigo Niches será sepultado hoje, às 16h. Ele morreu em serviço na tarde de ontem quando ele e os seus companheiros de guarnição abordavam pessoas suspeitas no meu bairro, inclusive, Jardim Zanelatto, na cidade de São José. Ele foi vítima de um acidente, e foi um acidente mesmo ou um incidente: a arma, uma pistola PT40, da Polícia Militar, caiu, disparou, e o projétil atingiu o rosto, transfixando a cabeça desse menino de 25 anos, com cinco anos de Polícia Militar, casado e pai daquela menina que completará dois anos no próximo mês de janeiro.

O companheiro da Aprasc, é evidente, toda a sua turma e todos os praças do 7º Batalhão, estavam juntos naquele tenebroso dezembro, Natal de 2008. E também ele, e perdoem-me usar esse termo, foi considerado um guerrilheiro. Essa expressão alguém usou, absolutamente injusta, cortante para policiais militares que não têm a mínima vontade de ser guerrilheiro.

Esse nosso companheiro será sepultado na tarde de hoje, no momento em que, talvez, estaremos, de forma pública e cristalina, fechando acordos que levem, dentre outras questões, à anistia. E ele também foi um dos punidos - e é evidente que não com a exclusão - em virtude daquele processo.

Essa é a nossa singela homenagem. Não se tem muito a dizer, porque é uma situação de desespero quando acontece da forma como aconteceu com esse nosso companheiro que defendia todas as nossas causas e trabalhava sempre com muito afinco, sim, em defesa da sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença do sr. Enos Nicolau Kersting e do sr. Inácio Carvalho Sales, de Palhoça, do Grupo de Idosos Beira Rio, que estão prestigiando a nossa Casa, no dia de hoje.

Também aproveito para registrar a presença dos alunos do Instituto Crescer, Movimento, Cidadania e Juventude, de Itajaí,

que estão visitando a Casa, acompanhados da professora Maria Elizabeth Bittencourt, que é a coordenadora. Trata-se de um projeto primeiro emprego, primeira oportunidade, e agradecemos a todos pela visita à nossa Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Feito o seu registro, nós também, em nome dos 40 parlamentares, queremos cumprimentar os jovens do Instituto Crescer, Movimento, Cidadania e Juventude, de Itajaí, que nos visitam nesta Casa. Desejo que possam ter um bom proveito e que se sintam em casa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, gostaríamos, na tarde de hoje, de trazer presente um pouco daquilo que tivemos a oportunidade de acompanhar durante as nossas agendas no final da semana que passou e começo desta semana.

Especificamente, falarei de um dos grandes eventos que ano após ano vem marcando a história do voo livre e, de maneira especial, o município de Tangará, no vale do Rio do Peixe, um município pequeno, mas que oferece alternativas extraordinárias no sentido de vivenciar a cultura em diferentes dimensões. Ao mesmo tempo, também oferece à sociedade brasileira a oportunidade de se envolver e participar de competições de várias modalidades do voo livre.

O município de Tangará se destaca por possuir um dos melhores e mais apropriados locais para a prática dessa alternativa esportiva.

Tangará realizou, nesses últimos dias, do dia 12 de novembro ao dia 19 novembro, portanto neste último sábado, o primeiro campeonato brasileiro de voo livre. E aí se obteve a participação de atletas de vários estados da federação. Foram mais de dez estados que, através de vários competidores masculinos e femininos, estiveram lá dando o brilho e contorno dessa primeira competição em nível nacional naquele município, Tangará.

Tive a oportunidade de participar desse momento e, de maneira muito especial, da comemoração da conquista das diferentes premiações que culminaram com aquele bonito e importante evento. Faço menção a esse assunto tendo em vista a solicitação das diferentes categorias de atletas de reconhecer, pelas circunstâncias locais, Tangará como sendo o município do voo livre no estado de Santa Catarina.

Portanto, quero aqui parabenizar a administração daquele município, na pessoa de Robens Rech e da do secretário de Turismo, Roberto Bonemberger, pela extraordinária oportunidade e festividade que realizaram naquele município. Foi uma oportunidade também, não temos dúvida nenhuma, de desenvolver o turismo através do campeonato lá realizado de voo livre e das diferentes competições que nortearam aquele momento.

Quero fazer este registro e, ao mesmo tempo, também parabenizar a municipalidade, as famílias, as pessoas e, de maneira muito especial, aqueles e aquelas que fizeram com que o evento pudesse acontecer.

Há outra questão que quero abordar e que já trouxe presente em outros momentos.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Quero apenas fazer o registro de que se encontra na Assembleia Legislativa um projeto voltado para os adolescentes, principalmente envolvendo Itajaí e toda a nossa região, que é o projeto do Instituto Crescer.

A galeria está ocupada pelos alunos que vieram conhecer os trabalhos da Assembleia Legislativa. Estão aqui presentes também as professoras Beth, Constância, Isaura e o professor Beethoven.

Quero dar o testemunho do trabalho desenvolvido principalmente pelos adolescentes.

Gostaria de registrar a presença dos alunos e dizer que todos são bem-vindos a esta nossa querida Casa do Povo do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, pela gentileza.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Dado Cherem.

Feito este registro importante da participação dos nossos jovens que têm esse grande e importante papel na construção de uma sociedade mais humana, mais igualitária, mais fraterna, quero dizer que espero, acima de tudo, que se construa desenvolva-se cada vez mais a cidadania tão necessária e importante para as transformações que devem acontecer no mundo e na sociedade. Por isso, gostaria de parabenizá-los pelo projeto e, ao mesmo tempo, também desejar que tenham muito êxito e que esta Casa também possa se tornar sempre e cada vez mais um instrumento para contribuir com o desenvolvimento humano e social e na construção da cidadania em todas as relações em que estivermos.

Parabéns para vocês e espero que tenham uma boa estada nesta Casa também.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar - e em outros momentos tenho feito esse registro aqui também - que a bancada federal com assento no Congresso Nacional, através dos deputados federais, das deputadas federais e dos senadores, na tarde de ontem, tem recolhido aqui em Santa Catarina várias demandas importantes para as diferentes regiões do nosso estado. E quero fazer menção a uma, entre tantas que aqui foram elencadas, discutidas e debatidas. E os parlamentares federais, no dia de hoje, estarão num debate ampliado no Congresso Nacional, no sentido de contemplar parte das grandes demandas aqui levantadas para o Plano Plurianual do governo federal e do Orçamento da união.

Uma das grandes prioridades é a saúde, mas quero destacar aqui que existe um compromisso também por parte da

bancada federal de contemplar uma emenda para viabilizar os *campi* da Universidade Federal na fronteira, no extremo oeste.

Para concluir, gostaríamos de dizer que se tem levado essa demanda de uma emenda para contemplar um *campus* no extremo oeste e outro no alto Uruguai. Isso nos parece ser de uma importância vital para que possamos avançar na consolidação desse nosso processo e desse nosso projeto.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do prefeito de Campo Erê, Odilson Vicente de Lima, o nosso conhecido Nego Lima, como todos o tratam lá carinhosamente, e do Mauro, o nosso servidor da prefeitura de São José.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Aldo Schneider, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, é uma satisfação podermos, neste momento, usar a tribuna da Casa do Povo catarinense para enaltecer o trabalho de algumas personalidades que exercem funções públicas e que, através dessas funções públicas, conseguem, com ação e decisão, melhorar a vida dos catarinenses.

Mas antes gostaria de registrar na Casa do Povo de Santa Catarina a presença do presidente do Clube Atlético Tupi, de Gaspar, o Vanderlei Knop, bem como do vice-presidente, o Carlinho. Essa instituição em Gaspar atende a mais de 600 crianças de forma gratuita, envolvendo-as na prática do esporte, o futebol.

Logicamente, é um esforço da comunidade gasparense e também do governo municipal, estadual e de todas as entidades que participam na formação do caráter desses jovens. Quero, de uma forma muito respeitosa, usar a tribuna desta Casa para cumprimentar a presidência, a vice-presidência e toda a diretoria dessa casa, que através do voluntariado, faz a diferença na formação dessas mais de 600 crianças do município de Gaspar.

Gostaria também de fazer um pequeno relato de algumas ações que o nosso mandato parlamentar está proporcionando à comunidade do vale do Itajaí. Recentemente, na última quinta-feira, eu e o deputado Jorge Teixeira estivemos em uma audiência com o governador Raimundo Colombo e o secretário da Saúde Dalmo de Oliveira, ocasião em que levantamos a preocupação com a situação periclitante em que se encontram todas as casas de saúde do alto vale.

Naquele momento, o governador assinou uma autorização no sentido de levarmos uma quantia financeira para que esses hospitais possam fazer frente às suas despesas no mês de dezembro, principalmente relacionadas à folha de pagamento e ao décimo terceiro. Assim, ontem, fizemos essa comunicação a vários hospitais da região. E, aproveitando ontem a estada no médio vale do Itajaí, começando pela cidade de Gaspar, juntamente com o secretário da Saúde, fomos anunciar a destinação, por parte da secretaria da Saúde, de R\$ 500.000,00 para a unidade hospitalar daquele município também. Então, na tarde de ontem, fomos recebidos na cidade de Gaspar pela diretoria e pelos administradores e, com a presença do eminente deputado Ismael dos Santos, comunicamos essa ação do governo, através da secretaria de estado da Saúde, do aporte financeiro de R\$ 500.000,00 para o hospital de Gaspar.

Saindo dali fomos para a secretaria de desenvolvimento regional de Timbó, onde conseguimos assinar também valores volumosos na área da Saúde para o atendimento a todos os municípios que compõem a jurisdição dessa secretaria, tendo como ponto alto R\$ 520.000,00 para equipamentos na policlínica de Timbó e de Rio dos Cedros.

Saindo dali fomos para o Hospital Beatriz Ramos, em Indaial, onde o secretário da Saúde, por determinação do governador, destinou a quantia de R\$ 300.000,00 para que aquela unidade de saúde pudesse concluir a aquisição dos equipamentos e colocar em funcionamento a unidade de terapia intensiva iniciada pelos governadores Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan.

Então, eu gostaria de dizer a todos os catarinenses que a tarde de ontem foi muito produtiva para a saúde catarinense. Nós conseguimos destinar a 17 hospitais o valor de R\$ 2.520.000,00, ainda no mês de dezembro, para fazer frente às despesas, principalmente no que tange o décimo salário dos funcionários dessas casas de saúde, pois através delas conseguimos atender ao povo catarinense.

Tenho que fazer uma homenagem a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, praticam o voluntariado e principalmente às comissões que administram essas casas de saúde. A grande maioria delas é administrada pela comunidade civil organizada. Essas pessoas não têm remuneração para exercer a presidência dessas instituições, a secretaria, a tesouraria. São pessoas que se doam em favor de Santa Catarina para resolver um problema que entendo ser de todos.

A sociedade, de uma forma muito organizada, está atenta àquilo que falta em suas cidades, e nós, na condição de representantes da comunidade catarinense nesta Casa do Povo, não poderíamos deixar de fazer o nosso papel. Este deputado, juntamente com o deputado Jorge Teixeira, com os deputados da base de apoio do governo, enfim, com todos os parlamentares que têm assento nesta Casa, através dos microfones da tribuna da Assembleia Legislativa, mostramos a necessidade premente que as casas de saúde, em Santa

Catarina, têm de um olhar diferenciado por parte do governo do estado e da secretaria de estado da Saúde.

Ontem, conseguimos praticar esse olhar diferenciado para 17 unidades de saúde do vale. Tenho certeza de que, com esse gesto do governador Raimundo Colombo e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, com esse gesto do secretário de estado da Saúde, dr. Dalmo Claro de Oliveira, estamos dando um alívio financeiro momentâneo para essas unidades.

Evidentemente, uma das funções do deputado estadual, além de legislar, de propor leis em favor de toda a sociedade catarinense, de fiscalizar as ações do governo, até porque é uma função constitucional, é ser o carreador de obras, ações e recursos para a região que representamos.

Então, é com muito prazer que, nesta tarde, venho à tribuna dizer a todos os catarinenses que nós parlamentares estamos procurando fazer a nossa parte no intuito de levar, neste momento, um aporte financeiro para essas casas de saúde. E certamente isso tudo somente está acontecendo pela sensibilidade do governo e de toda sua equipe com relação às pessoas que ajudam na saúde de uma forma voluntária. No mais, quero agradecer a todas as pessoas que de uma forma ou outra fazem o bem para a sociedade catarinense.

No Clube Atlético Tupi, de Gaspar, mais de 600 crianças estão sendo tiradas das ruas para fazer, durante um período do dia, uma prática esportiva. Com isso, com certeza, essas pessoas, de uma forma voluntária, estão participando da formação do caráter de futuros cidadãos, prefeitos, vereadores ou deputados.

Santa Catarina é diferente? É. Sabem por que Santa Catarina é diferente? Por causa do seu povo, por causa de sua gente e, acima de tudo, porque temos dentro de nós a prática do voluntariado, ou seja, a prática de nos doar a quem realmente precisa. E agora temos esse exemplo por toda Santa Catarina.

Tenho a felicidade de morar numa região com padrões europeus, e principalmente em função dos nossos antepassados a prática do voluntariado é muito forte.

Então, gostaria de dizer a todos que ontem foi um dia muito especial, pois foi mais um dia que cumprimos uma missão na comunidade que nos encaminhou a esta Casa, onde procuramos representar os interesses de todos os catarinenses em todas as áreas.

Por isso, sr. presidente, agradeço a oportunidade de poder, através desta tribuna, levar a toda Santa Catarina o que estamos fazendo na condição de deputado estadual da região e também na condição de deputado que apoia o governo de Santa Catarina, nas figuras do governador e do vice-governador.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência, após consulta aos srs. líderes, irá suspender a presente sessão em virtude da realização de um evento no Auditório Antonieta de Barros, para que todos possam participar do Fórum de Indicadores de Mobilidade Urbana, com a

presença do governador Raimundo Colombo e de toda a direção do Grupo RBS, que é o promotor deste evento juntamente com a Assembleia Legislativa.

Houve o entendimento dos srs. líderes para que fosse suspensa a sessão, a fim de que todos tenham possibilidade de participar. Se houver tempo hábil para

reabrirmos a sessão, nós o faremos, caso contrário, fica automaticamente convocada outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem aos 20 anos de fundação da Epagri.

Está suspensa a presente sessão.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa)(Faz soar a campainha) - Em

função do Fórum de Indicadores da Mobilidade Urbana que se está realizando nesta Casa, esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, especial, em homenagem ao transcurso dos 20 anos da Epagri.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 020ª SESSÃO ESPECIAL

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM À EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E

EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI - PELA PASSAGEM

DOS SEUS 20 ANOS DE FUNDAÇÃO

PROPOSIÇÃO DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

SUMÁRIO

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Ressalta que a Epagri atua de forma integrada com os demais órgãos do serviço público e pode ser considerada a melhor empresa de pesquisa agropecuária e pesqueira do Brasil.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Faz uma retrospectiva da contribuição da Epagri para o estado e lembra que viu a empresa nascer.

LUIZ ANTONIO PALLADINI - Fala sobre o retorno proporcionado pelo auxílio da Epagri aos produtores, o incentivo à geração de renda e à viabilização de acesso a linhas de crédito.

AIRTON SPIES - Expressa seu orgulho de pertencer a uma instituição de sucesso e enfatiza a capacidade da Epagri de se adaptar aos novos desafios.

LUIZ ADEMIR HESSMANN - Agradece a homenagem e ressalta a importância da parceria com as prefeituras e a ação dos fundadores Glauco Olinger e José Carlos Kurtz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido os srs. deputados Reno Caramori e Aldo Schneider para conduzirem à mesa as autoridades a seguir nominadas:

Senhor deputado José Milton Scheffer, autor do requerimento que ensejou a presente sessão especial em homenagem à Epagri;

Senhor Airton Spies, secretário-adjunto da Agricultura e Pesca, neste momento representando o secretário da Agricultura, João Rodrigues, e o governador Raimundo Colombo;

Senhor Luiz Ademir Hessmann, presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária, Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri;

Senhor Enori Barbieri, presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc;

Senhor Jorge Dotti Cesa, engenheiro agrônomo e diretor-presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina;

Senhor Ademir Gasparini, secretário-executivo da SC Rural, Programa Microbacias;

Exmas. autoridades, sras. deputadas e srs. deputados.

A presente sessão foi convocada por solicitação do deputado José Milton Scheffer e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares em homenagem à Empresa de Pesquisa e Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, na passagem do seu aniversário de 20 anos.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência registra a presença dos srs. deputados estaduais Dóia Guglielmi, Mauro de Nadal e Romildo Titon.

Registra, ainda, a presença das seguintes autoridades:

Senhor Antoninho Tibúrcio Gonçalves, prefeito do município de Monte Carlo;

Senhor Elias Jacovski, engenheiro agrônomo e assessor parlamentar, neste ato representando o gabinete do deputado federal Rogério Peninha Mendonça;

Senhor Nilton Machado, secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente do município de Pomerode;

Senhor Luiz Marcos Bora, gerente da Epagri do município de Tubarão;

Senhora Lia, vereadora de São Bonifácio e extensionista da Epagri;

Senhor Onório Antônio Zabot, gerente regional da Epagri;

Senhor Ivan Ramos, diretor executivo da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina;

Senhor Jean Pierre Rosier, chefe da Estação Experimental da Epagri do município de Videira;

Senhor Ademar Petri, diretor-geral da secretaria de Desenvolvimento Regional de Seara;

Senhor Orlando Joares Elias, gerente de Pesquisa e Análise Ambiental.

Convido o deputado José Milton Scheffer para fazer uso da palavra, na qualidade de autor do requerimento que

ensejou a presente sessão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero, inicialmente, cumprimentar o deputado Moacir Sopelsa, vice-presidente da Assembleia Legislativa, e em seu nome os deputados estaduais que prestigiam esta sessão: Romildo Titon, Dóia Guglielmi, Reno Caramori e Mauro de Nadal.

Quero, da mesma forma, cumprimentar o sr. Airton Spies, secretário-adjunto da Agricultura e Pesca, neste ato representando o governador Raimundo Colombo; o sr. Ademir Hessmann, presidente da Epagri; o sr. Enori Barbieri, presidente da Cidasc; o sr. Ademir Gasparini, secretário-executivo do Programa SC-Rural; o sr. Jorge Dotti Cesa, presidente do Seagro, representando na mesa todos os funcionários de instituições, entidades e sindicatos; o sr. Luiz Carlos Zen, prefeito municipal de Urussanga e também funcionário da Epagri; cumprimentar todos os prefeitos, secretários e autoridades municipais que prestigiam este ato; quero cumprimentar, na pessoa dos srs. Glauco Olinger e José Oscar Kurtz, em nome de quem cumprimento todos os ex-presidentes que prestigiam este ato e que se dedicaram para que pudéssemos estar aqui hoje; por fim, cumprimentar especialmente os colegas funcionários que, numa demonstração de amor e de carinho, comparecem a esta sessão para homenagear a Epagri, que é, sem dúvida alguma, a nossa casa, a nossa família.

Para mim é muito fácil falar da Epagri, porque parte da minha vida e da minha trajetória foram escritas dentro da empresa.

Quero dizer da nossa alegria quando, em nome da Assembleia Legislativa que é, acima de tudo, a Casa do Povo, tivemos o nosso requerimento aprovado por todos os deputados para poder homenagear, juntamente com aqueles que aqui estão e os que não podem estar, a Epagri. Não apenas uma empresa do governo do estado, mas uma instituição que é fruto de uma fusão histórica de empresas antecessoras importantíssimas, que fazem parte da história, do progresso, do desenvolvimento da agricultura e da vida dos agricultores catarinenses. Refiro-me à Acaresc, saudosa para todos nós, à Empasc, precursora da pesquisa agropecuária neste estado, à

Acarpesc, que iniciou toda a piscicultura e a aquicultura de Santa Catarina, que hoje é um setor importantíssimo da economia do nosso estado; o Instituto de Apicultura de Santa Catarina, lasc, que hoje nos proporciona uma apicultura forte em todo o estado, e, mais recentemente, o Instituto Cepa. Essas empresas prestaram um grande serviço ao estado e fazem parte da história do desenvolvimento agrícola de Santa Catarina.

Pois foi justamente da junção dessas empresas que surgiu a Epagri, há 20 anos, uma empresa nova, com uma missão mais ampla, para prestar o serviço que vinha sendo prestado, adequando-se à nova realidade agrícola. E a Epagri tem feito isso com muita competência, com muita capacidade de adequação. Graças ao seu quadro de funcionários, soube incorporar o espírito dessas empresas e fundir um novo objetivo que é exigido pela modernização do serviço de pesquisa e extensão rural do país, do mundo e também de Santa Catarina.

Surgiu, então, uma empresa forte, vitoriosa, que tem no seu quadro de funcionários a sua melhor ferramenta, o seu maior patrimônio.

A Epagri, nos seus 20 anos, cumpre seu papel de executora das políticas estaduais de assistência técnica e extensão rural, de pesquisa agropecuária, florestal e pesqueira, promovendo o desenvolvimento científico e tecnológico autossustentado, destacando-se na preservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade; vem atuando de forma integrada com os demais órgãos do serviço público estadual e federal, bem como universidades, cooperativas, prefeituras, agroindústrias, associações e sindicatos, proporcionando o uso racional dos recursos tanto financeiros, quanto materiais e humanos, obtendo, dessa forma, resultados expressivos que a tornaram a melhor e mais importante empresa estadual de pesquisa agropecuária e extensão rural do nosso país. É essa a Epagri que estamos homenageando hoje.

Nada disso seria possível sem os funcionários dessa empresa, que são o espírito, a alma, que são o grande diferencial que a Epagri tem. A força, a pujança e o sucesso da Epagri devem-se muito ao seu quadro qualificado de funcionários, que com sua competência, honestidade, comprometimento e vontade de servir à sociedade não medem esforços para apresentar um trabalho de alta qualidade e de comprovado resultado.

Também é preciso reconhecer a nossa história, e aqui não menos importante foi o trabalho também dos nossos ex-colegas, e sempre colegas, nossos funcionários já aposentados, que antes de encerrarem sua missão merecidamente alcançaram o direito à aposentadoria e deixaram a sua contribuição para o engrandecimento, para o fortalecimento e para a construção da história da pesquisa e da extensão rural em Santa Catarina, especificamente na Epagri.

A nossa homenagem a todos os funcionários já aposentados da nossa empresa, que constituem sempre a família epagriana.

A Epagri atua em todo o território catarinense, gerando e levando conhecimento, tecnologia e inovação, resultado do trabalho de pesquisa agropecuária e de assistência técnica e extensão rural, um modelo perfeito, em que nossas estações pesquisam, descobrem inovações e tecnologias e o serviço de

extensão leva-os porteira adentro até a família rural.

Esse é o seu trabalho. E esse esforço trouxe muitas transformações na melhoria das condições de vida do nosso produtor e da família rural; das novas oportunidades de renda; da valorização de jovens e mulheres; da preservação dos recursos naturais; da modernização das atividades agrícolas, levando inovação ao alcance do pequeno produtor rural.

Como pensar Santa Catarina sem o trabalho da pesquisa e da extensão? É o mesmo que pensar como medir esse esforço todo. Sabe-se lá o valor do trabalho desenvolvido da fruticultura, da cultura da maçã e tantas outras frutíferas para o estado de Santa Catarina, da cultura do arroz, do avanço da produtividade, do gado leiteiro, da pastagem, da bovinocultura de corte, da maricultura.

Como pensar Santa Catarina sem o trabalho da Epagri e de seus antecessores? Da grandiosidade do valor econômico, mas, acima de tudo, da qualidade de vida que também levamos através dos programas de economia doméstica, do saneamento feito? Como que éramos há 30, 40, 50 anos e o que somos hoje? Referência em pesquisa e em extensão rural no Brasil e também no exterior.

O comprometimento e a competência da nossa diretoria, aqui representada pelo presidente Luiz Ademir Hessmann, estão materializados em todas as diretorias que passaram pela empresa. E aqui há muitos ex-presidentes a quem queremos prestar a nossa homenagem, o nosso reconhecimento, em nome da Assembleia Legislativa e do povo de Santa Catarina, pelo envolvimento. Mas através de Luiz Ademir Hessmann queremos aqui referenciar o fato de que somos atualmente; o comprometimento de todos os diretores que aqui passaram está materializado no fato de sermos hoje a única organização de pesquisa agropecuária que conseguiu, por exemplo, a liberação da terceira parcela do PAC Embrapa de todo o Brasil. Graças ao comprometimento dos nossos funcionários, das diretorias, da atual diretoria, somos hoje, como disse anteriormente, referência, proporcionando investimentos estratégicos para a modernização da empresa, mostrando a importância do nosso trabalho pela distinção de recentes prêmios recebidos pela Epagri, que mostram o reconhecimento da sociedade brasileira e catarinense ao trabalho dos nossos funcionários e dos nossos diretores.

A Medalha de Mérito à Extensão Rural Jonas Pinheiro, através da Associação Brasileira de Extensão Rural, Asbraer, recentemente foi entregue à Epagri. O Prêmio Expressão e Ecologia, da Editora Expressão, foi recentemente entregue à Epagri. Mais recentemente, a Medalha de Mérito do Confea/Crea/2011 foi entregue em Florianópolis, durante a V SOEAA - V Semana de Engenharia e Arquitetura do Brasil.

Quero afirmar para cada um que a riqueza de Santa Catarina tem a força da qualidade e da competitividade difundida pelo capital intelectual dos epagrianos.

Finalmente, estamos todos felizes por poder comemorar nesta data os primeiros 20 anos de existência da Epagri, de forma festiva e com o reconhecimento de toda a sociedade catarinense.

Estamos preparados e aguardando os próximos 20 anos a todos. Parabéns, Epagri!

Obrigado a todos pela presença e um abraço a cada um de vocês que ajudaram, que ajudam e vão continuar ajudando a construir essa história de orgulho para todos nós, catarinenses, que é a história da Epagri.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Neste momento, convido o deputado José Milton Scheffer para presidir os trabalhos desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Milton Scheffer) - Dando sequência à sessão, convidamos, então, o deputado Moacir Sopesla para fazer uso da palavra, em nome de todas as bancadas com assento neste Poder.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Senhor deputado José Milton Scheffer, proponente do requerimento que ensejou esta sessão especial;

Senhor secretário-adjunto da Agricultura, dr. Ailton Spies, que neste momento representa o governador João Raimundo Colombo;

Senhor Luiz Ademir Hessmann, presidente da Epagri;

Senhor Enori Barbieri, presidente da Cidasc.

Quero cumprimentar também o sr. Ademir Gasparini, diretor do Programa Estadual Microbacias SC-Rural e, de forma especial, duas pessoas que têm feito, na sua história, aquilo que pudemos ouvir do deputado José Milton Scheffer, quando fez aqui o seu pronunciamento, que são o dr. José Oscar Kurtz e o dr. Glauco Olinger, que também foi secretário da Agricultura do estado de Santa Catarina.

Quero cumprimentar ainda os colegas Reno Caramori, Dóia Guglielmi, Romildo Titon, Aldo Schneider e Mauro de Nadal, como também os senhores e as senhoras aqui presentes.

Quando o presidente Gelson Merisio há pouco me pediu que presidisse, juntamente com o deputado José Milton Scheffer, esta sessão e que falasse em nome dos 40 parlamentares, deputado Reno Caramori, facilitou-me, porque eu vivi isso.

O deputado José Milton Scheffer é da família da Epagri, mas eu, na qualidade de produtor, vi a Acaresc, a Empasc e a Epagri nascerem e não tenho nenhuma dúvida de que somos o que somos, hoje, graças ao trabalho de todos vocês.

Se pensarmos na suinocultura, dr. Glauco Olinger, há 50 anos, o que era Santa Catarina quando a Epagri, juntamente com a agroindústria, induziu que trouxéssemos os primeiros reprodutores suínos *duroc* dos Estados Unidos; o que era Santa Catarina quando trouxemos para o nosso estado o modelo de integração na avicultura, veremos que avançamos muito, pois hoje temos a maior produtividade de arroz do mundo; somos o maior produtor de maçã do país; somos os maiores produtores de moluscos; somos o quinto produtor de leite - passamos, inclusive, o estado de São Paulo; e que crescemos na produção de banana.

Tudo isso, senhoras e senhores, tem a marca da Epagri. Foram 20 anos de Epagri e mais de 20 anos de Acaresc. Então, vamos

falar que são mais de 40 anos. Foi, sem dúvida nenhuma, a Epagri que fez a história do agronegócio em Santa Catarina.

Se temos qualidade e produtividade, se podemos oferecer os nossos produtos para o mundo todo, devemos muito à Epagri, pois em todas as conquistas encontramos o seu DNA.

Se formos analisar, veremos que nosso estado já teve mais de 150 mil famílias na agricultura. Hoje, talvez tenhamos um pouco mais de 80 mil. E embora haja todo esse trabalho, ainda precisamos cuidar das famílias que estão no campo. Talvez não precisemos mais auxiliar o produtor de frango, que está integrado; o produtor de suíno, que também está integrado; o produtor de leite, que tem assistência técnica e conhecimento, mas temos milhares de famílias às quais o governo tem o compromisso e o dever de atender, para que aquelas pessoas possam ter rentabilidade na atividade agrícola.

Eu não tenho dúvida de que muitos programas já ajudaram os agricultores e hoje o Microbacias é um sucesso. E aqui vale lembrar que a Epagri ajuda a levar qualidade de vida para as famílias do campo.

Então, esta homenagem, em nome dos 40 deputados, é, sim, muito justa, porque é o reconhecimento a todos aqueles que fundaram essa empresa; a todos aqueles que, como disse o deputado José Milton Scheffer, já se foram; a todos aqueles que se aposentaram; e a todos aqueles que têm o compromisso de levar adiante esse trabalho.

Queremos deixar aqui, em nome de todos os colegas deputados, o nosso reconhecimento e os nossos parabéns. Esperamos, e que Deus nos ajude, poder ver por muitos e muitos anos os parlamentares festejando o aniversário desta grande empresa que é a Epagri!

Parabéns aos seus diretores, mas, especialmente, a todos os seus funcionários, aqueles que fazem o dia a dia da pesquisa e da extensão agrícola de Santa Catarina!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Milton Scheffer) - Neste momento, teremos a apresentação de um vídeo institucional, elaborado pela gerência de Comunicação da Epagri, para mostrar um pouco da história dos seus 20 anos.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

(Palmas)

Dando sequência à nossa solenidade, convido o mestre de cerimônias, Washington Luis Mignoni, para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - O Poder Legislativo catarinense presta uma homenagem à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina na passagem dos seus 20 anos na busca do fortalecimento da agricultura catarinense, diante de mercados globalizados, adequando os produtos às exigências dos consumidores, promovendo a melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro para o desenvolvimento sustentável em benefício da sociedade.

Convido o sr. deputado José Milton Scheffer para fazer a entrega da homenagem ao sr. Luiz Ademir Hessmann, presidente da Epagri, neste ato representando-a.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, o Poder Legislativo presta uma homenagem às personalidades e entidades que contribuíram para o fortalecimento e crescimento da Epagri em prol do avanço tecnológico na área pesqueira e agrícola.

Convido os srs. deputados José Milton Scheffer e Moacir Sopelsa para fazerem a entrega da homenagem.

Convido para receber a homenagem o sr. Luiz Antônio Palladini, neste ato representando o departamento de Serviços de Pesquisa Agropecuária, pelo desenvolvimento de tecnologias, conhecimentos e informações tecno-científicas voltadas para a agricultura e pecuária catarinense.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Ditmar Alfonso Zimath, neste ato representando o departamento de Serviços de Extensão Rural e Pesqueira, pelo desenvolvimento rural sustentável mediante processos educativos e participativos voltados para a agricultura familiar e pesqueira catarinense.

Convido os srs. deputados José Milton Scheffer e Moacir Sopelsa para fazerem a entrega da homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem ao sr. Paulo Roberto Lisboa Arruda, neste ato representando o departamento de Serviços Administrativos, Financeiros e de Logística, pelo desenvolvimento de meios eficientes e modernos que possibilitam o atendimento dos objetivos da Epagri em prol da sociedade catarinense.

Convido os srs. deputados José Milton Scheffer e Reno Caramori para fazerem a entrega da homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Eduardo Medeiros Piazeria, em nome dos funcionários da Epagri.

Convido os srs. deputados José Milton Scheffer e Reno Caramori para fazerem a entrega da homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Reno Caramori e convido o deputado Aldo Schneider para, juntamente com o deputado José Milton Scheffer, continuarem a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem a sra. Dilce Griss Jutel, coordenadora-geral da Federação das Associações dos Funcionários da Pesquisa e Extensão Rural, neste ato representando-a.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. José Oscar Kurtz, pioneiro da pesquisa agropecuária em Santa Catarina.

Com formação superior e mestrado em Agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, iniciou as suas atividades na Estação Experimental de Caçador, em 1962, e assumiu a chefia em 1965. Em 1975 foi designado presidente da recém criada Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária - Empasc -, exercendo o cargo até 1987.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Glauco Olinger, pioneiro da extensão rural em Santa Catarina.

Dedicou grande parte da sua vida às atividades de ensino, pesquisa e extensão rural. Orientou vários arranjos para o desenvolvimento da moderna agricultura de Santa Catarina, servindo de modelo para outros estados brasileiros.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Milton Scheffer) - Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o sr. Luiz Antônio Palladini, diretor do Departamento de Pesquisa Agropecuária.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PALLADINI - Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos srs. deputados por esta homenagem à Epagri e, em especial, ao deputado José Milton Scheffer, proponente desta sessão; ao deputado Moacir Sopelsa; ao sr. Airton Spies, secretário-adjunto da Agricultrurasca, neste ato representando o nosso governador; ao sr. Eroni Barbieri, presidente da Cidasc; ao sr. Luiz Ademir Hessmann, presidente da Epagri; ao sr. Jorge Dotti Cesa, diretor-presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina; e ao sr. Ademir Gasparini, secretário-executivo da SC-Rural.

Também quero cumprimentar todos os srs. deputados aqui presentes; todo o nosso corpo funcional: gerentes, chefes de estação, chefes de centros de treinamento; aposentados; homenageados, Glauco Olinger e José Oscar Kurtz; e os amigos e convidados que aqui estão.

Gostaríamos de dizer algumas palavras para que aqui possamos, então, justificar a nossa homenagem.

(Passa a ler.)

"20 anos de Epagri

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

Como os senhores sabem, Santa Catarina é apontada como um exemplo em vários setores devido à qualidade de seus produtos e serviços. Na agropecuária, o estado alcança os melhores índices de produtividade em diversas culturas. A qualidade de seus alimentos é reconhecida internacionalmente e os produtos catarinenses são exportados para outros estados brasileiros, assim como para vários países do mundo. A pesquisa agropecuária e a extensão rural são em grande parte responsáveis por esse sucesso.

Pela visão dos nossos políticos e dirigentes, Santa Catarina sempre se destacou na implantação de estruturas que viabilizaram essa destacada qualidade, tanto na pesquisa agropecuária quanto na extensão rural.

Uma pequena história.

No Brasil, em 1887, foi criada a Imperial Estação Agrônoma de Campinas - SP,

hoje IAC. Oito anos depois foi criada, em Santa Catarina, pelo então governador Hercílio Luz, a Estação Agronômica e Veterinária em Rio dos Cedros.

Em 1956, Juscelino Kubitschek instituiu o Sistema Brasileiro de Extensão Rural; em 1956, Santa Catarina criou o ETA - Escritório Técnico de Agricultura -, que em 1957 transformou-se na Acaresc. Já em 1972 foi criada a Embrapa e em 1975, a Empasc. Em 1991 foi criada a Epagri, numa fusão das empresas: Empasc, Acaresc, Acarpesc e Iasc. Por fim, em 2005 houve a junção com o Icpa. Assim, podemos dizer que somos uma empresa muito jovem, se compararmos com outras instituições desse segmento de outros países.

Hoje podemos contar com a presença, para receber as justas homenagens, dos fundadores da Acaresc e da Empasc, Glauco Olinger e José Oscar Kurtz, respectivamente, bravos lutadores e defensores de um serviço de qualidade, eficiente, determinado, sempre voltado para os seus objetivos principais e que ainda fazem parte do nosso trabalho nos dias de hoje. E posso citar, entre outros: produtividade e qualidade, segurança alimentar, qualidade de vida do meio rural e, conseqüentemente, urbano, capitaneados pela empresa de pesquisa e extensão.

Além das cultivares de frutas e forrageiras, a Epagri também lançou três cultivares de cebola, o que contribuiu para dobrar a produtividade e manter Santa Catarina no topo da produção nacional.

As novidades lançadas pela Epagri também contribuem para impulsionar a pecuária no estado. Santa Catarina é o quinto produtor nacional de leite.

Hoje, pode-se dizer que Santa Catarina é uma potência na produção de alimentos, movido pela força da agricultura familiar. Ao lado dos maricultores e piscicultores, a Epagri e seus parceiros também transformaram Santa Catarina no maior produtor nacional de ostras e mexilhões, e num dos maiores fornecedores de peixe de água doce.

Sem dúvida, ainda há muito que fazer em benefício do meio rural. Por isso a Epagri está assumindo novos desafios. Somente o SC-Rural, por exemplo, prevê o apoio a 500 projetos de melhoria e implantação de agroindústrias.

Para o futuro, estamos preparados com projetos em todas as áreas de atuação, pesquisa e extensão, para superar os limites atuais, desenvolver novas ideias, focando na inovação e no encaminhamento de soluções para as demandas do nosso público, a sociedade catarinense, também os produtores e os consumidores.

Como expertise temos um quadro funcional qualificado e preparado, estrutura física e vontade de trabalhar. Para isso contamos com o apoio do Executivo estadual, do Legislativo, do Judiciário, de todos os nossos funcionários, das organizações dos setores agropecuários e dos usuários de nossas tecnologias e serviços.

Por isso, é uma honra receber a homenagem em nome dos colegas que dedicaram uma vida inteira para a pesquisa agropecuária e a extensão rural para este estado tão privilegiado, Santa Catarina.

Gostaria de agradecer imensamente aos colegas Ditmar, Paulo e Piazeria, pela oportunidade de poder representar toda a diretoria.

Gostaria de dividir esta justa homenagem com todos os funcionários e com toda a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Milton Scheffer) - Na seqüência, queremos convidar o dr. Airton Spies, secretário-adjunto da Agricultura e da Pesca, neste ato representando o governador de Santa Catarina, João Raimundo Colombo.

O SR. SECRETÁRIO AIRTON SPIES - Senhoras e senhores, peço desculpas, inicialmente, pois estou um pouco rouco, fruto de uma longa missão na Austrália e na Nova Zelândia, concluída no sábado, com a participação do deputado José Milton Scheffer. Nessa missão, além de trabalhar como técnico, tive o dever de traduzir as conversas, as interloquções com os produtores das empresas visitadas, australianas e neozelandesas, que falam a língua inglesa.

Mas quero cumprimentar, de forma muito especial, o deputado José Milton Scheffer, que propôs esta sessão especial, bem como o deputado Moacir Sopelsa.

Cumprimento o presidente Luiz Ademir Hessmann, um grande amigo que, com tanta persistência e competência, dirige esta importante organização, que é a Epagri.

Cumprimento também o presidente Enori Barbieri e Jorge Dotti Cesa, nosso colega do Seagro.

Faço uma saudação especial aos deputados que se fazem aqui presentes: Romildo Titon, Dóia Guglielmi, Reno Caramori e Mauro de Nadal. E, em particular, saúdo o amigo deputado Aldo Schneider.

Trago um abraço especial a todos os presentes do governador Raimundo Colombo, que pede desculpas por não poder estar aqui, pois tem compromissos de agenda, o que tornou impossível sua presença. Mas ele sabe deste acontecimento e tem um carinho muito especial pela Epagri, porque é uma organização que se encaixa perfeitamente no modelo de desenvolvimento que ele propôs para Santa Catarina.

Também trago um abraço do deputado e secretário da Agricultura, João Rodrigues, que está em Brasília hoje e não pôde estar presente. Mas nós trabalhamos em parceria e eu me sinto muito honrado de estar aqui, porque afinal de contas sou epagriano e completei 30 anos de casa na organização no dia 18 de setembro.

Eu tive o privilégio de viver quase todas as fases de evolução que uma pessoa pode ter em relação a uma organização. Lembro que meu pai, Bruno Spies, lá em Tunas, hoje Tunápolis, tinha o apelido de Acaresc. Ele era conhecido como Acaresc porque era um líder do extensionista que operava no município, o Lucas, que todo mundo conhece e já está aposentado. Com 14 anos de idade, fui encarregado pelo meu pai de participar do primeiro treinamento de conservação do solo. E faço uma saudação especial ao dr. Glauco Olinger e ao dr. José Oscar Kurtz, que iniciaram essa história.

Como dizia, aos 14 anos fui participar de um treinamento, fazendo o pé de galinha, fazendo a draga, e durante uma semana fiquei aprendendo na prática como se faz a conservação do solo. Eu tenho uma foto desse treinamento, que está estampada orgulhosamente na minha casa.

Depois, ao longo desses treinamentos, eu lembro muito bem que surgiu um sonho. Enquanto esperávamos na frente do salão da comunidade o extensionista que estava vindo para nos dar o treinamento, vendo aquela poeira levantar com o jipe, eu pensava: um dia quero ser um extensionista. E não é que aconteceu?!

Em 1981, no dia 18 de setembro, em Presidente Getúlio, na região do deputado Aldo Schneider, comecei a minha atividade como extensionista, aos 20 anos de idade.

Quis a história que eu fizesse Agronomia, Administração de Empresas, mestrado e doutorado, inclusive no exterior. Por isso, acabei indo visitar a Oceania e hoje sou encarregado de conduzir, juntamente com o deputado João Rodrigues, os destinos da secretaria da secretaria da Agricultura, atividade que já iniciei no mandato passado, quando o Enori era o secretário.

Então, gostaria de dizer que fico muito orgulhoso de pertencer a uma instituição de tanto sucesso. E por que a Epagri é uma instituição de sucesso? O dr. Palladini fez há pouco um relato de toda a história e dos indicadores de sucesso dessa organização. Mas eu diria que a capacidade da Epagri de continuamente se adaptar aos novos desafios é a chave para a sua sobrevivência. A Epagri não foi uma empresa estanque, não é uma instituição que ficou parada no tempo. Ela soube enxergar que os alvos, ao longo da história, mudam e foi-se adaptando para continuar sendo uma instituição justificada perante a sociedade.

A sociedade catarinense bate palmas para a Epagri. Ela é uma referência nacional e internacional em termos de excelência em pesquisa e extensão rural. Isso muito nos orgulha e deve-se muito a cada um dos senhores e senhoras, colegas da Epagri, que fazem essa história com muita competência, com muito profissionalismo.

Eu diria, como a ONU acabou de anunciar, que já há sete bilhões de seres humanos vivendo na face do planeta, e é um desafio enorme manter a sustentabilidade numa condição densamente povoada. Trazendo isso para o território catarinense, deputado Moacir Sopelsa, que tem 95.000km², veremos que nessa área conseguimos desenvolver a sexta maior economia do país. Acabamos de passar a economia da Bahia em PIB, com muita competência.

A Epagri, os produtores de Santa Catarina e a iniciativa privada, de mãos dadas, têm feito esse belo trabalho, justamente para estampar nos indicadores mundiais Santa Catarina como o estado que tem o maior Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, perde apenas para o distrito federal, por razões óbvias.

Mas isso não é suficiente, senão poderíamos fechar a Epagri. Felizmente temos novos e grandes desafios. Eu diria que o dr. Glauco, no momento oportuno da história da extensão rural, e o dr. Kurtz, no momento oportuno da pesquisa agropecuária, souberam posicionar a instituição com o foco que era necessário.

Hoje temos desafios como, por exemplo, cuidar do meio ambiente, ao mesmo tempo em que produzimos alimentos, porque não podemos satisfazer as nossas necessidades prejudicando as futuras gerações. Isso seria um subsídio perverso, que não é digno dos cidadãos catarinenses.

Por isso, a Epagri começa e tem o seu foco voltado ao desenvolvimento sustentável. O Programa Santa Catarina Rural deixa isso muito claro, e a primeira diretrix, na secretaria da Agricultura, é exatamente este, apoiamos projetos e trabalhamos nos projetos desde que eles se enquadrem no conceito do tripé da sustentabilidade: desenvolvimento econômico com preservação ambiental, com respeito ao meio ambiente e, principalmente, gerando benefícios para toda a sociedade.

Quando se olha para uma organização como a Epagri, muitos se lembram dos agricultores, do meio rural, mas não podemos esquecer que isso é em benefício de toda a sociedade. O consumidor catarinense tem a sua disposição alimentos de alta qualidade, que foram produzidos com segurança alimentar, alimentos que foram produzidos sem degradação ambiental e, principalmente, com o bem-estar animal, graças ao trabalho dos técnicos, da pesquisa e da extensão rural.

Eu vejo a instituição Epagri de mãos dadas com a Cidasc. É nossa coirmã, cuida da parte da defesa sanitária animal e vegetal e tem dado, na verdade, uma grande resposta aos catarinenses como foi mencionado em exposições anteriores.

Eu fico orgulhoso de participar desse desafio e desejo que a Epagri tenha muitos e muitos anos de história. Quando olhamos para instituições de pesquisa no mundo afora, encontramos instituições seculares. Se pegarmos o DNA da Epagri, suas origens, as instituições que a formaram, ela chega a 75 anos de idade. Ela é jovem perto da estrutura de instituições de pesquisa que, recentemente, conhecemos na Austrália e na Nova Zelândia.

Mas uma coisa é importante, mesmo com o desenvolvimento, a evolução, não há alternativa, não há substituto ao conhecimento. Eu costume dizer que cada propriedade rural poderia ser capaz de produzir alimento para a sua família. Esse poderia ser o teto, poderia ser o limite, mas com o conhecimento, com a tecnologia, ela é capaz de produzir muito e para muitos cidadãos. É isso que amplia, é isso que aumenta a produtividade e a sustentabilidade da economia.

É um trabalho bonito, presidente Hessmann, vamos cuidar muito bem dessa instituição porque ela merece. E falo principalmente a todos os servidores, tanto os que estão na ativa, como os aposentados que vieram aqui prestigiar este evento. A Epagri tem uma cultura institucional muito forte, tem um senso de pertencimento muito forte. Isso é bonito e está estampado na presença das pessoas que já trabalharam na história da empresa.

Então, parabéns a todos! Um abraço muito grande do governador Raimundo Colombo! Que a Epagri tenha uma história de muito sucesso como sempre teve.

Viva a Epagri!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Milton Scheffer) - Dando sequência, convidamos para fazer uso da palavra o sr. Luiz Ademir Hessmann, presidente da Epagri.

O SR. LUIZ ADEMIR HESSMANN - Inicialmente, gostaria de cumprimentar o deputado José Milton Scheffer, que neste momento preside esta sessão, e dizer que

suas palavras são um exemplo do que é uma paixão pela Epagri. Com certeza, cabe-nos agradecer essa referência e registrar o seu empenho diuturno em prol dessa grande empresa, a melhor de pesquisa e extensão rural do Brasil. Tenho convicção plena disso.

Faço essa afirmação, porque v.exa tem sido um baluarte na busca de todas as conquistas que fazemos no dia a dia. Quando o procuramos para falar com "a", "b" ou "c", v.exa. tem dado respostas rápidas, uma demonstração inequívoca do seu comprometimento com a Epagri e com todos os nossos servidores. Desde 1986, v.exa. vem sendo servidor e com certeza responde com muita vivacidade e presteza a essa grande empresa.

Quero cumprimentar o deputado Moacir Sopelsa, nosso amigo de longa data, ex-secretário de estado, por suas palavras, justamente o reconhecimento de tudo o que a Epagri sempre fez e faz para mudar a cara do meio rural e pesqueiro catarinense.

Cumprimento também o secretário-adjunto Airton Spies. Até parece, deputado José Milton Scheffer, que ele vai ser candidato a deputado na próxima eleição, porque está falando cada vez melhor. Mas a Epagri é isso, é emoção, é o dia a dia. E o Spies certamente fez as suas colocações com muita propriedade.

Quero cumprimentar o Enori Barbieri, meu colega de classe, médico veterinário, meu ex-patrão, ex-secretário da Agricultura, que hoje está dirigindo conosco os destinos da Cidasc, ou seja, a secretaria da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina.

Saúdo Mirko Frühauf e Ademir Gasparin, que hoje está à frente da secretaria-executiva do Projeto SC-Rural. Quero dizer ao Mirko que na terceira versão do Microbacias, com certeza, ele tem uma grande responsabilidade. Sabemos que está em boas mãos.

Cumprimento também Jorge Dotti Cesa, presidente do Seagro e que, além de parceiro, tem também nos dado sugestões e ideias em bons momentos, para que cada vez mais a Epagri cumpra a sua missão lá na ponta, com a assistência técnica, o acompanhamento próximo, fazendo extensão rural e pesquisa junto às propriedades dos nossos agricultores.

Quero cumprimentar ainda os homenageados. A Dirce, uma grande funcionária que aqui representa a Faper, que, com certeza, é um exemplo da extensionista doméstica, da auxiliar administrativa, uma mulher que faz parte do corpo funcional da Epagri. Certamente você dignifica e sempre irá dignificar essa grande empresa.

Cumprimento o professor Glauco Olinger. Tudo aqui já foi dito, aliás, roubaram todo o discurso do presidente da Epagri. Primeiro, foi o José Milton a falar, depois o Sopelsa e o Spies. Resta somente agradecer-lhe porque, com certeza, tem sido um grande professor, um timoneiro experiente a quem procuramos aconselhamento no dia a dia, especialmente na questão da extensão rural da nossa empresa.

Dr. José Oscar Kurtz, o Palladini fez todas as referências necessárias a sua pessoa e somente quero convalidar tudo o que ele falou. Mas quando ando por aí afora, nas estações experimentais, de vez em quando tiro um trator de uma estação e boto em outra. E quando mando recolher - tomo uma atitude dessas de vez em quando -, chamam-me de José Oscar Kurtz. E esse é um nome que me dá

muito orgulho, muita satisfação. Parabéns por tudo que construiu. O resultado está espelhado no sucesso de toda a produtividade do setor do agronegócio catarinense.

Gostaria ainda de cumprimentar também os ex-diretores presentes: Loris Basso; Elias Jacovski, que está aqui representando o deputado Peninha; o eterno conselheiro Nelso Figueiró; o Joel Vieira de Oliveira; o Valdir Crestani; o Athos de Almeida Lopes, que não pôde estar aqui, mas está representado pelo seu colega. Enfim, quero cumprimentar os nossos diretores: o Ditmar, da extensão rural, que tem sobre sua responsabilidade o gerenciamento de todas essas áreas no estado de Santa Catarina; o Palladini e também toda a chefia do nosso centro de treinamento.

Cumprimento o Paulo Arruda, nosso diretor administrativo-financeiro, que foi uma indicação, deputado Moacir Sopelsa, do deputado Aldo Schneider, e que para nós é uma grata satisfação, pois é um jovem extensionista, um jovem funcionário da Epagri que veio para fazer um diferencial.

Faço menção também a Eduardo Piazeria, o diretor eleito pelos funcionários da Epagri. E aí faço uma referência e até mesmo um desafio às demais empresas de Santa Catarina. A Epagri foi a primeira empresa do estado de Santa Catarina a instituir um diretor eleito pelos funcionários. Pelo que eu sei e pelo que me consta, apenas a Celesc tem um diretor eleito. Então, esse é o legítimo representante de todos os senhores e de todos os funcionários da Epagri, que estão certamente nos ouvindo.

Quero cumprimentar também o prefeito de Urussanga, Luiz Carlos Zen, meu particular amigo, que é também funcionário da Epagri, e aproveitar o momento e para fazer-lhe um agradecimento porque os principais parceiros da Epagri são as prefeituras. Muitos não sabem disso, mas 80% do custeio operacional da Epagri são feitos pelas prefeituras, através de contratos sérios, determinados, que buscam o atendimento lá na ponta. Então, em nome do prefeito Zen, gostaria de agradecer à Fecam que, por sinal, é uma grande federação e que nos tem dado uma atenção toda especial.

Cumprimento também os gerentes estaduais e regionais presentes; os chefes de estação; os responsáveis administrativos; os chefes de centros de treinamento que fazem um trabalho bastante digno; os presidentes das associações de funcionários aqui presentes, e, enfim, todos os colaboradores.

Como dizia antes, temos uma característica *sine qua non*: temos 268 aposentados, sim, na Epagri, que estão trabalhando. Quem trabalha nessa empresa não consegue mais sair. Essa é a verdade! A paixão é tão grande, a emoção é tanta que não tem jeito, o cidadão se aposenta e fica trabalhando como se fosse um guri novo, como se fosse uma moça recém-chegada na empresa, dando, inclusive, exemplo e toda a galhardia necessária para o desempenho da Epagri.

Quero cumprimentar a imprensa escrita e falada e todas as senhoras e senhores.

Já foi dito que a Epagri nasceu em 1991, da fusão de três empresas, ou seja, a Acarpesc, a Acaresc e a Empasc. Sobre a Empasc não preciso fazer referência. Ela faria hoje 36 anos. O Palladini fez um discurso demonstrando a importância da Empasc. Hoje todos os nossos recordes em produtividade

estão aí demonstrando a sua importância. Temos que, com certeza, evoluir muito, mas não estamos onde estamos por acaso e sim dada a determinação da Empasc, a sua disciplina e a sua tenacidade no sentido de buscar as opções de pesquisa e inovação para Santa Catarina.

A Acaresc, que hoje faria 56 anos, se não me falha a memória, foi o grande diferencial no Brasil inteiro, como a Empasc. Dizia aqui o deputado José Milton Scheffer, que a única empresa que tem, desde 2008, deputado Moacir Sopelsa, o PAC Embrapa, que está aportando recursos para Santa Catarina. Mas do PAC Embrapa, o único Icepta que recebeu recursos, como fez referência o deputado José Milton Scheffer também, na audiência com Pedro Arraes, presidente da Embrapa, foi a Epagri. Esse é o nosso diferencial! E na Acaresc não foi diferente.

Eu queria apenas fazer um lembrete a todos os extensionistas que nas safras de 2002 e 2003 Santa Catarina tinha apenas R\$ 220 milhões de Pronaf, ou seja, de recursos disponíveis à agricultura familiar. Na época era bastante. Mas foi graças à Epagri, graças à extensão rural de Santa Catarina, que nós, na última safra, fechamos num valor de R\$ 1,48 bilhão de recursos disponíveis do Pronaf à agricultura familiar catarinense. Isso nenhum estado conseguiu. Foi a melhor disponibilidade de recursos do Pronaf que já houve na história de Santa Catarina.

Eu não tenho dúvida de isso que é resultado da nossa força, da nossa determinação e da nossa tenacidade. Esse efeito sinérgico da junção da - e digo muito tranquilamente para todos os senhores que fusão em empresa pública é para fechar - fusão da Empasc, da Acaresc, da Acarpesc, do Iasc e do Cepa foi para fortalecer.

Esse é um desafio, porque são poucas as empresas públicas no Brasil que têm essa característica de fundir e funcionar. E funcionar como os melhores modelos do mundo, porque a pesquisa faz a inovação, gera o conhecimento, gera a inovação propriamente dita. Então, participamos efetivamente com a extensão rural do outro lado, fazendo a difusão tecnológica, o maior resultado possível.

O resultado disso é o balanço social referido tanto pelo diretor Luiz Antônio Palladini, quanto pelos outros que me antecederam. É a segunda edição que estamos fazendo. No ano passado fizemos o primeiro, os que estão aqui, que participaram, sabem muito bem, pois demos resultados fantásticos. O lançamento é hoje e temos um retorno disso, pois cada R\$ 1,00 que a sociedade catarinense aplicou na Epagri teve uma taxa de retorno de R\$ 2,83.

Não é por acaso que Santa Catarina, com apenas 1,13% do território, é o 6º produtor de alimentos do Brasil. Ontem mesmo, em Balneário Camboriú, onde apresentávamos esses dados, os italianos disseram: "Será que é possível?" É possível, sim! Essa é a força! Essa é a tenacidade da Epagri.

Hoje, poucas instituições conhecem o meio rural e pesqueiro tão bem como a Epagri. Muitas vezes não recebemos na hora uma resposta do gerente, do chefe de estação, dos extensionistas, dos pesquisadores que são questionados por inúmeras pessoas; pode ser que a Epagri, por mais absurdo que possa parecer, não tenha a resposta na hora, mas com certeza dentro de 24 horas o cidadão terá uma resposta séria, uma resposta competente,

uma resposta com resultados, porque esse é o nosso grande desafio.

Temos 23 gerências regionais; 13 centros de treinamento; nove estações experimentais; quatro centros especializados. Está aí o destaque! Não é por acaso que os japoneses vêm para cá experimentar a nossa maçã *fuji*. Eles dizem que a nossa maçã *fuji* é melhor do que a maçã *fuji* japonesa. Não é por acaso que destacamos o arroz, como disse muito bem o diretor Palladini, com a maior produtividade do mundo. Também não é por acaso que acontece o melhor atendimento em extensão rural do Brasil em Santa Catarina, pois o melhor serviço de extensão é catarinense, para orgulho de todos nós. Não tenho sombra de dúvida.

Os senhores poderão acessar, a partir de janeiro, essa informação, mas vamos consolidar e passar para toda a sociedade catarinense o que cada escritório local, nos 293 municípios de Santa Catarina, faz diariamente.

O nosso extensionista, através de um relatório idealizado e montado pela equipe do Ditmar Zimath, irá clicar na Epagri de Palma Sola para ver quem foi atendido naquele dia na empresa. E isso será feito também em Concórdia, Ituporanga, Araranguá e Joinville. Dizem que Joinville tem pouco agricultor, mas com certeza o cinturão verde representa bastante para aquela cidade.

A presença da Epagri no meio rural e pesqueiro é um marco, não tenho dúvida alguma, para o desenvolvimento de Santa Catarina. Quem sabe, o que seria das cooperativas hoje, professor Glauco, se não fosse a Acaresc? Como disse o deputado Moacir Sopelsa, se não fosse a pesquisa, o que seria da maçã, da banana, da cebola catarinense hoje? Essas respostas, com certeza, nós temos, e é por isso que agradecemos, mais uma vez, deputado José Milton, pela lembrança desses 20 anos.

Agora continua o desafio! Precisamos rapidamente prosseguir a modernização dessa estrutura físico-administrativa, realinhado, como muito bem disse o nosso parceiro, o nosso companheiro, funcionário e hoje secretário-adjunto Ailton Spies, pois precisamos sempre estar sintonizados com o que está acontecendo lá fora, no dia a dia.

Graças à dedicação dos epagrianos os frutos do trabalho da Epagri aparecem na qualidade dos alimentos, no aumento da produção. Mas nada disso acontece sem a transversalidade da questão ambiental e da questão social. Não adianta, e isso a Epagri ensina no seu dia a dia, ter somente o dinheiro no bolso. Saco vazio não para em pé, é verdade. O agricultor sem dinheiro no bolso vai para a cidade, mas com certeza absoluta precisamos, e estamos fazendo isso diariamente, colocar o tripé da sustentabilidade, que é o meio ambiente, o social e a renda.

Atualizar a nossa missão, os nossos objetivos é o nosso grande desafio. Hoje mesmo estamos lançando, deputados José Milton e Moacir Sopelsa, a 84ª edição da *Revista Agropecuária Catarinense*, um símbolo para a nossa empresa, um símbolo de respeito, porque sempre levamos e entregamos diariamente todas as informações necessárias ao meio rural catarinense e até ao meio universitário, tão importante nessa discussão.

A sociedade de Santa Catarina tem uma visão essencialmente rural em relação à

Epagri e gostaria de colocar outros pontos que, muitas vezes, a sociedade catarinense não conhece, que é a contribuição decisiva da Epagri para o equilíbrio do tecido social. A Epagri não é somente meio rural, a busca eterna no atendimento à extensão, no atendimento à pesquisa. A Epagri participa efetivamente, em todo o momento, deputado José Milton, não somente na oferta de produtos na gôndola do supermercado. Lá, nós estamos presentes. Cada vez que é colocado um produto orgânico no supermercado há o dedo, sim, de um técnico da Epagri, há o dedo de um pesquisador da nossa empresa. Não é por acaso que disponibilizamos, muitas vezes, quando assistimos a alguns noticiários, inúmeras informações meteorológicas.

Nos últimos três meses, para os senhores terem ideia, a Epagri/Ciram disponibilizou 767 mil acessos para ver o que estava acontecendo com o tempo. E não é somente o de Santa Catarina, é o do Paraná, o do Rio Grande do Sul, o do Uruguai e da Argentina.

Essa história é para nós, epagrianos, mesmo eu sendo funcionário efetivo da Cidasc, pois me considero hoje um epagriano, motivo de orgulho, uma razão para reafirmarmos nossas convicções de que estamos no caminho certo. E a nossa responsabilidade cada vez aumenta mais, pois temos a convicção de que estamos ajudando a construir um mundo melhor, uma sociedade catarinense mais justa, e isso é coroado neste momento.

Por isso, quando vemos deputados como José Milton Scheffer, Moacir Sopelsa, Aldo Schneider, Romildo Titon, Mauro de Nadal e Dóia Guglielmi irmanados para a realização desta homenagem, é para todos vocês, funcionários da Epagri, obviamente, o reconhecimento de todos os nossos parceiros: Fetaesc, Ocesc, Faesc, Embrapa, Mapa, prefeituras municipais.

Eu mesmo, como um funcionário emprestado da Cidasc, agradeço todo dia a Deus e também a cada um de vocês pelo grande exemplo que estamos dando à extensão rural e à pesquisa no Brasil, pois está refletindo em toda a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Milton Scheffer) - A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, numa forte demonstração de amor, de carinho, de apreço e de valorização da homenagem feita hoje à Epagri, convidando-os para um coquetel no *hall* deste Poder Legislativo.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerramos a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chioldini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Informa que se ausentará para representar a Casa em evento em Blumenau.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Registra a presença de alunos e professores de Iporã do Oeste.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (pela ordem) - Dá as boas-vindas aos alunos e professores de Iporã do Oeste.

Breves Comunicações

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Manifesta-se a respeito do anel viário de Fpolis; reporta-se aos entraves para a duplicação da BR-280.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Defende o uso das plantas medicinais.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (aparte) Cumprimenta o deputado Padre Pedro Baldissera.

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Registra a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Capinzal.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Porto União.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Registra denúncia do Ministério Público acerca das subvenções sociais estaduais.

Partidos Políticos

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Analisa a questão das subvenções sociais.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Solidariza-se com o deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO CARLOS CHIOLDINI (pela ordem) - Registra a presença do prefeito e do vice de Schroeder.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Registra o falecimento do ex-prefeito de Descanso, Vitório Basso; convida para feira em Maravilha; reporta-se ao Fórum dos Pequenos Hospitais.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Manifesta-se a respeito do reajuste dos servidores estaduais.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Confirma denúncia que fez através de ação civil pública, no Tribunal de Justiça de Chapecó.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Presta esclarecimento a respeito da reposição salarial.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Solidariza-se com o deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Parabeniza o comando da Polícia Militar pela anistia dos policiais punidos em 2008.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Solicita apoio para a votação do PL reconhece a espinheira santa como a planta medicinal símbolo de Santa Catarina; registra a presença das sras. Kátia Batista, Karen Berenice, Isabel Cristina Cavalcanti e Edite da Silva.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Reporta-se ao Orçamento Regionalizado.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores de Otacílio Costa, Edson Pasold, Amadeus Boaventura Pereira e Israel Alfredo.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Registra o Natal Encantado de Rio Negrinho; aborda investimentos para a solução de problemas de energia elétrica nos municípios de sua região.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Associa-se à manifestação de cumprimentos ao presidente da Celesc.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (pela ordem) - Registra a presença presidente do PP de Capivari de Baixo.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Discute o projeto de política salarial do governo.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Comemora a posição de Campos Novos entre os 100 maiores PIBs do Brasil.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute o PL n. 0362/2011.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, fui designado pela Presidência para representar a Assembleia, nesta tarde, num evento que vai discutir os direitos da criança e do adolescente no município de Blumenau.

Então, gostaria de pedir a aquiescência de v.exa. para poder, neste momento, ausentar-me do plenário e cumprir o designado pelo presidente desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência aquiesce o pedido, pois v.exa. irá representar esta Casa num evento de muita importância.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, apenas quero fazer o registro da presença, nesta Casa, dos alunos do município de Iporã do Oeste, da Escola Estadual São Lourenço, acompanhados pelos educadores.

Boas-vindas a todos e que tirem bom proveito deste momento de cultura, lazer e busca de conhecimento.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, na verdade, quero endossar as palavras do deputado Padre Pedro Baldissera e registrar a satisfação de termos no Parlamento catarinense os alunos de Iporã do Oeste, da Escola São Lourenço, oportunidade em que eles podem conhecer a estrutura deste Parlamento, ver as atividades de cada parlamentar, visitar os gabinetes, mas, acima de tudo, levar a referência da capital catarinense para a nossa região e entenderem um pouquinho mais do que é o dia a dia da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Então, registramos, com muita satisfação, a presença de todos os alunos e professores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal.

A Presidência também cumprimenta os alunos e professores de Iporã do Oeste e dá as boas-vindas à gente do extremo oeste de Santa Catarina. É lá no oeste de Santa Catarina que se produz senão 100%, mas 80% do alimento do estado.

Parabéns a todos. Sinta-se em casa neste Parlamento!

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, visitantes, hoje é um dia um pouco fora da rotina. Recebemos inúmeras comitivas de estudantes, principalmente na parte da manhã, juntamente com os vereadores mirins do município de Guarimirim, que irão acompanhar o trabalho deste Plenário.

Acompanhava há pouco, sr. presidente, o deputado federal Esperidião Amin, que acabou de se manifestar na Câmara Federal. Ele fez um manifesto da tribuna a respeito do anel viário de Florianópolis e da briga que aconteceu, quase indo às vias de fato, lá em Brasília, no dia de ontem. Foi uma discussão bastante acalorada e por muito pouco não tivemos uma edição da UFC no Congresso Nacional, por parte de alguns parlamentares de Santa Catarina e de autoridades do governo federal, por conta de uma

novela que, aliás, em Santa Catarina não nos é estranha.

Essa novela a que me refiro é a do anel viário de Florianópolis, que se vem arrastando há muitos anos e que já tinha, inclusive, um levantamento do número de veículos que circulariam. Mas em Brasília diminuíram o tamanho do anel. E o anel que fizeram não serve para Santa Catarina.

Então, foi uma briga danada, e o ex-governador Esperidião Amin utilizou a tribuna para enaltecer o passo atrás que deram as autoridades do ministério dos Transportes.

Para surpresa de todos, depois de tantos anos descobriu-se que não existe projeto. Está todo mundo discutindo e querendo saber quando as máquinas vão começar a roncar, mas ainda não há projeto. Essa é uma coisa absurda! Tão absurda quanto está sendo a questão da BR-280.

Daqui a pouco, por volta das 17h30, nós nos dirigiremos a Brasília, uma vez que amanhã teremos novamente uma audiência com o ministro dos Transportes para tratar da duplicação da BR-280. Essa, sim, é uma novela com capítulos emocionantes. No último, inclusive, um dos atores não sabia o *script*. O ministro não sabia que a BR-280 ficava em Santa Catarina! Foi um negócio impressionante. Ficamos boquiabertos. E muito mais boquiaberto ficou o ministro, que pediu licença e ficou uns 15 minutos conversando com os seus assessores para se colocar a par do problema para, então, discutir com a comitiva que estava na sua sala, e uma comitiva respeitável: representantes do empresariado do norte e nordeste de Santa Catarina, três senadores, vários deputados federais, deputados estaduais, vereadores e prefeitos. Todos estavam naquela audiência, e o ministro não sabia que a BR-280 ficava em Santa Catarina!

Diante da pressão, o que ele fez? Afastou-se, tomou conhecimento do problema, voltou e comunicou-nos que marcaria uma nova reunião para passar a Santa Catarina a informação da data em que começaria a duplicação da BR-280, ou seja, a data em que as máquinas começariam a roncar. Mas para nossa surpresa - e o deputado Kennedy Nunes sabe disso, está acompanhando *pari passu* esse caso -, há dez ou 15 dias recebemos um comunicado do ministério dos Transportes informando que a audiência havia sido adiada, porque o ministro tinha outras duas audiências mais importantes para tratar do que a nossa.

Pois bem, essa novela terá mais um capítulo amanhã, às 17h, em Brasília, e não posso, de forma alguma, estar ausente, porque quero assistir de camarote, quero estar de corpo presente. E não estarei como protagonista, mas como figurante, para ver um dos artistas dessa novela bem de perto, que é o nosso ministro, e saber se ele realmente, agora está inteirado do problema e da urgência que temos em relação a essa BR.

Quem não é do norte e nordeste de Santa Catarina talvez não entenda, talvez não tenha a dimensão exata da necessidade urgente da duplicação da BR-280. E se eu tiver oportunidade, vou falar ao ministro que se ele não quer fazer, se não dá para fazer, se há problemas para fazer, que passe essa rodovia para Santa Catarina, que passem essa responsabilidade para Santa Catarina, e nós, imediatamente, faremos uma parceria público-privada e construiremos uma rodovia paralela à BR-280, com muito menos dinheiro, com muito

mais rapidez e que atenderá às necessidades de todos.

Quem não é daquela região talvez não saiba, mas as praias do Evino, da Barra do Sul, da Enseada, de Ubatuba, do Capri e do Forte têm acesso por uma rodovia apenas, a mesma rodovia que dá acesso ao porto de São Francisco do Sul. Ou seja, todos os caminhões que estão transitando para o porto, que já é um congestionamento dos infernos, quando chega o verão misturam-se aos milhares de veículos que se dirigem às praias. É uma esbórnica, é uma confusão dos diabos: é criança chorando, é mulher gritando, são pessoas com fome porque ficam três ou quatro horas na fila, é acidente, é atropelamento, é morte, e o assunto sendo tratado a conta-gotas.

Esperamos que amanhã não aconteça o que presenciamos ontem, quando quase tivemos uma luta livre no Congresso Nacional por causa desse rodoanel de Florianópolis. Espero que amanhã todos, de modo civilizado, possam levar a conversa a bom termo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSEIRA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, o deputado Nilson Gonçalves traz presente as dificuldades com relação às BRs, e queremos somar-nos para que possamos fazer um grande mutirão também nas SCs, principalmente na grande região oeste, onde, salvo raras exceções, temos problemas seriíssimos, que causam inúmeras dificuldades e transtornos a todos que por lá trafegam.

Acho que a sociedade catarinense e brasileira anseia exatamente por melhores condições de infraestrutura, tendo em vista a sua grande contribuição para o Tesouro do estado e da união, que deve ser revertida em políticas públicas para o cidadão.

Gostaria de aproveitar a oportunidade, sr. presidente e srs. deputados, para dizer que v.exas., neste momento, estão recebendo nas suas mesas um pequeno livro explicativo, trazendo presente algumas das plantas medicinais que são utilizadas por milhares e milhares de pessoas. V.Exas. também estão recebendo uma pequena muda da espinheira santa que, cientificamente, carrega o nome de *maytenus ilicifolia*. Há, inclusive, um cartãozinho que acompanha a muda dando uma pequena explicação sobre para que serve, os efeitos e o bem que faz à saúde das pessoas.

Este projeto de lei que vamos ter a oportunidade de votar nesta Casa hoje reconhece a espinheira santa como a planta medicinal símbolo do estado de Santa Catarina. Essa iniciativa, em parceria com o deputado Volnei Morastoni, chegou até mim a partir de uma grande consulta, deputada Professora Odete de Jesus, com centenas e centenas de pessoas que têm relação com as plantas medicinais e que fazem esse trabalho no dia a dia da Pastoral da Saúde e da Pastoral da Criança, enfim, através de muitas mãos, ou seja, através de um pedido da Associação Catarinense de Plantas Medicinais é que

encaminhamos esse projeto de lei que votaremos na sessão de hoje, para o qual, gostaria de pedir desde já, em meu nome e em nome do deputado Volnei Morastoni, o aval, o respaldo e o apoio de todos os parlamentares.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSEIRA - Pois não!

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Deputado Padre Pedro Baldissera, o tema que v.exa. traz a esta Casa Legislativa é muito importante. Eu sou favorável à sua iniciativa e já estou manifestando o meu voto positivo ao projeto de lei de v.exa. e também do colega deputado Volnei Morastoni.

Gostaria de dizer que as plantas são muito importantes na nossa vida. O nosso país leva o nome de uma árvore e temos o nosso Brasil no nosso coração.

V.Exa. entregou uma muda para todos os deputados e deputadas, presenteando-os. Eu vou levá-la para a minha casa e plantá-la.

Agradeço pela oportunidade do aparte, parabênzo v.exa. pelo tema e já me comprometo a votar a favor do seu projeto de lei.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSEIRA - Muito obrigado, deputada.

Gostaria também, à luz deste momento que estamos vivenciando, de socializar um pouco do trabalho que está sendo desenvolvido pelo interior do estado, intitulado Farmácia Itinerante. É um trabalho feito por um funcionário desta Casa, Alécio dos Passos, que tem percorrido inúmeros municípios, grupos e associações, levando esse debate ao nosso cidadão e à nossa cidadã.

Vamos acompanhar um pouquinho algumas fotografias mostrando o grande interesse que a nossa população tem, inclusive construindo hortas medicinais. Porque, além de tratar diretamente a questão das doenças das pessoas, serve também para gerar renda para muitas famílias que com as plantas medicinais trabalham.

(Procede-se à exibição de fotos.)

Não temos dúvida nenhuma de que isso é torna uma alternativa extremamente importante para a nossa sociedade. Tomara que todas as secretarias de Saúde dos municípios tenham a oportunidade de implementar essa política para o atendimento da nossa população. Vejam como será mais saudável o tratamento das pessoas, em todos os sentidos: na questão da saúde humana, na questão do bolso das famílias. Mas, acima de tudo, está a questão das pessoas. Isso ajuda na inclusão do ser humano e desperta uma prática social extremamente importante, da qual a nossa sociedade carece nos dias de hoje.

Sr. presidente, somente vamos conseguir transformar a realidade e a vida a partir do momento em que nos organizarmos e ficarmos unidos. É aí que vamos ter sinais evidentes de uma real transformação da sociedade na qual vivemos. Sem essa prática muitas ações serão paliativas e não resolverão as questões sociais que enfrentamos no dia a dia da vida.

Por isso, mais uma vez, deixamos aqui o nosso apelo aos parlamentares, em nosso nome e em nome do deputado Volnei

Morastoni, para que possamos aprovar esse projeto e, com certeza, acreditar na sanção do governador para que ele se torne lei. E vamos ajudar a manter viva e preservada essa planta medicinal que está em processo de extinção. Que possamos, pelo menos, mantê-la por toda a mata Atlântica do nosso país e também ver, através dela, muitas pessoas recuperarem a saúde e continuar o seu trabalho.

Era o que tínhamos para hoje, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria apenas de registrar a presença nesta Casa do presidente da Câmara de Vereadores de Capinzal, Andevir Isganzella, que prestigia, neste momento, o encontro dos vereadores mirins, já que é autor do projeto de lei que instituiu esse programa naquela cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

Feito o registro, desejamos aos vereadores aqui presentes uma boa estada neste Parlamento.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa do presidente da Câmara de Vereadores de Porto União, Joaquim Boeno Oliveira Filho, após inúmeras tratativas com o governo do estado.

Gostaria de registrar, ainda, a presença do vereador Fernando, que também visita este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Gostaria de cumprimentar o presidente desta sessão, deputado Moacir Sopelsa.

Sras. deputadas, srs. deputados, estudantes que estão aqui, público que nos assiste pela TVAL, que nos ouve pela Rádio Aleisc Digital e que nos acompanha pelo *AL Notícias*, gostaria de dizer que trago hoje uma denúncia feita pelo Ministério Público de Santa Catarina, que envolve as chamadas subvenções sociais deste estado. Esse é um tema que volta e meia está sendo pautado. No sul do estado temos uma denúncia e, caso seja confirmada, entidades terão que devolver R\$ 6,4 milhões das subvenções sociais que estão sendo investigadas.

Então, quero relatar o ocorrido na cidade de Chapecó, que demonstra a má administração dos recursos públicos, inclusive

com o envolvimento político-partidário de deputados desta Casa.

(Passa a ler.)

“Em março de 2010, entidades denunciaram junto à Promotoria Pública de Chapecó que a superintendência da prefeitura de Chapecó, regional do bairro Efapi, estaria pegando cheques em branco das comunidades e efetuando saques do valor da subvenção do Fundo Social da conta das comunidades. São mais de dez entidades beneficiadas com o valor de R\$ 10 mil cada, totalizando mais de R\$ 100 mil, sendo que cada comunidade recebia em média 30% a 40% deste valor.

No dia 8 de março de 2010, os presidentes de várias associações de moradores de loteamentos do bairro Efapi prestaram depoimento à ouvidoria setorial da SDR de Chapecó, para esclarecer denúncias de desvio de recursos destinados às entidades sociais pelo Fundo Social. Em depoimento, as entidades afirmaram que o superintendente da Efapi ofereceu recursos às associações de moradores daquela região. Após o primeiro contato telefônico, o superintendente pediu à associação um cheque em branco, com o objetivo de caução da parceria firmada. Durante depoimento, as associações relataram que a assessora comissionada da prefeitura era responsável pela entrega dos materiais que eram adquiridos com esses recursos e pelo preenchimento do cheque.

Ao receber os materiais, o custo era inferior ao do valor do cheque:

Uma associação recebeu cadeiras no valor de R\$ 31,00 cada, totalizando um valor de R\$ 6.200 mil, sendo que o valor da subvenção era de R\$ 9.920,00, gerando uma diferença de R\$ 3.720,00 mil.

Outro caso foi a compra, na teoria, de leivas para colocar num campo de futebol. Para esse fim, foram comprados 1.584m de grama no valor unitário de R\$ 6,00, totalizando R\$ 9.504,00. No entanto, o valor gasto foi apenas R\$ 4.200,00.

As associações não eram informadas do valor que iriam receber das subvenções e nunca receberam a nota fiscal dos materiais. Então, a própria prefeitura pegava o cheque em branco das associações e prestava contas do valor que, teoricamente, seria delas, e fazia a nota fechar no valor de R\$ 10 mil.

Conforme processo do Ministério Público, uma associação recebeu 215 espetos em aço inox, no valor unitário de R\$ 45,00, deputado Mauro de Nadal, totalizando R\$ 9.675,00. A prestação de contas desse pedido foi considerada irregular pela secretaria de estado da Fazenda e o próprio promotor do Ministério Público apurou que o valor de cada espeto não poderia ser maior do que R\$ 18,99. O promotor foi, de fato, verificar o valor daquele objeto. Portanto, um superfaturamento superior a 100%.

A entrega da subvenção social foi feita durante um evento político do DEM, que contou com a presença de deputados, prefeitos, vices, secretários e vereadores desse partido. Além disso, o evento para a entrega das subvenções acontecia durante um jantar para o qual a subprefeitura cobrava R\$ 250,00 das associações, já descontados dos R\$ 10 mil das subvenções. Portanto, dinheiro público nosso, dos catarinenses, de 7% do Orçamento, deputados, que está no Fundo Social e que deveria servir para uso cultural, esportivo, associativo das comunidades de Santa Catarina, mas que está sendo usado com

critério pessoal, político-partidário, que acaba indo para a mão de cabos eleitorais e serve, inclusive, para promover eventos políticos, como esse da entrega oficial dessa subvenção social.

Caro professor de Iporã do Oeste, isso é tudo o que não ensinamos para os nossos alunos, não é verdade? Dinheiro público precisa ser bem administrado. E, mais do que isso, sabemos que, do ponto de vista da administração pública, srs. advogados e deputados, há três princípios fundamentais que temos que respeitar. Em primeiro lugar, o princípio da moralidade pública, pois precisamos ser honestos naquilo que utilizamos e que não é nosso, não é particular de nenhum deputado, de nenhum prefeito e de nenhum cabo eleitoral, é público, presidente! Em segundo lugar, o princípio da impessoalidade. Como é que um cabo eleitoral pega dinheiro público, faz um jantar do DEM e diz que o dinheiro chegou graças ao partido ao qual ele está filiado? Isso é, no mínimo, imoral, indecente, para não dizer outros adjetivos. E, em terceiro lugar, o princípio do interesse público e qual interesse existe nessa relação.

Portanto, quero fazer essa denúncia para dizer que é urgente que o Fundo Social seja regulamentado, porque não é justo, prezados deputados e deputadas, público que nos acompanha, inclusive os alunos que estão aqui, que aqueles líderes voluntários que trabalham por amor à camisa, que precisam do recurso público para sustentar essas entidades, tenham que andar de cabeça baixa e responder pelo mau uso do dinheiro público e pelo uso político e partidário.

Nós, deputados, temos que regulamentar isso, pois se há deputados entregando subvenções sociais, eles têm que dizer que não são suas, que são do Fundo Social, que é dinheiro do governo de Santa Catarina e que, portanto, entidades ligadas ao PT, ao PP, ao PMDB, ao DEM, ao PSD, todas têm direito aos recursos do Fundo Social. Assim, não precisam votar em “a” nem em “b” para receber esse dinheiro, porque ele é resultado dos nossos impostos.

Então, precisamos regulamentar o uso e a destinação desse Fundo Social, seja no sul ou no oeste. E se a secretaria da Fazenda e o Ministério Público fizeram um apanhado das últimas notícias, inclusive nesta Casa, sr. presidente, de deputados que usam dinheiro público para beneficiar entidades, temos que passar isso a limpo. Este Parlamento não pode ficar manchado com esse tipo de notícia que nos envergonha e fragiliza a atuação dos deputados.

Portanto, precisamos do debate das subvenções sociais. O Fundo Social tem méritos na sua concepção, mas ele não pode ser desvirtuado das suas finalidades. Todas as entidades merecem ser bem tratadas, e de forma impessoal, pois essa é uma obrigação da administração pública.”

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, a

deputada Luciane Carminatti fez uma denúncia grave na tribuna. E sinceramente, deputada, estava aguardando que a senhora citasse nomes. É uma situação bastante desagradável, pois a senhora disse que deputados desta Casa estão cometendo esse tipo de ilicitude, mas a senhora não deu os nomes. Quem não sabe quem são essas pessoas, olha para a deputada Professora Odete de Jesus, para o deputado Nilson Gonçalves, para o deputado Kennedy Nunes, para o deputado "a", "b" ou "c", mas não sabe quem é. O ideal é que quando venhamos à tribuna fazer uma denúncia dessa magnitude, o nosso pronunciamento tenha começo, meio e fim. Ou seja, seria muito bom que a sra. deputada elencasse os nomes das pessoas, para que as coisas ficassem bem claras.

Acho que isso é fundamental! E digo mais, deputada, essa questão de subvenções é um negócio muito sério e que realmente carece de uma conversa, principalmente entre nós, deputados, quanto aos projetos de lei e de tudo o que vem para cá, como, por exemplo, as entidades sem fins lucrativos com direito a receber verbas e subvenções. Portanto, qualquer projeto que venha para esta Casa, pode ser lá da associação pedra das cabritas, sei lá de onde, não interessa, mas deve ser bem estudado, porque senão será aprovado e, a partir daquele momento, passará a ter direito também de receber verbas.

Então, o problema começa por esta Casa, pois não há um critério para analisar esses projetos com mais profundidade, com mais coerência, com mais sensatez, pois tudo que entra aqui sai aprovado e com direito a receber mais verbas públicas. Considero esse um assunto sério.

A deputada Luciane Carminatti falou também que não podemos dizer que estamos entregando uma verba a uma entidade porque esse recurso não é nosso, é do governo do estado. Mas como é que não somos nós que distribuímos esses recursos, se estamos indo lá nas cidades? Eu estou indo lá. Eu tenho o cuidado sempre de dizer que é uma verba captada através do governo do estado. Tenho sempre esse cuidado. Mas estou lá de corpo presente. Eu não posso dizer: olha, esse dinheiro o governo está mandando para vocês, mas eu não tenho nada a ver com isso! Claro que tenho tudo a ver com isso, sim. Eu trabalhei para conseguir isso. Então, é evidente que vou lá e vou dizer que ajudei a levar a verba.

Então, deputada Luciane Carminatti, eu concordo com v.exa. em muitos itens. Acho que essa questão de verbas, principalmente vindas do Fundo Social, é um assunto muito sério. E temos que tratar isso com seriedade. Temos que estudar esse critério com mais profundidade, com mais sensatez. Temos que cuidar da aprovação de entidades totalmente estranhas, com nomes estapafúrdios, que vêm aqui, habilitam-se e, a partir dali, começam a receber verbas públicas. Isso precisa ser mais bem avaliado dentro desta Casa.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Deputado Nilson Gonçalves, corroboro com suas manifestações no sentido de que este Parlamento tem que discutir e ir a fundo nessa questão das subvenções.

Logicamente, também concordo com v.exa. quanto à citação dos nomes das

pessoas, por parte da deputada Luciane Carminatti, envolvidas nessas denúncias, até para que o Parlamento não fique manchado, no sentido de envolver todos os deputados. Enfim, houve uma denúncia e há comprovação através do Ministério Público. Então, que sejam citados os nomes das pessoas envolvidas, até para que não parem dúvidas sobre os demais parlamentares.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Com exceção disso, respeito todo o pensamento e também o discernimento da deputada. Acho que somente essa questão é que precisa ser esclarecida. Caso a deputada não queira dar os nomes para não se indispor com "a" ou "b", temos nesta Casa a comissão de Ética e Decoro Parlamentar, o que dispensa o uso da tribuna. Mas quando for utilizar a tribuna para fazer uma denúncia, tem que matar a cobra e mostrar o pau, ou seja, citar o nome daqueles elementos que, eventualmente, estão cometendo falcaturas com o dinheiro público.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Gostaria de registrar a presença do prefeito de Schroeder, Felipe Voigt, e do vice-prefeito, Luis Aparicio Ribas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pelo tempo restante do PMDB, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Quero, inicialmente, saudar o presidente desta Casa, os srs. deputados e as sras. deputadas.

Srs. deputados, o PMDB catarinense comunica com pesar o falecimento do ex-prefeito do município de Descanso, sr. Vitório Basso, que ocorreu na madrugada de domingo. O sr. Vitório Basso era irmão do prefeito de São Miguel d'Oeste, Luiz Basso, ex-deputado estadual, que ocupou assento nesta Casa à época do primeiro mandato do ex-deputado Herneus de Nadal, representante do oeste.

O sr. Vitório Basso faleceu aos 70 anos de idade, de infarto. Ele exerceu o mandato de prefeito de Descanso no período de 1986 a 1988 e, novamente, no período de 1993 a 1996. Foi por duas vezes vereador daquele município e deixa enlutados, além dos amigos e das pessoas próximas que conviveram com ele ao longo de sua história, três filhos e quatro netos.

O extremo oeste catarinense, nesta oportunidade, comunica com grande alegria a conquista de uma menina de 11 anos, Bruna Tomazelli, que desde os sete anos de idade é piloto de kart e tem disputado provas não só em Santa Catarina, mas em todo o país. E nesta oportunidade, no exterior, em Las Vegas, esteve participando do 15º Skusa Super Kart, uma competição internacional, de que participam pilotos do mais alto gabarito em busca do título, porque através dessa competição os pilotos ganham destaque, mostrando o talento e a capacidade que

possuem para os eventos internacionais. E muitos começam ali a trilhar os seus caminhos em busca de espaço na Fórmula 1.

A Bruna Tomazelli, por conta própria, através do incentivo de sua família, vem conquistando inúmeros títulos nessa competição. Já tem mais de 100 troféus colecionados e na sua categoria ficou em 3º lugar, levando o Brasil ao pódio nesse evento de que participam mais de 500 pilotos, em que dez são brasileiros. E ela, representando o Brasil, conseguiu espaço no pódio.

Tenho certeza, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é um exímio atirador e participou de inúmeras competições dos Jogos Abertos de Santa Catarina, de que no dia em que a Fórmula 1 despertar para o talento e a capacidade feminina também nas pistas, essa catarinense do pequeno município de Caibi, que tem oito mil habitantes, estará disputando oportunidades para representar o nosso país nessas competições, dado o talento, a dedicação e a força de vontade nas competições internacionais.

Quero também convidar todos os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio AleSC Digital para uma importante feira que acontece em Maravilha. Essa feira é realizada pela Amerios - Associação dos Municípios do Entre Rios - composta por 17 municípios. É uma feira diferenciada porque agrega os municípios e tem por objetivo mostrar alternativas para o pequeno agronegócio, para as pequenas famílias de agricultores.

Lembro-me bem da pequena edição quando era prefeito do município de Cunha Porã, em que tivemos a oportunidade de discutir esse tema e fazer um evento que gerasse oportunidade para os pequenos agricultores verem formas alternativas de agregar valor à produção fruto do seu trabalho na agricultura. E essa feira, a cada ano que passa, vem demonstrando uma potencialidade, vem trazendo a marca do povo catarinense até em noticiários internacionais, porque tem um foco específico, que é mostrar tudo o que há de melhor em máquinas e equipamentos para o agronegócio, bem como expor produtos da agricultura familiar. Também essa feira oportuniza a apresentação do artesanato que é confeccionado na região, que compreende os 17 municípios da Associação dos Municípios do Entre Rios.

A abertura será na próxima sexta-feira. Serão três dias de feira. Até apresentamos um requerimento neste Parlamento, na pessoa do nosso presidente, para que a TVAL pudesse dar cobertura ao evento. Como frisei, é um evento diferenciado das demais feiras que têm a sua importância para cada município. Mas essa, por agregar vários municípios, por mostrar a produção de 17 municípios, acaba tendo um diferencial com relação ao que acontece nas demais feiras.

Deputado Antônio Aguiar, realizamos mais uma etapa, na sexta-feira passada, às 10h, em Guarimirim, das audiências que tratam do Fórum dos Pequenos Hospitais. Lá discutimos o tema com 39 hospitais que compreendem quatro associações de municípios: a Amunesc, a Amvali, a Amfri e a Ammvi. Basicamente são 41 municípios envolvidos.

A discussão foi muito produtiva pelas experiências que foram levadas. Contamos com a presença e a participação dos deputados Carlos Chiodini e Volnei Morastoni. Lá pudemos

vivenciar o que está acontecendo principalmente com o Hospital São José, de Jaraguá do Sul, que é um exemplo para todo o estado de Santa Catarina, que é administrado por uma organização social, uma alternativa plausível, que conta com a participação dos empresários, do governo do estado e do município, o que faz com que o hospital se torne referência em toda aquela região.

E quero citar o hospital de Joinville, cuja administração também é da mesma natureza. Mas no hospital de Jaraguá do Sul vemos a sensibilidade do empresário para com as obras de infraestrutura e sua funcionalidade. A forma como está sendo administrado, hoje, faz com que as despesas e as receitas basicamente se equilibrem. Esse é o modelo que todos nós almejamos.

Dividirei o tempo com v.exa., deputado Antônio Aguiar.

Quero dizer que nos próximos 15 dias o Fórum dos Pequenos Hospitais apresenta um pequeno relatório daquilo que aconteceu nas cinco reuniões e busca, através desse relatório, o encaminhamento ao governo do estado de Santa Catarina e ao governo federal daquilo que entendemos ser justo para que aqueles hospitais não encerrem as suas atividades e possam continuar prestando um trabalho de excelência nos pequenos municípios do estado catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, os próximos minutos são destinados ao deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, colegas parlamentares, quero abrir o meu pronunciamento com um breve comentário sobre um assunto do momento nesta Assembleia Legislativa, que é o reajuste dos servidores estaduais, cujo projeto está chegando a esta Casa.

Sei que muitos mereceriam o reajuste maior de seus vencimentos, mas também sei que o governo fez muitos cálculos para chegar à melhor proposta possível. Aproveite para reconhecer que em entrevista ao jornal *A Gazeta*, de São Bento do Sul, posso ter cometido uma injustiça com os delegados de Polícia, no que diz respeito à sua remuneração total.

Recebi muitas mensagens eletrônicas protestando, mas assim como há delegados que não ganham R\$ 12 mil brutos, outros ultrapassam esse valor.

A Polícia Civil cumpre um papel importante para a sociedade, e este deputado reconhece o valor da instituição. Mas também não pode aceitar o argumento de algumas pessoas que dizem que o governo não deu qualquer melhoria nos últimos anos, pois basta comparar os contracheques de oito, dez anos atrás com os atuais e ver que isso é uma injustiça.

Espero que haja entendimento sobre a matéria que irá tramitar nesta Casa em benefício de todos os servidores, aí incluindo os policiais civis, os delegados, os agentes, os escrivães, ou seja, todos os que fazem parte daquela corporação. Tanto o governo quanto esta Assembleia se empenharão ao máximo para que a tramitação dessa matéria chegue a bom termo até o final do ano legislativo.

Como o nosso tempo é exíguo, quero fazer referência ao planalto norte. Ontem estivemos em Mafra, onde entregamos R\$ 2,5 milhões à área da Saúde, para a compra de um aparelho de ressonância magnética e de um tomógrafo para o Hospital São Vicente de Paula.

Gostaria de parabenizar a diretoria daquele hospital, o presidente Josué, o diretor Dário, os médicos, as enfermeiras, os atendentes, os auxiliares de enfermagem, todos os seus funcionários, porque temos a certeza de que esse é um momento ímpar para o município de Mafra. Mafra recebeu ontem, com a presença dos deputados Darci de Matos e Silvío Dreveck, o maior investimento do planalto norte na área da saúde.

Portanto, estão de parabéns o nosso governador Raimundo Colombo e o nosso vice Pinho Moreira, que atuam na área da saúde fazendo com que as regiões que mais necessitam sejam atendidas.

Quero também parabenizar o presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni, que, juntamente com o governador Raimundo Colombo, explicou o motivo do investimento de R\$ 1,075 bilhão no estado de Santa Catarina. Esteve no planalto norte explicando os R\$ 56,2 milhões de investimento naquela região: na geração, na transmissão e na distribuição de energia de alta e baixa tensão, na organização da subestação, na transmissão para o grande planalto norte, de Canoinhas a Papanduva, 39km de uma rede nova, com energia de 138KVA. Então, teremos uma grande recuperação na parte energética.

Temos certeza de que os empresários e os investidores do Brasil e do exterior terão, sim, o principal item para investir no planalto norte, que é a energia, pois ela estará disponível para que eles subam a serra, cheguem ao planalto norte e façam os investimentos numa região promissora, principalmente no agronegócio, fazendo com que a nossa grande dedicação, a nossa vocação para o agronegócio seja realmente premiada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero confirmar a denúncia que fiz através de ação civil pública, que está no Tribunal de Justiça de Chapecó. E gostaria de divulgar o número da ação para que todos possam ter acesso: 01811021992-6. Passo, inclusive, às suas mãos, sr. presidente, para que diante desse processo todos saibam, de fato, como algumas pessoas desvirtuam o uso do Fundo Social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Pois não, deputada.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, estamos com muito orgulho no PSD participando da mudança e transformação política que o nosso país passa e que tanto queria. Inclusive, quero

solidarizar-me com a deputada Luciane Carminatti, porque acho que toda denúncia de irregularidade de aplicação de verba pública deve ser apurada e levada à delegacia de Polícia, à Câmara de Vereadores, quando é o caso de verbas municipais, e aos órgãos competentes.

Há tantas pessoas de bem querendo trabalhar, tantos voluntários trabalhando graciosamente em defesa do cidadão, em defesa do estado, mas infelizmente algumas pessoas estão-se aproveitando de ONGs, de entidades não regulares e fazendo desvio de verbas. Então, sei que todos os 40 deputados são favoráveis que, sempre que houver denúncias, haja a devida apuração.

Quero parabenizar o deputado Padre Pedro Baldissera, que hoje falou da espinheira santa, e também o deputado Mauro de Nadal, que falou do falecimento do ex-prefeito de Descanso, Vitória Basso.

Eu fui vereador e presidente da Câmara de Vereadores de São Miguel d'Oeste no período em que Luiz Basso foi prefeito e o Vitória era prefeito de Descanso. Então, registro os nossos sentimentos à família.

Ele estava com 70 anos e no sábado que passou, enquanto participava de um casamento, sofreu um infarto fulminante, vindo a falecer. Inclusive, três médicos que participavam do casamento tentaram reanimá-lo, mas não foi possível.

Quero também falar da manifestação do deputado Antônio Aguiar. Eu recebi muitos colegas delegados e falei da sinceridade, da correção do deputado quando no trato da coisa pública, e havia a informação nesta Casa e até a divulgação de que o salário do delegado era de R\$ 13 mil. Existem alguns delegados, em final de carreira, que ganham até um pouco mais e muitos delegados, em início de carreira, que ganham menos.

Muitos colegas ligaram-me e falei da sua correção, da sua forma de agir e que o deputado levou aquela informação porque a tinha recebido. Inclusive, alguns colegas delegados encaminharam o seu contracheque. Existem alguns recebendo R\$ 10.049,00 de remuneração bruta, ficando em R\$ 7.329,00 o salário líquido. Há outros, em final de carreira, com o salário de R\$ 11.655,00, que depois, descontando o imposto de renda, fica em R\$ 8.369,00. Temos alguns delegados, srs. deputados, em final de carreira que com hora extra, com todos os adicionais, recebem R\$ 16.000,00, acho que até R\$ 19.000,00, mas são casos especiais de delegados antigos, que somam vencimento, indenização de hora extra, indenização de chefia, adicional noturno e abono. Nesse caso aqui, o delegado tem pós-graduação, então, ganha também o adicional de pós-graduação, auxílio alimentação, mais dois abonos, gratificação de representação, que é uma gratificação que foi concedida aos delegados em 2010, de R\$ 2.000,00, que todos os delegados recebem. Depois, esse benefício foi estendido aos oficiais da Polícia Militar e hoje até um sargento da Polícia Militar, ao aposentar-se, depois de promovido a subtenente, passa a receber mais esses R\$ 2.000,00.

O comissário, o escrivão, quando se aposentam, perdem a hora extra, e o militar é promovido e recebe mais R\$ 2.000,00, no caso de sargento. Essas são as distorções de que a Polícia Civil tem pleiteado a correção.

Conversamos ontem com o governador Raimundo Colombo, que está muito

empenhado em resolver a questão da Segurança Pública, como de todas as categorias do estado que estão em dificuldade. Tem de investir em saúde, em educação, em estradas, e há a questão salarial. Mas há o empenho do governador, pois a Segurança Pública é muito importante para Santa Catarina. Mas o governador fará o melhor possível para resolver essa questão, como já está fazendo.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de me colocar à disposição de v.exa., que é o representante da classe, e dizer que o que nos couber para que haja entendimento entre policiais civis, delegados e o governo, faremos e estaremos juntos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Maurício Eskudlark, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, pela sua preocupação, pelo seu trabalho interagindo diuturnamente com a categoria. V.Exa. tem sua origem profissional e política nesse segmento da Segurança Pública de Santa Catarina, com muita honra.

Quero reforçar também que o governador Raimundo Colombo está no governo há dez meses e meio, deputado. Então, precisamos ter consciência desse pouco tempo que estamos no governo. Mas o governador teve a coragem de unificar a data-base, os reajustes, dar um aumento linear a todas as categorias, coisa que os demais governos, na história de Santa Catarina, não fizeram!

Não queremos aqui criticar ninguém, pois cada um tem um estilo, tem um jeito, mas o nosso governador utilizou os primeiros meses para conhecer o governo, para proporcionar a economia do governo e agora começa a fazer os convênios e começa a dar o tom da sua gestão. É claro que o projeto está em discussão e no Parlamento as discussões vão à exaustão, pois é um local de debate, de divergência e de convergência!

Mas precisamos, sem dúvida alguma, dar uma atenção especial às áreas essenciais, à saúde, à educação, à segurança pública. Afinal de contas, os policiais colocam as suas vidas como escudo humano para defender a nossa sociedade.

Então, entendo que o projeto de reajuste de 8% é bom, está acima da inflação. A unificação da data-base é corajosa, mas não vamos fechar a porta para o debate, para a discussão com as categorias. Agora, é preciso entender que o nosso governo está no início, no seu primeiro ano. Nós acreditamos neste governo, um governo sério, corajoso, honesto, transparente, ousado, que com certeza dará dignidade aos servidores públicos de Santa Catarina ao longo da sua gestão.

Faço aqui essa afirmação com absoluta convicção.

Antes de devolver a palavra a v.exa., deputado Maurício Eskudlark, quero falar sobre a sua alegria em saber da presença, ontem, do governador no planalto. Esteve lá atendendo ao seu pedido, levando R\$ 2,5 milhões para o

hospital de Mafra, investimento que será feito na área energética, para fazer frente ao pujante crescimento do norte de Santa Catarina.

Para encerrar, gostaria de dizer que o secretário da Educação, Marco Antônio Tebaldi, estará hoje, às 17h, na Assembleia, na sala da Presidência, fazendo uma exposição aos líderes sobre o plano que será um marco regulatório na educação profissional de nível médio de Santa Catarina, ensino esse integral. É um projeto fantástico que será implantado pelas mãos do governador Raimundo Colombo e do secretário da Educação, deputado federal Marco Antônio Tebaldi.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado Darci de Matos.

Deputado Antônio Aguiar, ontem conversamos com o governador Raimundo Colombo, que entende que ao longo da história tivemos muitos abonos, que a própria hora extra do policial não foi concedida como hora extra, mas como aumento salarial.

Então, o policial civil não pode perder, principalmente quando vai para a aposentadoria, a hora extra e o adicional noturno. Mas, como sabemos da disposição, da forma de agir do governador Raimundo Colombo, estamos convencidos de que seremos atendidos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu gostaria de fazer um registro de grande importância, assim entendo, sobre um assunto que está sendo sempre debatido nesta Casa. Eu não vejo agora aqui o deputado Sargento Amauri Soares, que sempre briga por isso, mas quero parabenizar o comando da Polícia Militar, especialmente o seu grupo estratégico, que acabou aprovando a anistia dos policiais daquele movimento de 2008 e que neste momento o comandante Nazareno está encaminhando-a ao governador Raimundo Colombo, para que possa fazer a assinatura do decreto anistiando os policiais que foram enquadrados pelo então governador Luiz Henrique da Silveira.

Obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Obrigado, sr. presidente.

Eu gostaria de pedir o apoio de v.exa, presidente, para a votação ao projeto de lei que reconhece a espinheira santa como a planta medicinal símbolo do estado de Santa Catarina, que v.exa. recebeu em sua mesa, para que possa plantá-la, como os demais deputados, e cuidar com muito carinho, pois poderá ser de grande utilidade no decorrer da caminhada de sua vida e de tantas outras pessoas.

Eu gostaria, também, de fazer o registro da presença, nesta Casa, da sra. Kátia Batista, que é presidente da Associação Catarinense das Plantas Mediciniais, da sra. Karen

Berenice, que é da Câmara Setorial de Plantas Mediciniais da secretaria da Agricultura, da sra. Isabel Cristina Cavalcanti, que faz parte da Fundação 25 de Julho, de Joinville, e da sra. Edite da Silva, que é coordenadora do Programa de Plantas Mediciniais de Joinville.

Estou fazendo esses registros e estou trazendo o apoio de todas essas organizações a esse projeto de lei.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Vou levá-la com muita satisfação, deputado Padre Pedro Baldissera.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e estimados assistentes, gostaria de comentar sobre um projeto de lei a que dei entrada, na tarde de ontem, nesta Casa Legislativa, que regulamenta e dispõe sobre recursos para atender às demandas do chamado Orçamento Regionalizado.

Nós aprovamos, nesta Casa Legislativa, uma alteração constitucional que iniciou por proposição do atual prefeito de Joinville, Carlito Merss, que teve a aprovação de todos os srs. deputados na ocasião, instituindo o Orçamento Regionalizado.

Depois disso, foi proposta uma lei complementar, que se transformou na Lei Complementar n. 157, de setembro de 1997, a respeito do Orçamento Regionalizado, tendo sido aprovada por esta Casa por unanimidade. No entanto, na ocasião o governador do estado vetou o projeto de lei aprovado por esta Casa, que soberanamente derrubou o veto por 22 votos contra 11 votos e uma abstenção.

Na verdade, o veto ao Orçamento Regionalizado já sinalizava que não seria uma prioridade do governo. Recordo-me de que na época o espírito da lei era de fomentar o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas, uma vez que o estado é marcado pelo desenvolvimento desigual. Quero usar, inclusive, parte da justificativa que apresentamos no projeto de lei para fazer a sua argumentação.

Nos últimos dois anos verificamos que no exercício de 2009, das 87 prioridades, 61 delas, ou seja, 70% de tudo que foi indicado como prioridade nas audiências regionais pela comunidade catarinense não tiveram nenhum centavo, estimado presidente da Câmara de Vereadores de Capinzal, vereador Andevir Isganzella, aplicado nessas obras. Já em 2010, das 96 prioridades escolhidas pela comunidade catarinense, 71 delas, ou seja, 73,96%, tiveram sua dotação zerada. Nesse caso as críticas ao Parlamento não são poucas e contribuem para o descrédito.

Diga-se que essa lei é um dos poucos mecanismos de participação popular que há em Santa Catarina. Por isso não podemos ser pautados pelo discurso de que vamos acabar com o Orçamento Regionalizado, pois não funcionou mesmo. Nós não podemos nos pautar por isso. Antes, pelo contrário, devemos criar mecanismos para garantir a efetiva participação da sociedade catarinense nos debates e nas discussões do Orçamento do estado.

Quero, inclusive, reportar-me à experiência que realizamos na administração

de Concórdia com o chamado Orçamento Participativo, experiência essa que está relatada em diversas publicações das quais não tivemos parte, a exemplo de um livro organizado pelos professores Julian Borba e Lígia Helena Luckmann, chamado *Orçamento Participativo - Análise das Experiências Desenvolvidas em Santa Catarina*, que fez um estudo aprofundado das experiências do Orçamento Participativo dos anos 90 até 2006.

O livro ressalta que o município de Concórdia, gestão da qual tivemos a honra de conduzir, foi o único município do estado que cumpriu 100% das deliberações das decisões da comunidade. Cito, inclusive, parte do trecho extraído desse livro:

(Passa a ler.)

"O município de Concórdia apresenta um forte comprometimento governamental que se manifesta na execução de todas as obras deliberadas pela população, na existência de uma eficiente estrutura de comunicação e informação, na participação dos partidos da coalizão e do prefeito municipal, além da disponibilização de recursos."

Ou seja, temos de fortalecer os mecanismos de participação da sociedade.

Por isso o Orçamento Regionalizado é importante. E este ano fizemos questão de acompanhar as audiências regionalizadas e vimos como foi importante nas diversas regiões do estado a participação das lideranças indicando as prioridades. Mas para que elas não se tornem inócuas, propusemos a esta Casa Legislativa um projeto de lei que destina recursos para a execução dessas demandas de 5% do orçamento de investimentos para atender às demandas do Orçamento Regionalizado.

Essa destinação de recursos dar-se-á, caso aprovada a presente proposição, levando-se em conta os índices de desenvolvimento humano em que as regiões mais carentes economicamente terão destinação de um recurso maior, cumprindo assim o seu estado, que é equilibrar a distribuição dos recursos de acordo com as necessidades, de acordo com as carências de cada uma das regiões catarinenses.

Portanto, sr. presidente e srs. deputados, essa ação permite a este Parlamento que discuta mais uma vez as formas de abrir espaço para a população catarinense, para aqueles que querem efetivamente ajudar no desenvolvimento, para que não possamos apenas ter um Parlamento em que se apresenta algumas emendas, as quais são rejeitadas ou não são executadas.

Se tivermos um recurso específico para isso, com certeza teremos também a execução e a garantia de que cada uma das regiões atenderá de fato às suas prioridades, porque sabe o morador de cada uma das regiões do que efetivamente é prioridade para a sua comunidade.

Por isso, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, esperamos dar uma contribuição não somente no processo legislativo, mas no fortalecimento dos mecanismos de participação popular no governo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, queria somente registrar a presença, nesta Casa, dos vereadores de Otacílio Costa, Edson Pasold, Amadeus Boaventura Pereira e Israel Alfredo, que estão acompanhando a sessão de hoje à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, que eventualmente sobe a serra Dona Francisca e vai nos prestigiar em São Bento do Sul e em outros municípios, quero fazer dois registros no dia de hoje.

O primeiro registro é sobre Rio Negrinho, sr. presidente, que no último sábado, dia 19, fez a abertura da terceira edição do Natal Encantado.

Rio Negrinho já se destacou pela ousadia da inovação, fazendo com que aquele município iniciasse na gestão do prefeito Osni José Schroeder a criação do chamado Natal Encantado, com uma nova dinâmica, podemos dizer assim, utilizando produtos de material reciclável, principalmente garrafas pet. E com a contribuição e a parceria de empresários e da comunidade, voluntariamente, esse trabalho resultou numa ação concreta e numa inovação que está atraindo turistas e, com isso, agregando recursos à economia local e, portanto, gerando emprego e renda, movimentando a rede hoteleira, restaurantes, postos de gasolina e assim por diante.

O Natal Encantado, uma marca registrada em Santa Catarina, teve a sua abertura no dia 19 último e contou com a presença do deputado Darci de Matos, de outras autoridades e de, aproximadamente, 30 mil pessoas que participaram desse evento que, hoje, é uma realidade no planalto norte.

Portanto, queremos registrar esse evento que faz de Rio Negrinho uma cidade diferenciada. E, assim, convidamos todos os catarinenses e também os turistas, que virão de outros estados, para visitarem aquele município que tem como a sua marca a chaminé da antiga loja Móveis Cimo. Ela, hoje, está lá toda iluminada para embelezar a cidade e atrair turistas que lá vão prestigiar e conhecer algo diferente.

Por outro lado, sr. presidente - e o deputado Antônio Aguiar já se pronunciou sobre isso aqui -, quero fazer o registro da participação, ontem, do presidente da Celesc no município de São Bento do Sul, que contempla uma gerência regional de Rio Negrinho e Campo Alegre, e à noite, às 19h30, em Mafra, contemplando os municípios de Mafra, Papanduva, Monte Castelo, Major Vieira e toda a região do planalto norte catarinense.

Temos as coisas que cobramos e que reivindicamos em nome da comunidade e o planalto norte, quero crer, era uma das regiões mais prejudicadas em função da qualidade da energia fornecida pela Celesc até então. Ou seja, houve a interrupção por inúmeras vezes de energia, causando enormes prejuízos para os avicultores, para os fumicultores e para tantas outras atividades que se utilizam da energia elétrica e que tiveram enormes

prejuízos por conta dessas repetidas interrupções.

Este deputado que lhes fala, o deputado Antônio Aguiar, o deputado de Darci de Matos, os prefeitos, os presidentes das associações empresariais, os presidentes das Câmaras de Vereadores e tantas outras lideranças levaram esse pleito ao presidente Antônio Gavazzoni, que, primeiramente, teve a iniciativa de fazer um diagnóstico dos problemas existentes e, após isso, tomou a decisão. E ontem, nos municípios que já citei...

Somente na microrregional de São Bento do Sul serão investidos mais de R\$ 16 milhões nos próximos quatro anos. E na região do planalto norte, deputado Joares Ponticelli, na região de Mafra, haverá investimentos da ordem de R\$ 56 milhões através da Celesc para, a partir do ano que vem, principalmente na subestação de Papanduva, já haver uma solução para amenizar esse grave problema que vem afetando a nossa região do planalto norte, além de dar segurança às empresas existentes, podendo ampliar os seus negócios, bem como atrair novos empreendimentos, uma vez que está havendo essa grande oportunidade de dar segurança com a energia, que é um dos componentes da infraestrutura para o empreendedor apostar no seu negócio.

Ao passo que ainda foram liberados para o hospital de Mafra R\$ 2,5 milhões para a compra de equipamentos.

Então, ontem foi um dia especial para o planalto norte catarinense. E queremos agradecer também essa decisão do governo do estado de priorizar os investimentos.

Gostaríamos de registrar, ainda, que a iluminação da serra Dona Francisca, depois de muitos anos ter sido reivindicada aqui nesta tribuna por mim e por outros deputados, está em pleno vapor.

O nosso muito obrigado aos responsáveis por essa grande obra, em termos de segurança, para os usuários da Serra Dona Francisca.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado líder, quero me associar à manifestação de v.exa. nos cumprimentos ao presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni.

Recentemente, ele esteve no município de Tubarão, na Associação Comercial e Industrial, quando apresentou o plano de investimentos da Celesc, período 2011/2015, de R\$ 60,9 milhões, tranquilizando, como v.exa. bem colocou, o setor produtivo e estimulando o desenvolvimento da região.

Eu acho que isso é inédito na história da Celesc, pois é um plano estratégico de médio e longo prazo que vai dar segurança e trazer progresso e desenvolvimento para Santa Catarina.

Parabéns ao presidente Antônio Gavazzoni e a toda sua equipe pelo belo plano em favor do desenvolvimento do nosso estado.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. deputado, e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. E é justo e meritório que se reconheça essa grande decisão.

Quero, ainda, dizer que em meu próximo pronunciamento, e se não o fizer hoje eu o farei amanhã, deputados Joares Ponticelli

e José Milton Scheffer, vou levantar uma questão sobre as nossas rodovias federais, o nosso sistema de ferrovias, de portos e de aeroportos, pois precisamos refletir muito sobre a decisão de fazer concessão...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do ex-vereador de Capivari de Baixo e atual presidente do Partido Progressista, Nilton de Melo Fernandes, e também do sr. Sebastião Heraldo de Lemos, que estão aqui nos prestigiando.

Eu gostaria, também, na qualidade de presidente da comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, dentro do tema que o deputado Sílvio Dreveck acabou de falar, de dizer que, hoje, teremos a presença do presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni, na comissão para debater todo esse plano de expansão.

Portanto, fica aqui o convite para todos os colegas deputados que quiserem participar e conhecer melhor esse plano de investimentos da Celesc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, gostaria de solicitar que os deputados que se encontram nos seus gabinetes desçam até o plenário para votarmos as matérias da Ordem do Dia, uma vez que algumas delas necessitam de quórum qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O PCdoB utilizará cinco minutos do horário dos Partidos Políticos e depois entraremos na Ordem do Dia, deputado Elizeu Mattos. Mas fica feito o convite a todos os srs. deputados para participarem da Ordem do Dia.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, já fiz a minha inscrição para usar da palavra em Explicação Pessoal exatamente porque gostaria de tratar de, pelo menos, três temas.

O primeiro deles é para desdobrar a audiência pública realizada ontem, na Assembleia Legislativa, sobre a Ponta do Coral, um tema relevante e bastante emblemático para a região da Grande Florianópolis. E especialmente nós, no âmbito da comissão de Legislação Participativa, temos conseguido abrir o diálogo sobre o tema. Aparentemente temos posições absolutamente antagônicas, mas a cidade precisa começar a desenvolver esse hábito para o diálogo.

Ontem, o que vimos foi de fato, no começo da audiência, posições muito fechadas, e no andar da discussão pôde-se perceber que de fato, hoje, aquela Ponta do Coral que conhecemos como está precisa dar um passo adiante. Qual o passo adiante que vai ser dado é que precisa ser discutido com toda a cidade, pois ele diz respeito à própria cidade que queremos construir para o futuro.

Nos últimos dias temos debatido com mais ênfase a necessidade do Plano Diretor, a necessidade de planejamento, a necessidade de discutir mobilidade urbana, coisa que já se falava lá na década de 80, e quem falava era chamado da turma do contra.

Quando em 2005 discutíamos que era necessária uma secretaria de mobilidade urbana - e não uma secretaria, como foi feita em Florianópolis, de Transportes, Mobilidade e Terminais, que ninguém nunca entendeu o que queria dizer uma secretaria dessas -, era exatamente por antever, com base em avaliações técnicas, que chegaríamos a esse ponto que estamos agora de praticamente inviabilizar a mobilidade urbana.

Esses assuntos são todos correlatos, todos eles se comunicam: qual é a cidade que queremos para o futuro? E quando falamos de Florianópolis, é óbvio que não diz respeito apenas a quem é daqui, pois ela é a capital do nosso estado e de fato acaba impactando a vida de muita gente e mais ainda a cada ano que passa quando, no verão, vemos a nossa população crescer enormemente. E com esse crescimento todos os nossos problemas também crescem enormemente, especialmente em mobilidade urbana e segurança, hoje os dois temas mais sensíveis da cidade.

Aproveito para me referir ainda sobre a discussão que está havendo acerca da política salarial que o governo pretende implantar. E a matéria já está na Casa.

Quero fazer dois apontamentos. O primeiro deles é que de fato é um avanço haver uma data-base e construir reajuste linear. Mas é preciso ver que a história não começa hoje. Tratar igualmente os desiguais perpetua a desigualdade. A hora em que dissermos que, a partir de hoje, sempre vai ser desse jeito, não conseguiremos entender que 8%, para quem ganha 20%, tem um significado, e 8%, para quem ganha R\$ 600,00 ou R\$ 700,00, que são os trabalhadores da Educação, da Saúde e da Segurança, tem outro impacto. Além do que os servidores que cumprem a função finalística do serviço público são os que estão na ponta da lança e são a própria cara do estado para a imensa maioria da população catarinense.

Por isso, precisamos, sim, nos permitir ao debate. Eu vejo com grande desconforto alguns se pronunciarem dizendo que o projeto não se toca. Eu não sei qual é o projeto, mas o projeto como está ninguém toca. Ora, precisamos, ao menos, fazer uma ode à nossa inteligência; ao menos que possamos compreender o projeto e trabalhar em cima dele; ao menos que possamos reconhecer as situações de desigualdade que existem, por que elas existem, e como vamos superá-las.

Por último, nos segundos que me restam, quero mencionar que li há pouco uma nota no blog do jornalista Roberto Azevedo, no *Click RBS*, dizendo que a base do governo devolveu para o governo um projeto em que, pelo que sinaliza a nota, veio contrabandeada, esse projeto da política salarial, a alteração do Estatuto da Celesc.

Eu, da tribuna, quero dizer que gostaria de conhecer esse projeto, seja ele o que for. Diz o jornalista, e a base do governo pode dizer se é isso ou se não é, que a base não quis nem ler o projeto e que o devolveu porque não foi discutido.

Se o governo traz no bojo de um projeto maior, ruidoso, um projeto significativo, mas que não discuti sequer com a sua base, isso me desperta curiosidade. Eu sei que as mulheres são tidas como seres curiosos por natureza, mas creio que não é por causa disso, mas é para saber para onde rumo a governo.

Já quis mexer na Celesc, quando mexeu na Casan, e houve uma mobilização nesta Casa. Este Poder, especialmente na figura do seu líder, foi sensível ao apelo popular, alterou o projeto e conseguiu avançá-lo. Mas queremos saber o que o governador mandou para cá sobre a Celesc, que nem a sua base quis que se conhecesse, nem quis ler. Pela democracia, precisamos conhecer qual é o pensamento do governador sobre a nossa Celesc.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Deputado Moacir Sopelsa, é importante que v.exa. esteja na presidência dos trabalhos neste momento, pois trarei uma notícia importante. E v.exa., que foi secretário da Agricultura do estado de Santa Catarina, vai-se animar com essa notícia. O IBGE realizou um levantamento para identificar os 100 maiores PIBs da agropecuária do Brasil. E a minha terra, Campos Novos, é a única do estado de Santa Catarina que figura entre as 100 maiores do Brasil, com um faturamento de quase R\$ 200 milhões nessa área da agropecuária.

Então, isso cada vez consolida mais o título que esta Casa deu a Campos Novos como o celeiro do estado de Santa Catarina e hoje, nesse levantamento do IBGE, figurando entre os 100 maiores do país que mais produzem na área da agropecuária.

Apenas queria registrar nos anais desta Casa um número que é importante para Santa Catarina, e não somente para Campos Novos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro do deputado Romildo Titon, cumprimentamos Campos Novos e também Santa Catarina, que tem um município do potencial de Campos Novos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Deputado Elizeu Mattos, nós convidamos, mais uma vez, os deputados que estão nos seus gabinetes para que compareçam ao plenário, pois precisamos de quórum qualificado para deliberarmos dois projetos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, a minha sugestão era inverter a

pauta e deliberar os projetos que não necessitam de quórum qualificado. Enquanto isso, solicitamos aos srs. deputados que estão nos seus gabinetes que compareçam ao plenário para podermos deliberar as matérias que necessitamos de 21 votos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - São dois projetos do Ministério Público que precisamos de quórum qualificado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0362/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que institui no calendário oficial do estado de Santa Catarina o Dia do Nascituro e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de dizer que, às vezes, deputado Romildo Titon, as ementas estratificam a importância do corpo do projeto.

Este projeto que estamos votando agora, e peço vênia aos deputados para que seja aprovado, cria, na verdade, no calendário oficial de Santa Catarina, o Dia do Nascituro, dia 8 de outubro.

Essa é uma iniciativa da Fenasp, sendo nacional, e queremos, deputado Volnei Morastoni, que todos os estados possam comemorar no dia 8 de outubro, deputado Padre Pedro Baldissera, o Dia do Nascituro, porque acreditamos que, tanto na Constituição Federal quanto no Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente, a vida é uma garantia da criança e do adolescente.

E criando o Dia do Nascituro aqui em Santa Catarina queremos, na semana que precede o dia 8 de outubro, trabalhar, deputado Sargento Amauri Soares, nas escolas públicas, nas entidades, nas igrejas, a importância que tem o nascituro. São nos primeiros dias de gravidez que uma série de identificações nossas foram criadas e ainda o são quando há a fecundação do óvulo.

Esse dia é para refletir nessa linha a importância da gravidez, a importância de mantê-la. Esta Casa tem, presidente, um trabalho fantástico com relação à adoção de crianças, comandado pela deputada Dirce Heiderscheidt, que, na verdade, trabalha com a adoção de crianças com um pouco mais de idade, que são as mais difíceis de serem adotadas.

Eu ontem protocolizei nesta Casa um projeto de lei que cria um grupo, deputado Nilson Gonçalves - e essa lei já existe em Pernambuco -, que trabalha as mães que querem doar os seus filhos ao ficarem grávidas. Esse grupo trabalha para preparar essas mães, falando da importância da gravidez.

Deputado Volnei Morastoni, 70% das mães que são trabalhadas por esse grupo no estado de Pernambuco acabam, depois desse trabalho feito por profissionais, desistindo da doação do bebê. Esse é um assunto que temos

que trazer para cá e discutir. Por isso, peço vênia aos deputados e às deputadas para que possamos aprovar esse projeto e colocarmos, no calendário oficial do estado, a importância do Dia do Nascituro, para que possamos trabalhar os homens, as mulheres, os professores, os orientadores e todas as pessoas que estão à frente de alguma comunidade, exercendo algum tipo de liderança, falando sobre a importância do processo de gravidez.

Quero, então, parabenizar a Fenasp que, através dessa campanha nacional em todos os estados, está criando um trabalho para referendar nacionalmente como o dia 8 de outubro o Dia do Nascituro porque somos contra o aborto.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Deputado Elizeu Mattos, gostaria que v.exa. me auxiliasse na questão do quórum. Nós temos deputados que estão com passagens marcadas para viajar, mas gostaria que estivessem disponíveis para votar. Precisamos de apenas dez minutos para a votação.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, nas minhas contas já temos 21 deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Volnei Morastoni, vou consultar o deputado Padre Pedro Baldissera para invertermos a pauta e votar depois esse projeto.

(O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera aquiesce.)

Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Deputado Volnei Morastoni, vamos inverter a pauta e depois v.exa. terá os seus dez minutos para discutir o projeto.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu contei, mas estou vendo o deputado Dóia Guglielmi, a deputada Ana Paula Lima...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Solicito aos srs. deputados que estão em seus gabinetes que compareçam ao Plenário para participarem da votação.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, caso seja preciso, temos aqui 320 vereadores mirins vindos de 25 municípios do nosso estado, de 25 Câmaras de Vereadores, para 2º Encontro Estadual de Vereadores Mirins promovido pela nossa

Assembleia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo, e espero que não tenhamos que fazer a convocação de nenhum vereador mirim para assumir os nossos postos.

Por isso, é bom que eles estejam aqui para ver como funciona o dia a dia do Parlamento, até porque muito breve, com certeza, eles estarão ocupando os nossos postos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Elizeu Mattos, acho que contei os votos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, são 22 deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0039/2011, de autoria do Ministério Público de Santa Catarina, que cria Promotorias de Justiça, cargos de promotor de Justiça e cargos de assistente de Promotoria Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público do estado e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GILSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSEIRA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	

DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	Não havendo quem o queira discutir,	DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	encerramos sua discussão.	DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim		DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN		Em votação.	DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim	Os srs. deputados que votarem "sim"	DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
Está encerrada a votação.		aprovam o projeto e os que votarem "não"	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
Colho o resultado.		rejeitam-no.	DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
Votaram 22 srs. deputados.		(Procede-se à votação nominal por	DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
Temos 22 votos "sim".		processo eletrônico.)	DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
Está aprovada a matéria em primeiro		DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
turno.		DEPUTADO ALTAIR GUIDI	DEPUTADO RENO CARAMORI	
Temos também o Projeto de Lei n.		DEPUTADA ANA PAULA LIMA	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
0034/2011, também do Ministério Público,		DEPUTADA ANGELA ALBINO	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
que tem o mesmo sentido. Consulto os srs.		DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
deputados se podemos votar.		DEPUTADO CARLOS CHIODINI	DEPUTADO VALMIR COMIN	
(Pausa)		DEPUTADO CIRO ROZA	DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim
(Os deputados aquiescem.)		DEPUTADO DADO CHEREM	Está encerrada a votação.	
Discussão e votação do Projeto de		DEPUTADO DARCI DE MATOS	Votaram 22 srs. deputados.	
Lei Complementar n. 0034/2011, de autoria do		DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	Temos 22 votos "sim" e nenhum voto	
Ministério Público de Santa Catarina, que cria		DEPUTADO DIRCEU DRESCH	"não".	
promotorias de Justiça, cargos de promotor de		DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	Esta aprovada a matéria.	
Justiça e cargos de assistente de Promotoria		DEPUTADO EDISON ANDRINO	Consulto os srs. deputados se	
de Justiça na estrutura orgânica do Ministério		DEPUTADO ELIZEU MATTOS	podemos votar esses dois projetos em segundo	
Público do Estado e adota outras providencias.		DEPUTADO GELSON MERISIO	turno na sessão extraordinária.	
Conta com parecer favorável das		DEPUTADO GILMAR KNAESEL	(Os deputados concordam.)	
comissões de Constituição e Justiça e de		DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	Esta Presidência, antes de encerrar a	
Finanças e Tributação.		DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sessão, convoca outra, extraordinária, para as	
Em discussão.		DEPUTADO JOARES PONTICELLI	16h20.	
(Pausa)		DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	Está encerrada a sessão.	
		DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER		
		DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI		
		DEPUTADO KENNEDY NUNES		
		DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI		

ATA DA 038ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h20, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Chereim - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Drevreck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Discute o PL n. 0374.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores mirins de Caçador.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Discute PL n. 0374.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discute PL n. 0374.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Registra a presença dos participantes do II Encontro Estadual de Vereadores Mirins, coordenado pela Escola do Legislativo.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Reporta-se ao crescimento do espaço ocupado pelas mulheres.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Faz um relatório da sua viagem à Alemanha.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Destaca a campanha contra o *bullying*.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito da anistia aos policiais militares catarinenses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0039/2011, de autoria do Ministério Público, que cria Promotorias de Justiça, cargos de promotor de Justiça e cargos de assistente de Promotoria de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público do estado e adota outras providencias.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER
DEPUTADO ALTAIR GUIDI
DEPUTADA ANA PAULA LIMA
DEPUTADA ANGELA ALBINO
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
DEPUTADO CARLOS CHIODINI
DEPUTADO CIRO ROZA
DEPUTADO DADO CHEREM
DEPUTADO DARCI DE MATOS
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT
DEPUTADO DIRCEU DRESCH
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI
DEPUTADO EDISON ANDRINO
DEPUTADO ELIZEU MATTOS
DEPUTADO GELSON MERISIO
DEPUTADO GILMAR KNAESEL
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS
DEPUTADO JEAN KUHLMANN
DEPUTADO JOARES PONTICELLI
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI
DEPUTADO KENNEDY NUNES
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI
DEPUTADO MANOEL MOTA
DEPUTADO MARCOS VIEIRA
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK
DEPUTADO MAURO DE NADAL

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	Há alguns meses participei, em Joinville, do lançamento do Fito Joinville, um programa especial de plantas medicinais na rede pública municipal. Há poucas semanas também participei em Itapema do lançamento de outro programa de plantas medicinais na rede pública. E cada vez mais, deputado Padre Pedro Baldissera, as plantas medicinais estão ganhando espaço nas políticas públicas da saúde no Brasil.
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim	DEPUTADO NEODI SARETTA	sim	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim	DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim	DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim	
DEPUTADO RENO CARAMORI		DEPUTADO RENO CARAMORI		
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	DEPUTADO SILVIO DREVECK		
DEPUTADO VALMIR COMIN		DEPUTADO VALMIR COMIN		
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim	DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim	Quero destacar o trabalho do Alécio, do gabinete do deputado Padre Pedro Baldissera, um eterno e velho guerreiro na defesa das plantas medicinais, como servidor desta Casa, que caminha pelo estado levando, ensinando e plantando plantas medicinais.
Consulto se todos os deputados exerceram o seu direito de voto.		O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Consulto se todos os deputados exerceram o direito de voto.		
(Pausa)		Está encerrada a votação.		
Está encerrada a votação.		Colho o resultado.		
Colho o resultado.		Temos 22 votos "sim".		
O deputado Kennedy Nunes não votou.		Está aprovado o projeto em segundo turno.		
Vamos consignar o voto do deputado Kennedy Nunes.		Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0374/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que institui a planta medicinal símbolo do Estado de Santa Catarina.		A espinheira santa e o guaco já foram reconhecidos pelo Ministério Público e liberadas para tratamento pelo Sistema Único de Saúde desde 2007. Posteriormente, o próprio ministério da Saúde acrescentou, além da espinheira santa e do guaco, alcachofra, aroeira, cáscara sagrada, garra do diabo, isoflavona de soja e unha de gato. Embora já tenhamos mais de 70 plantas reconhecidas pelo ministério da Saúde no Brasil e que são utilizadas como medicamentos fitoterápicos, por que a espinheira santa foi uma escolha de toda essa militância que defende as plantas medicinais como símbolo em Santa Catarina?
Temos 22 votos "sim", nenhum voto "não", computado o voto do deputado Kennedy Nunes fora do processo eletrônico.		Em discussão.		
Está aprovada a matéria em segundo turno.		O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peça a palavra, sr. presidente!		Quero destacar aqui alguns poucos dados sobre a importância da espinheira santa. Ela é uma planta medicinal que já remonta as origens dos nossos indígenas. Como sempre, grande parte desse saber já vem dos indígenas, vem dos nossos antepassados. E precisamos somar esse conhecimento popular dos antepassados, dos índios e de tantas outras culturas ao saber científico das universidades, às pesquisas que são feitas pelas universidades.
Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0034/2011, de autoria do Ministério Público, que cria Promotorias de Justiça, cargos de promotor de Justiça e cargos de assistente de Promotoria de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público do estado e adota outras providências.		O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, é um singelo projeto. Trata-se do Projeto de Lei n. 0374, de autoria do meu companheiro Padre Pedro Baldissera e também de minha coautoria. Tive a honra de subscrever juntamente com o deputado Padre Pedro Baldissera um projeto de lei que institui a planta medicinal símbolo do estado de Santa Catarina.		Assim, precisamos somar o saber popular ao saber científico e fazer também com que essas plantas cheguem ao uso da população de uma forma orientada, mas também popular e agregando os ensinamentos científicos, porque o Sistema Único de Saúde - SUS - é um sistema público e gratuito. Devemos agregar as práticas que antes chamávamos de alternativas, de complementares, ao sistema tradicional de saúde. Entre essas, temos a homeopatia, a acupuntura e as plantas medicinais. Mas, na verdade, existe mais de uma centena de práticas terapêuticas dentro do sistema complementar.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.		Fica instituída a espinheira santa, cujo nome científico é <i>maytenus ilicifolia Mart.</i>		
Em discussão.		Sr. presidente, como disse, é um singelo projeto, mas que tem um significado muito importante, simbólico. Santa Catarina já tem uma flor símbolo, a orquídea <i>Iaelia purpurata</i> . Santa Catarina já tem uma árvore símbolo, a imbuia. Agora estamos propondo uma planta medicinal símbolo para o nosso estado, a espinheira santa.		
(Pausa)		Esse gesto é muito simples, mas se tivéssemos aqui reunido todo o povo catarinense, tenho certeza de que votariam a favor desse projeto pelo seu significado.		
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.		São tantas as plantas medicinais. Outros estados, por exemplo, o Rio Grande do Sul, tem uma planta medicinal símbolo, a macela. Nós escolhemos a espinheira santa porque foi ao encontro do interesse dos defensores das plantas medicinais, inclusive na Associação Catarinense de Plantas Medicinais tivemos essa escolha.		
Em votação.		Neste momento, quero fazer referência à presença da sra. Kátia Batista, presidente da Associação Catarinense de Plantas Medicinais, e elogiar o lançamento deste caderno, pela associação, que traz muitas informações importantes sobre plantas medicinais. Quero também destacar a presença da sra. Karen Diniz, da Câmara Setorial de Plantas Medicinais da secretaria da Agricultura do nosso estado, de Isabel Cavalcanti, da Fundação 25 de Julho, de Joinville, juntamente com Edite da Silva, coordenadora do Programa de Plantas Medicinais, de Joinville.		
Os deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os deputados que votarem "não" rejeitam-no.				
(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)				
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER				
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim			
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim			
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim			
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR				
DEPUTADO CARLOS CHIODINI				
DEPUTADO CIRO ROZA	sim			
DEPUTADO DADO CHEREM				
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim			
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT				
DEPUTADO DIRCEU DRESCH				
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim			
DEPUTADO EDISON ANDRINO				
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim			
DEPUTADO GELSON MERISIO				
DEPUTADO GILMAR KNAESEL				
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS				
DEPUTADO JEAN KUHLMANN				
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim			
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim			
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim			
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI				
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim			
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim			
DEPUTADO MANOEL MOTA				
DEPUTADO MARCOS VIEIRA				
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim			
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim			

Uma enorme quantidade diária de medicamentos químicos é consumida para tratar problemas gástricos, problemas de úlceras, gastrite e assim por diante. Isso custa uma fortuna, enquanto existe a possibilidade e a alternativa de um tratamento muito mais eficaz e muito mais barato. Isso é importante à saúde pública.

Então, entra aqui a importância da espinheira santa, que tem várias outras propriedades, até anticéptica. E inclusive estão fazendo estudos com relação às suas propriedades antitumorais, ou seja, para o tratamento também de tumores, de câncer, porque até os nossos índios já a utilizavam também.

Sra. presidente, tenho certeza de que essa questão merece o apoio de todos os srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Com a sua permissão, sra. presidente, e com a permissão do nosso orador deputado Volnei Morastoni, quero anunciar a presença dos vereadores mirins da nossa querida Caçador, acompanhados de Maleice Pereira, Jairo Pedrozo, Rosane Pirole e Willian Perez. Esses 45 vereadores mirins, que prestigiam esta sessão, poderão ser os futuros vereadores, os futuros deputados, o futuro da nossa terra.

Parabéns! Que tenham um bom retorno! Levem a Caçador e à presidente da Câmara, Sirley de Fátima Tibes Cecatto, o nosso abraço, e aos demais vereadores faço o reconhecimento por terem permitido que viessem a este Parlamento para participar do desenvolvimento de Santa Catarina, através do trabalho de vocês como estudantes.

Parabéns! Tenham um bom retorno.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Srs. deputados, nós estamos em regime de votação.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Eu gostaria de cumprimentar o deputado Volnei Morastoni, com o qual divido a autoria deste projeto, todos os companheiros e companheiras que trabalham diretamente com as plantas medicinais no estado de Santa Catarina, que são coautores também, porque foram eles que trouxeram essa demanda, para que pudéssemos apresentá-la e discuti-la nesta Casa.

Mas quero fazer uma pequena menção e dizer que o uso intensivo da espinheira santa traz uma preocupação para todos nós e de maneira muito especial às pessoas que diretamente lidam, trabalham com essa planta medicinal, porque isso está levando à própria extinção da planta. Então, essa é uma grande preocupação nossa. Nós queremos que essa planta jamais deixe de existir neste planeta.

Por que a planta espinheira santa é símbolo de Santa Catarina? Porque ao mesmo

tempo em que ela se adapta à região litoral, ela se adapta à região do extremo oeste. Ela se adapta em qualquer clima do estado de Santa Catarina. Por isso ela foi indicada para ser a planta símbolo do nosso estado.

Gostaríamos de reforçar que além do uso dessa planta e do resultado satisfatório, por trás existe o reconhecimento científico da mesma. Por isso ela é a aprovação e o reconhecimento. É uma planta que tem como seu ambiente a Mata Atlântica.

Assim, pedimos mais uma vez a todos os parlamentares, por toda essa simbologia que representa a espinheira santa, que possamos torná-la, sim, através dessa lei, a planta medicinal símbolo do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Padre Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Quero parabenizar primeiramente os vereadores mirins, especialmente os da cidade de Imbuia, e toda a delegação que veio com a sra. Ana Maria.

Parabenizo também os deputados Padre Pedro Baldissera e Volnei Morastoni, o Alécio que conheço há muitos anos de vista, mas sei da importância do projeto social que tem feito, através do mandato de v.exa., lá no extremo oeste do estado.

Quero dizer que é evidente que votamos junto, e quero parabenizá-lo pelo projeto. Os deputados que eventualmente moram em apartamento e que não vão usar a plantinha podem doá-las para este deputado, porque plantarei todas. Eu farei uma roça de espinheira santa junto com a roça de imbuia que já tenho.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Soares.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0458/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que concede o título de Cidadão Catarinense a dom Irineu Roque Scherer.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0644/2011 e 0645/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0646/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0647/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0648/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0649/2011 e 0650/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0651/2011, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0652/2011, de autoria do deputado Silvio Dreveck e outros; e 0653/2011, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere Requerimentos n.s: 1.549/2011, 1.570/2011 e 1.597/2011, de autoria da Professora Odete de Jesus; 1.550/2011, de autoria do deputado Reno Caramori; 1.551/2011, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.552/2011, de autoria do deputado Dado Cherem; 1.553/2011, 1.554/2011, 1.598/2011 e 1.599/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.555/2011, de autoria do deputado Darci de Matos; 1.556/2011, 1.557/2011, 1.558/2011, 1.559/2011, 1.607/2011, 1.608/2011 e 1.609/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 1.560/2011, 1.561/2011 e 1.562/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 1.563/2011, 1.564/2011 e 1.565/2011, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 1.566/2011 e 1.567/2011, de autoria do deputado José Nei Ascari; 1.568/2011 e 1.569/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 1.571/2011 e 1.572/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 1.573/2011 e 1.574/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 1.575/2011, 1.576/2011, 1.577/2011, 1.578/2011, 1.579/2011, 1.580/2011, 1.581/2011, 1.582/2011, 1.583/2011, 1.584/2011, 1.585/2011, 1.586/2011, 1.587/2011 e 1.588/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.589/2011, de autoria do deputado Ciro Roza; 1.590/2011, 1.591/2011 e 1.592/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.593/2011, 1.594/2011 e 1.596/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli; e 1.600/2011, 1.601/2011, 1.602/2011, 1.603/2011, 1.604/2011 e 1.605/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o Requerimento n. 1.606/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira, que solicita o envio de mensagem ao presidente da Anatel, ao diretor da filial Brasil Telecom, ao gerente da Telefonia Móvel Vivo, ao superintendente da Tim Celular e ao diretor da Claro Celular, pedindo a instalação de antena retransmissora de sinal de telefonia móvel ou ampliação da área de cobertura no distrito de Barra da Prata, no município de Vitor Meireles.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0151/2011, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Lages, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0151/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0152/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Lages, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria da pauta da Ordem do Dia.

Gostaria de cumprimentar o vereador Rubens Borchardt, do município de Timbó, acompanhado da assessora jurídica Ana Paula.

Quero saudar também os vereadores mirins que estão participando do II Encontro Estadual das Câmaras Mirins, deputado Joares Ponticelli. E saúdo muito especialmente os vereadores mirins dos municípios de Blumenau, Timbó e Indaial, que se fazem presentes neste plenário.

Sejam muito bem-vindos!

(Palmas)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, estão conosco hoje os participantes do II Encontro Estadual de Vereadores Mirins, coordenado pela Escola do Legislativo.

São 25 municípios de Santa Catarina: Florianópolis, Imbituba, Gaspar,

Indaial, Rio do Oeste, São Lourenço do Oeste, São Bento do Sul, Caçador, São Cristovão do Sul, Timbó, Fraiburgo, Vitor Meireles, São Domingos, Lebon Régis, São Francisco do Sul, Tijucas, Tangará, Biguaçu, Imbuia, Jaguaruna, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Guaramirim, Araranguá, Blumenau, Capinzal e Braço do Norte.

Nós solicitamos, ontem, que fossem cedidos dez minutos de tempo. O deputado José Milton Scheffer também tem uma solicitação para a Fecam: ouvir primeiramente os vereadores mirins, porque muitos moram no oeste do estado e necessitam voltar para casa ainda hoje à noite, pois têm aula amanhã de manhã.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Esta Presidência, acatando o requerimento dos líderes que subscrevem com fundamento no Regimento Interno desta Casa, suspende a sessão por dez minutos, para a manifestação dos participantes do II Encontro Estadual de Vereadores Mirins.

Está suspensa a sessão

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sra. presidente, antes de iniciar a minha fala, quero dizer que estou observando as crianças, os adolescentes que vieram aqui hoje como vereadores mirim dizer que convém que os homens comecem a defender a cota, porque logo vão precisar. A imensa maioria era de mulheres, o que traz um prognóstico para nós bastante alvissareiro de que elas de fato aos poucos vão superando as suas desigualdades. As mulheres são a maioria do mercado de trabalho, mas ainda vivem uma situação de grande desigualdade. Elas são 2/3 dos analfabetos do mundo, 2/3 dos miseráveis do planeta e detêm apenas 8% da titularidade das riquezas do planeta - apenas 8%.

Temos visto um crescente na movimentação das mulheres e isso não foi por acaso. E o Brasil, agora, muito se orgulha de ter uma mulher à frente da Presidência da República.

Hoje, pela manhã, tive a alegria de participar de uma conversa na sala de aula do curso de administração pública da Esag, e a pauta foi exatamente discutir a administração pública, é óbvio, e discutir a nossa cidade, em alguma medida, especialmente o Legislativo estadual. E naquela ocasião percebemos que a maioria já é de mulheres. Mesmo a professora Patrícia Vendramini, que foi dela o convite, já mencionava isso.

A maioria desses cursos tem sido de mulheres, embora no que a ONU tem avaliado e pela imensa desigualdade que as mulheres vivem, considerando todo o planeta, vamos levar ainda mais de um século para criar condições de igualdade em todo o planeta entre homens e mulheres.

É bom lembrar que o nosso estado é o que tem a pior desigualdade salarial

entre homens e mulheres, é o estado que tem a menor participação política das mulheres. E agora estamos vendo uma nova geração, deputada Ana Paula Lima, vindo com força, pois as meninas deram um *show*. Todos os quatros foram maravilhosos, mas quero destacar a participação majoritária feminina. Isso para nós aponta para um futuro muito alvissareiro, não porque as mulheres fazem política melhor ou pior do que os homens, mas porque fazem política diferente.

As pessoas, no exercício das suas funções, sejam elas quais forem, levam o conjunto de suas experiências para essas funções. E não é diferente nos Parlamentos e nos espaços Executivos. Quando a vivência de uma mulher é, e isso de fato acontece, absolutamente diferente da experiência de vida de um homem, é bom que as experiências diferentes se encontrem aqui no Parlamento.

Nós temos uma dívida histórica, por exemplo, com a população negra do estado de Santa Catarina. Um feito tão extraordinário foi de Antonieta de Barros, na década de 30, de estar aqui entre nós, que nunca outra mulher negra ocupou uma cadeira na Assembleia Legislativa. E mesmo assim, deputadas Odete de Jesus e Ana Paula Lima, que somos agora as donas do campinho neste momento, pois somente nós estamos em plenário, acompanhadas pelo deputado Gilmar Knaesel, que veio prestigiar as mulheres, temos no cotidiano ainda a convivência com essa diferença. Estamos em cinco mulheres no plenário, com a presença da deputada Odete de Jesus, o que é muito pouco do que as mulheres representam na construção das riquezas e na construção, especialmente, das gerações futuras.

Srs. deputados, rememoro com isso um estudo extraordinário que a ONU tem de fazer, que é a ligação entre os anos de estudo das mulheres e o desenvolvimento econômico dos países. Para nós isso fica muito claro. E esse estudo que foi conduzido no planeta inteiro deixa ainda mais cristalina uma percepção empírica que temos, ou seja, precisamos construir uma política pública voltada às mães, voltada à geração de emprego e renda, voltada à disponibilização de educação às mulheres. São essas mulheres que vão educar gerações futuras. O impacto que tem na saúde pública, por exemplo, na educação das mães, é extraordinário, e são ações que podemos, hoje, tratar e programar isso, e não necessita obviamente de uma grande mobilização orçamentária. Mas o orçamento é, sim, uma peça de disputa das mulheres.

Nós temos uma discussão muito atrasada em Santa Catarina, por exemplo, na implementação da Lei Maria da Penha. E hoje, deputada Ana Paula Lima, v.exa. que tem um grande empenho nesse tema também, a Justiça Federal determinou que no município de Criciúma houvesse uma representação da Defensoria Pública. Tem que existir Defensoria Pública em Santa Catarina; tem que existir Defensoria Pública nos moldes constitucionais. Não nos cabe aqui dizer quem é melhor ou quem faz pior. Cabe-nos dizer qual é a forma constitucional

de Defensoria Pública. E Santa Catarina é o único estado que não tem. E qual é a grande diferença para nós, mulheres, em relação à Defensoria Dativa?

Eu sou bacharel em Direito também e não seria ingrata a ponto de dizer que os nossos colegas que se dispõem à Defensoria Dativa não prestam um bom serviço. É claro que prestam serviços no limite das suas forças, das suas disponibilidades e da estruturação que não é dada para esses casos. Mas é preciso reconhecer que a Defensoria Pública tem outro papel completamente diferente. A Defensoria Dativa atua depois de judicializado o conflito. Nós, do movimento de mulheres, precisamos da Defensoria Pública porque ela ajuda a prevenir o conflito. Muito mais do que punir o agressor, interessa-nos evitar a violência contra as mulheres. A própria Lei Maria da Penha, em seis artigos, prevê a necessidade de termos Defensoria Pública para prevenir a violência contra a mulher. Inclusive, em alguns estados já há experiências de Defensoria Pública especializada no trato da violência contra a mulher.

Quando se faz um discurso de gênero não é para fazer política. "Mariza, de mulher para mulher", como diz aquela grande rede de lojas, é para dizer que nós mulheres somos a metade do planeta; para dizer que nós mulheres ajudamos a construir o futuro; que nós mulheres ajudamos a construir o passado e a riqueza que o passado nos delegou.

Portanto, é justo e absolutamente necessário que as mulheres também participem dos espaços do poder. E quando vemos essas jovens meninas recém-ingressas na sua juventude, nos primeiros passos da sua juventude, aqui falando com eloquência, de peito aberto, de espaço do poder, tão à vontade, é motivo de alegria.

Nós já somos parte do passado, deputada Ana Paula Lima e deputada Professora Odete de Jesus e seremos um dia lembradas como desbravadoras, as primeiras e umas das poucas.

Quando fui vereadora em Florianópolis, em 2005, não havia banheiro para as mulheres. Na Câmara de Vereadores de Florianópolis não havia banheiro para as mulheres, porque um banheiro para mulher era um aparato desnecessário, pois na legislatura anterior não havia uma única mulher.

E, para minha tristeza, em especial, assim como para todas as mulheres de Florianópolis, na legislatura subsequente nenhuma mulher sentou naquela cadeira, a não ser a querida Janete Teixeira, na posição de suplente, que assumiu durante dois meses.

Precisamos ampliar o espaço de participação das mulheres; precisamos reconhecer o papel impulsor das mulheres; precisamos reconhecer nas mulheres de Santa Catarina essa Anita que habita em todas nós que desejamos levar os nossos amores na frente da nossa vida, mas que desejamos também viver profundamente a nossa plena cidadania.

Esse é um desafio geracional. Somos de uma geração que viu as mulheres

irem ao mercado de trabalho; somos de uma geração que está vendo as mulheres sentirem-se à vontade nos espaços de poder. E espero ver, com grande alegria, as mulheres e os homens construírem um futuro mais justo e mais fraterno, que precisa, é claro, abarcar as mulheres; que precisa, é claro, compreender essa outra metade do planeta que, e não por acaso, foi escolhida pela natureza para parir as duas metades do planeta. E nós, que geramos os nossos filhos e filhas, também queremos gerar o futuro e uma sociedade mais justa e fraterna.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Deputada Angela Albino, assino embaixo do seu discurso, mas tenho certeza de que nós, mulheres, também servimos de exemplo e coragem para que mais mulheres possam participar desse mundo ainda muito masculino, que é o mundo da política, mas imprescindível para fazer as transformações que queremos.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Gilmar Knaesel, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados - e a maioria dos parlamentares já está ausente do plenário mas, com certeza, está acompanhando a sessão em seus gabinetes, através da TV Assembleia -, imprensa e catarinenses.

Primeiro, quero aproveitar este espaço para dar a oportunidade, mais uma vez, para uma apresentação e um convite daquela que, no meu ponto de vista, já se tornou uma das festas mais tradicionais em Santa Catarina, que é a Festa do Morango, realizada no município de Rancho Queimado, mais especificamente no distrito de Taquaras.

É uma história longa, que merece registro, de que forma se organizou lá a cultura do morango que deu aos agricultores uma oportunidade a mais de renda e transformou, naquele distrito, o morango como um símbolo. Hoje ele é conhecido e reconhecido em todo o estado de Santa Catarina.

Essa festa, que é realizada através da Associação Comunitária do Distrito de Taquaras - portanto, não é organizada pelo setor público -, tem o apoio do setor público municipal da cidade e do governo do estado.

Acima de tudo, gostaria de cumprimentar todos os responsáveis pela coordenação da festa, através da Maria Angélica Koester Kaufer, que está aqui presente com as madrinhas da festa: Priscila Meri Hugen e a Kathianne Weiss.

Mesmo com a presença de poucos deputados em plenário, vale o registro para os anais da Assembleia e, especialmente, também para a TV Assembleia e a nossa Rádio Alesc Digital.

Eu solicito, então, sra. presidente, um espaço para que a coordenadora da festa, Maria Angélica Koester Kaufer, possa, rapidamente, ocupar a tribuna para fazer o

convite e, ao mesmo tempo, contar um pouco da história da Festa do Morango que, volto a dizer, no meu ponto de vista, transformou-se em uma das mais bonitas festas de Santa Catarina.

Portanto, peço à Presidência este tempo para que ela possa divulgar e fazer o convite para a festa.

V.Exa. autoriza, sra. presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sr. deputado, vamos fazer essa exceção porque o momento merece.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) Vamos suspender a sessão por cinco minutos para que possamos ouvir a manifestação da coordenadora da Festa do Morango, em Taquaras, Rancho Queimado.

Está suspensa a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Continua com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até quatro minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sra. presidente, eu queria, na verdade, aproveitar este espaço para fazer, rapidamente, um breve relatório sobre a nossa última viagem da comitiva de prefeitos e vice-prefeitos da região do vale do Itajaí, e que acompanhamos como representante da Assembleia Legislativa, à Alemanha.

A comitiva, liderada pelo presidente da Ammvi e o prefeito de Brusque, Paulo Eccel, acompanhado do prefeito de Timbó, Laércio Schuster Junior, do prefeito de Doutor Pedrinho, do vice-prefeito de Blumenau, do representante do município de Rio dos Cedros e do representante do município de Pomerode, o ex-prefeito Ércio Kriek, foi em busca da tecnologia, na Alemanha, para a solução definitiva do lixo orgânico.

Sabemos que há muito tempo é necessário haver uma mudança de cultura em relação aos aterros sanitários, depósitos de lixo, que são a única forma, hoje, existente, lamentavelmente, ainda no nosso estado para o depósito do resíduo de lixo tanto orgânico como dos demais.

Na Alemanha, durante a II Guerra Mundial, em 1945, no meio da grande crise daquele país, já se pensava numa solução definitiva, e melhor, para o lixo orgânico. A cidade de Dresden, e todos acompanharam e conhecem um pouco da história, foi a primeira na Alemanha a ter uma usina de lixo, e que transformou esse lixo em energia a vapor, energia de gás e também energia elétrica. Depois disso várias cidades na Alemanha e na Europa copiaram esse modelo que tem, ao longo desses anos, auxiliado, e muito, na questão da preservação do meio ambiente.

Os nossos prefeitos conheceram os projetos e estão constituindo um consórcio para um projeto piloto na cidade de Blumenau, deputada Ana Paula Lima, no sentido de aquele município liderar esse processo no vale do Itajaí e no médio vale,

junto com os demais municípios, para que possamos solucionar esse problema.

Hoje, para se ter uma ideia, os aterros sanitários de Brusque e Blumenau estão esgotados, e são depósitos do lixo não somente de Blumenau como também da região.

Então, essa foi uma das primeiras ações da nossa missão. A segunda, é claro, acompanhado do novo reitor da Furb, João Natel Pollonio Machado, foi conhecer a Universidade de Greifswald, a terceira mais antiga da Europa, que possui, hoje, um trabalho voltado também para a área de Medicina e que busca entender algumas questões de saúde relacionadas ao meio ambiente e ao DNA. Portanto, cinco mil pessoas foram selecionadas para, num acompanhamento de dez anos, ver a evolução das doenças. Aquela região tinha a menor média de idade na Alemanha e também o maior índice de fumantes. E queremos trazer esse projeto para Blumenau, para a região do vale de Itajaí, junto com a nossa Furb, para fazermos um acompanhamento também no vale de Itajaí e com isso poder oferecer, quem sabe, soluções na área de saúde para a região.

Houve outras ações voltadas à área cultural e que vamos anexar no nosso relatório. E também houve várias ações para mostrar o vale do Itajaí na Alemanha.

Portanto, foi mais uma missão da qual a Assembleia participou. E volto a dizer da importância de estarmos ligados com os nossos municípios, especialmente em relação ao que acontece no mundo.

Quero parabenizar o presidente da Casa, que tem essa visão, juntamente com a Mesa Diretora, de liberar e autorizar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sra. presidenta, deputada Ana Paula Lima, sras. deputadas, srs. deputados, funcionários desta Casa, imprensa falada, escrita e televisada, hoje estivemos atentas participando de todas as atividades parlamentares. E muito nos alegrou ver a participação das crianças, motivadas pelas famílias, tenho certeza, e coordenada pela Escola do Legislativo. Portanto, quero parabenizar o deputado Joares Ponticelli.

Nós sabemos que é preciso haver dentro das crianças um querer, um desejar. E vemos que essas crianças, que estão sendo preparadas através da Câmara Mirim, irão surpreender-nos muito no futuro. São crianças que ocuparão espaços nas Câmaras de Vereadores, nas prefeituras e neste Parlamento.

Mas gostaria de deixar registrada a minha participação, no sábado, dia 19, na Marcha para Jesus, juntamente com integrantes de diversas denominações, coordenada pela Igreja Renascer e outras igrejas que participaram. Foi uma Marcha maravilhosa, que todos os anos é realizada. E quero deixar os meus cumprimentos a todos que lá se fizeram presentes.

Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, ontem iniciei o meu pronunciamento e, como a nossa sessão foi suspensa, volto hoje à tribuna para dar continuidade a ele.

Venho à tribuna para falar sobre o lançamento que ocorreu nesta Casa, no dia 1º de março, da campanha Bullying, isso não é Brincadeira, idealizada pelo Ministério Público de Santa Catarina. E sabemos que teve a digitação do deputado Joares Ponticelli e dos demais srs. deputados e das sras. deputadas.

(Passa a ler.)

"A campanha Bullying, isso não é Brincadeira foi lançada oficialmente no dia 1º de março, na Assembleia Legislativa, diante de um plenário lotado de crianças, com o lema Seja amigo, respeite as diferenças. Somos todos diferentes, mas com direitos iguais.

A campanha conta com o apoio da Assembleia Legislativa e do governo do estado, por meio de suas secretarias da Educação e da Segurança Pública.

Para o procurador-geral de Justiça à época, Gercino Gerson Gomes Neto, o lançamento foi um momento muito significativo. 'Essa é uma campanha importante e significativa, que deve servir de exemplo ao Brasil inteiro', afirmou o chefe do MPSC.

Já o presidente da Casa Legislativa, deputado Gelson Merisio, destacou que 'as ações sobre a defesa das minorias devem ser sempre o enfoque do nosso trabalho'.

Também presente, o deputado autor e idealizador Joares Ponticelli, que é o presidente da Escola do Legislativo, salientou o caráter apertado da campanha contra o *bullying*. 'É uma campanha que envolve as instituições em torno de um objetivo: identificar, conscientizar e combater este mal que está presente em nossas escolas', falou o deputado.

Para a coordenadora-geral do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, promotora de Justiça, dra. Priscilla Linhares, o objetivo da campanha é erradicar uma prática que gera tristeza, angústia e sofrimento.

É preciso que a sociedade se envolva e assuma a sua responsabilidade para que tenhamos sucesso nesse objetivo.

Entre as autoridades presentes também estavam a representante da secretaria de estado da Educação, Rosemeri Koch Martins, também da secretaria da Segurança Pública, e ainda a diretora da Escola Municipal Urbana Desdobrada Professora Adotiva Liberato Valentim, que trouxe as crianças para o plenário.

O Ministério Público desenvolveu o material gráfico, impresso, em parceria com a Assembleia Legislativa e com a secretaria de estado da Comunicação. Desta forma, foram produzidos gibis, *folders*, cartazes e marcadores de páginas, que já estão sendo distribuídos nas escolas públicas e particulares do estado de Santa Catarina, para serem aplicados de forma multidisciplinar no intuito de esclarecer as crianças, os adolescentes, os pais, os

responsáveis, os professores, os diretores e a sociedade em geral, sobre as características e consequências do fenômeno.

No lançamento foi feita a entrega simbólica do material da campanha para os alunos da rede pública municipal de ensino.

A distribuição do material nas escolas públicas e particulares de Santa Catarina será realizada através de convênios com a secretaria de estado da Educação, com a secretaria municipal de Educação e com o Sindicato dos estabelecimentos privados de ensino de Santa Catarina.

Por que existe essa campanha contra o *bullying*?

O *bullying* é a perseguição sistemática de uma pessoa por outro indivíduo ou grupo de indivíduos. É aquela vingança, é aquele ódio, é aquela maldade, é aquela coisa diabólica, pelo indivíduo ou grupo de indivíduos, trazendo conhecidas consequências em suas vítimas, como baixa autoestima, baixo rendimento, evasão escolar, estresse, ansiedade e agressividade. A situação pode ainda progredir para transtornos psicopedagógicos graves, como fobias, depressões e idéias suicidas e desejos intensos de vinganças.

A campanha proposta a partir da grande incidência de casos de *bullying* vivenciados em escolas e que repercute nas Promotorias de Justiça do Estado pretende fomentar no público infanto-juvenil das escolas catarinenses o respeito às diferenças entre as pessoas, seja de pensamento, valores, cultura, cor, raça, etnia, nacionalidade, religião, orientação sexual, etc." E o ódio que às vezes certas pessoas têm de outras, como já salientei.

Sra. presidente, vou dar continuidade a esse assunto em outra oportunidade, pois cerca de 70% das crianças envolvidas com *bullying* já sofreram dentro de suas casas. Elas foram vítimas dentro de casa, através de seus pais. E o resultado vai gerando uma corrente, ou seja, vai passando de um para outro.

Volto com esse pronunciamento outro dia, mas quero dizer, ainda, que essa maldade continua acontecendo com mulher, negro e pobre.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidenta, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas aqui presentes que nos acompanham nesta sessão de quarta-feira, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital. Temos falado aqui sobre o trabalho conjunto que tem sido realizado pela Aprasc - Associação de Praças de Santa Catarina - e pela Acors - Associação dos Oficiais -, nas últimas semanas que, na verdade, é um aprofundamento de um diálogo que já começamos no mês de janeiro deste ano.

Portanto, estamos conversando e discutindo este ano inteiro.

Conseguimos chegar a alguns consensos sobre as questões centrais importantes na Segurança Pública, sobre as instituições militares e estaduais destinadas aos servidores que as compõem. Um desses pontos é a questão da anistia aos praças punidos em virtude do movimento reivindicatório do final de 2008.

Temos lutado pela anistia ao longo desses últimos três anos. Temos conversado com um conjunto infinito de pessoas lideranças e autoridades civis e militares. Há milhares de praças no estado inteiro envolvidos nesse debate. Mais de uma centena de Câmaras de Vereadores manifestaram o apoio a esse projeto a partir do trabalho e da discussão feita por companheiros praças da Polícia Militar de Corpo de Bombeiros em todo o estado. Temos projetos nesta Assembleia Legislativa que têm sido debatidos e bem encaminhados, que por ora estão sob a relatoria do deputado José Nei Ascari.

Nas duas últimas semanas as coisas aceleraram-se a partir da posição do presidente da Associação dos Oficiais em favor da anistia e também a partir da manifestação de outros oficiais que anteriormente já haviam posicionando-se de forma favorável a anistia. E ontem, enfim, o comandante-geral, coronel Nazareno Marceneiro, e os coronéis da polícia militar que compõem o conselho estratégico da instituição, que se reuniram durante mais de quatro horas para debater esse assunto, deliberaram, enfim, para a alegria imensa de todos, a favor da anistia.

No dia de hoje o comandante-geral da Polícia emitiu uma nota pública a toda a sociedade catarinense, que passo a ler pela importância desse tema à sociedade catarinense, não apenas para esses servidores especificamente, mas a todos os servidores da segurança pública e, portanto, para o conjunto da sociedade.

(Passa a ler.)

“Senhoras e senhores policiais militares, dirijo-me a todos para comunicar que no dia 22 de novembro de 2011, das 9h às 12h30, foi reunido o Conselho Estratégico da Polícia Militar para deliberar sobre a concessão da anistia aos policiais militares que participaram do movimento reivindicatório que ocorreu entre os dias 22 e 27 de dezembro de 2008.

É sabido que do incidente decorreram enormes traumas que até hoje interferem e impactam a vida individual de muitos policiais militares, suas famílias e a Corporação em geral.

Na referida reunião foram analisados os diversos cenários para que se pudesse, ao final, tomar uma decisão. Um dos aspectos analisados foi o jurídico. Verificou-se que a Presidência da República sancionou a Lei federal nº 12.191/2010 concedendo anistia a policiais militares e bombeiros militares de várias unidades da federação, incluído o estado de Santa Catarina.

Muito embora tenha o Estado recorrido no que se refere à abrangência da anistia sobre as transgressões disciplinares, é sabido que, mais cedo ou mais tarde, o entendimento da lei federal prevaleceria ou então seria ratificado na Assembleia Legislativa, através de uma lei estadual. Ainda sobre isto, a história brasileira tem demonstrado que todas as manifestações dessa natureza foram objeto de anistia.

Outro aspecto analisado foi a relevância social do tema, o impacto perante as lideranças políticas e até mesmo o senso comum *interna corporis* que, revendo conceitos e atualizando concepções de ordem social, vem ao encontro do apaziguamento das relações entre os militares estaduais, bem como a melhora dessa relação com as instituições governamentais. Cabe ressaltar que em quase todos os momentos em que se mantinha contato com autoridades das diversas forças da sociedade, inclusive as políticas, o tema sempre era tratado. Com isso, verifica-se que a anistia tornou-se um assunto recorrente e que deveria ser resolvido o mais rápido possível, pois saindo da pauta política poderá propiciar novos espaços e oportunidades de melhorias para a classe policial militar.

Este Comando-Geral também se valeu do posicionamento das duas associações de oficiais - ACORS e ABVME - que declararam de forma explícita, em várias oportunidades, a vontade dos seus representantes pelo caminho da anistia como forma de vislumbrar melhores dias para os policiais militares.

Coube, então, a este Comando-Geral analisar tudo o que foi apresentado nas esferas jurídica, política, social, associativista e o que foi deliberado pelo Conselho Estratégico para a tomada da decisão. E esta decisão veio sob a forma de concordar com o encaminhamento pela anistia das transgressões disciplinares e seus desdobramentos decorrentes do Regulamento Disciplinar e da Lei do Conselho de Disciplina. Ato contínuo será enviado de imediato ao senhor governador uma minuta de decreto que assegure a referida anistia, restando aguardar seus efeitos.

Peço a todos os policiais militares que reflitam sobre tudo o que foi colocado nesta Nota, bem como sobre o que ocorreu na história recente da Corporação. Peço ainda que reflitam sobre a necessidade de mantermos uma Polícia Militar forte e coesa, lastreada nos princípios da hierarquia e disciplina, onde buscar direitos é um direito, mas sempre dentro de parâmetros legais e que respeitem nossas crenças e valores.

Que a lição aprendida por todos possa valer como algo positivo para construirmos uma Corporação melhor para os policiais militares de hoje e das gerações que nos sucederão.

Por fim, desejo registrar um agradecimento a todos os coronéis da Polícia Militar presentes na reunião do Conselho Estratégico pela atitude firme, coesa, madura e revestida de interesse público ao decidirem por proteger a Corporação, nossos policiais militares e seus familiares.

Atenciosamente,

Nazareno Marceneiro

(a) Coronel PM Comandante-Geral da PMSC”[sic]

Esta nota, então, do comandante-geral, assinada hoje, lida na íntegra, evidentemente que nos emociona, tendo aqui, inclusive, o sargento Souza, um dos companheiros que foi excluído da Polícia Militar, aliás, o primeiro, o que está mais tempo excluído da Polícia Militar.

Temos vivido nas últimas horas, deputada Ana Paula Lima, momentos de alegria, entusiasmo e emoção em virtude de termos alcançado esse êxito.

Gostaria de agradecer ao comandante-geral, aos coronéis, a todos os oficiais que se posicionaram favoráveis a esse pleito, a todas as autoridades civis deste Parlamento, desta Assembleia Legislativa, aos secretários de estado, aos vereadores pelo estado de Santa Catarina inteiro, às demais pessoas, autoridades políticas, associativas, aos companheiros praças que nunca deixaram de acreditar que a justiça prevaleceria.

Nós estamos diante de um momento de unidade, de reunificação da nossa Polícia Militar, a partir da cicatrização de uma ferida que sangrava há três anos.

Neste momento, a Polícia Militar de Santa Catarina já é mais forte do que era ontem, ou antes de ontem, e, se depender da nossa vontade, continuaremos por esse caminho.

Era isso, sra. presidente, muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Parabéns, deputado Sargento Amauri Soares, valeu a luta e a persistência. Essa boa notícia realmente nos alegra muito e também fortifica a corporação, a luta de vocês e o belo trabalho que vocês vêm exercendo em todo o estado de Santa Catarina.

Convido todos e os funcionários desta Casa também para prestigiarem o lançamento do livro elaborado pelas enfermeiras Miriam Borenstein e Maria Itayra Padilha, que será lançado aqui, nesta Casa, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, contando a história da enfermagem em nosso estado. São recortes históricos, uma belíssima obra que certamente servirá para orientar a nossa população acadêmica e também futuros enfermeiros que se estão formando.

Será aqui no *hall* de entrada da Assembleia e vale a pena prestigiar esse evento.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais oradores que queiram fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem ao Dieese.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 004, de 29 de novembro de 2011

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Considerar **Ponto Facultativo** para os servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, os dias 22, 23, 26, 27, 28, 29 e 30 de dezembro de 2011, por ocasião do Recesso Parlamentar.

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 005, de 29 de novembro de 2011

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Estabelecer **Turno Único** para os servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a ser cumprido das 13:00h às 19:00 h, a partir de 02 a 31 de janeiro de 2012, por ocasião do Recesso Parlamentar.

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 396, de 29 de novembro de 2011

Dispõe sobre o registro e controle de frequência dos servidores no âmbito da Assembleia Legislativa, e adota outras providências.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º O registro e o controle de frequência dos servidores, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC serão efetuados por meio eletrônico, nos termos deste Ato.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica aos servidores ocupantes dos cargos de provimento em comissão de Secretário Parlamentar e Secretário Parlamentar da Presidência, designados para exercerem suas atividades nas bases parlamentares, os quais comprovarão a frequência por meio de relatório semanal de atividades.

Art. 2º O registro da frequência será efetuado pelo servidor efetivo, comissionado e à disposição, mediante a leitura biométrica da impressão digital, no início e final do expediente e do período de descanso obrigatório.

Parágrafo único. Os servidores ocupantes dos cargos de provimento em comissão de Secretário Parlamentar e Secretário Parlamentar da Presidência, designados para exercerem suas atividades nas bases parlamentares, acessarão a *intranet* da ALESC, por meio de senha funcional individual e intransferível, para preencherem e postarem o Relatório Semanal de Atividades no Portal da ALESC - *Link* Transparência, até o terceiro dia da semana subsequente, sendo de sua inteira responsabilidade as informações prestadas e postadas.

Art. 3º O registro da frequência por meio eletrônico e a comprovação da frequência pelo Relatório Semanal de Atividades serão convalidados pelo chefe imediato por intermédio do Relatório Mensal de Apuração da Frequência.

§ 1º O Relatório Mensal de Apuração da Frequência será preenchido e assinado pelo chefe imediato:

I - atestando a presença do servidor nos horários registrados no sistema eletrônico ou atestando a efetiva execução das atividades constantes dos relatórios semanais de atividades;

II - registrando e justificando os afastamentos autorizados, previstos no art. 9º;

III - convalidando os créditos de horas trabalhadas; e

IV - registrando e justificando as entradas tardias e saídas antecipadas autorizadas, previstas no art. 10.

§ 2º Caso o chefe imediato não ateste a presença do servidor nos horários registrados no sistema eletrônico ou a efetiva execução das atividades constantes dos relatórios semanais de atividades, oportunizado o contraditório e comprovado o fato, o servidor

terá descontado dos seus vencimentos o(s) dia(s) não trabalhado(s), e a(s) falta(s) injustificada(s) registrada(s) nos assentamentos funcionais do servidor, tendo repercussão no Sistema de Avaliação de Pessoal e na concessão de benefícios legais. § 3º O Relatório Mensal de Apuração da Frequência será entregue ao superior hierárquico até o quinto dia do mês subsequente e por este ao Diretor de Recursos Humanos até o sétimo dia do mesmo mês.

§ 4º O descumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior sujeita o responsável a sanções administrativas previstas nos incisos I a IV do art. 136 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, exceto os responsáveis previstos no inciso I do art. 8º.

§ 5º Constatada desconformidade de informações, os chefes imediatos responsáveis pelo Relatório Mensal de Apuração da Frequência ficam sujeitos a sanções administrativas previstas no art. 136, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, exceto os responsáveis previstos no inciso I do art. 8º.

Art. 4º A jornada de trabalho na Assembléia Legislativa será cumprida conforme o disposto no art. 30 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006.

Art. 5º Fica criado o banco de horas individual para os servidores, com exceção dos incluídos no parágrafo único do art. 1º, para registro de horas excedentes trabalhadas e compensação de eventual não cumprimento do horário de expediente.

§ 1º As horas trabalhadas que excederem o expediente diário serão creditadas à conta do servidor que poderá utilizá-las para compensações futuras.

§ 2º As horas referidas no parágrafo anterior só poderão ser trabalhadas com prévia autorização do chefe imediato, que deverá convalidá-las no Relatório de que trata o § 1º do art. 3º.

§ 3º As horas excedentes trabalhadas poderão ser usufruídas, com prévia autorização do chefe imediato, ou utilizadas para compensar o eventual não cumprimento da carga horária do expediente.

§ 4º As horas excedentes apuradas ao final de cada trimestre serão acumuladas devendo ser usufruídas até o trimestre imediatamente posterior.

§ 5º Para fins do disposto no parágrafo anterior o ano civil é dividido em quatro trimestres, iniciando o primeiro no mês de janeiro e o último no mês de outubro.

§ 6º No final de cada mês serão apuradas as horas de trabalho faltantes para:

I - desconto dos vencimentos no segundo mês subsequente, se não compensada no mês imediatamente posterior; e

II - anotação das faltas injustificadas nos assentamentos funcionais do servidor, com repercussão no Sistema de Avaliação de Pessoal e na concessão de benefícios legais.

§ 7º O servidor que faltar injustificadamente por mais de trinta dias consecutivos ou por sessenta dias intercaladamente, num período de doze meses, fica automaticamente excluído do banco e horas e sujeito às penalidades previstas no art. 136, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985.

§ 8º O banco de horas será disponibilizado na *intranet* da Alesc para consulta individual do servidor, por meio de senha funcional pessoal e intransferível.

Art. 6º Os servidores incluídos no banco de horas poderão trabalhar horas diárias excedentes, observando o seguinte:

I - prévia autorização do chefe imediato;

II - descanso mínimo de uma hora; e

III - limite de trinta horas mensais.

Art. 7º Para efeitos deste Ato são chefes imediatos:

I - o Presidente e os Deputados;

II - o servidor responsável pelo Gabinete Parlamentar, de Membro da Mesa e Liderança designado pelo Deputado;

III - os ocupantes dos cargos de provimento em comissão de Chefe de Gabinete da Presidência, Diretor-Geral, Procurador-Geral, Procurador-Geral Adjunto, Diretor, Coordenador, Secretário-Geral e Secretário Executivo de Relações Institucionais; e

IV - os servidores designados para exercerem a função de confiança de Chefe da Consultoria Legislativa, de Gerente e de Chefe da Secretaria de Comissão Permanente.

Parágrafo único. A designação de que trata o inciso II, de até dois servidores por Gabinete, será feita pelo Deputado e oficializada por meio de Portaria da Administração.

Art. 8º Para efeitos deste Ato os afastamentos autorizados dar-se-ão por motivo de:

I - viagem a trabalho;

II - viagem para participar de curso ou evento com o objetivo de aperfeiçoamento profissional;

III - doença do servidor ou de pessoa da família, até três dias por mês;

IV - casamento, falecimento de cônjuge, companheiro, ou parentes até o segundo grau, por até oito dias consecutivos;

V - nascimento de filho, por até oito dias consecutivos, e, se servidor efetivo, por até 15 dias consecutivos;

VI - adoção ou consecução de guarda para fins de adoção de criança de até seis anos incompletos, por até oito dias consecutivos;

VII - participação em curso ou evento com o objetivo de aperfeiçoamento profissional fora dos edifícios da Assembleia Legislativa, em horário coincidente com o do expediente;

VIII - participação como palestrante em eventos organizados pela Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira ou como convidado de outra instituição de ensino, entidade ou Órgão Público, fora dos edifícios da Assembleia Legislativa, em horário coincidente com o do expediente;

IX - realização de provas e exames escolares e vestibular, coincidente com o horário de expediente;

X - doação de sangue na forma estabelecida no art. 7º da Lei nº 7.757, de 10 de outubro de 1989;

XI - enquadramento na hipótese prevista na Resolução nº 700, de 19 de maio de 1987; ou

XII - convocação para compor quadro de jurados pela Justiça Estadual e Federal e quando participar de atividades preparatórias às eleições na condição de convocado pela Justiça Eleitoral.

Art. 9º. Para efeitos deste Ato as entradas tardias e saídas antecipadas autorizadas dar-se-ão por motivo de:

I - trabalho externo;

II - doença do servidor ou de pessoa da família, por até três horas diárias, até o limite de seis horas por mês; e

III - viagem programada a trabalho ou para viagem programada a fim de participar de curso ou evento com o objetivo de aperfeiçoamento profissional.

Art. 10. O servidor em processo de transferência de setor ficará à disposição da Diretoria de Recursos Humanos que lotará compulsoriamente o servidor, em cumprimento ao disposto no art. 39, incisos XII e XIII, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006.

Art. 11. O servidor que deixar de registrar o período de descanso terá descontada uma hora do cômputo das horas trabalhadas no dia.

Art. 12. O controle de frequência a que estão submetidos os servidores ocupantes dos cargos de provimento em comissão de Secretário Parlamentar e Secretário Parlamentar da Presidência, somente poderão ser alterados pelo chefe imediato, no primeiro dia útil de cada mês, e apenas uma vez por semestre.

Art. 13. A Gerência de Controle de Frequência é o setor responsável pelo cumprimento do disposto neste Ato, devendo o seu titular reportar ao superior imediato toda e qualquer desconformidade identificada.

Art. 14. Ficam revogados o Ato da Mesa nº 893, de 30 de abril de 2003, e a Resolução nº 349, de 2 de julho de 1979.

Art. 15. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de dezembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 397, de 29 de novembro de 2011

Dispõe sobre as férias gerais dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º As férias gerais dos servidores do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa serão fruídas no mês de janeiro, a partir do primeiro dia útil, por 30 (trinta) dias consecutivos.

§ 1º Para fins de coincidência com o período estabelecido no caput, os servidores que integralizarem o período aquisitivo de férias até o mês de fevereiro, serão incluídos na escala de férias no mês de janeiro.

Art. 2º O pedido de sustação, transferência ou antecipação de férias, desde que tenha completado o período aquisitivo, fundamentado e motivado, será deferido por portaria do Diretor-Geral, que estabelecerá o mês de fruição.

§ 1º Quando o pedido tratar de antecipação de férias deverá ser realizado, no mínimo, vinte dias antes do mês em que se dará a fruição.

Art. 3º Aplicam-se os preceitos deste Ato de Mesa aos servidores à disposição da ALESC.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputada Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 398, de 29 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **WALMIR DE OLIVEIRA MATOS**, matrícula nº 2787, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de dezembro de 2011 (Gabinete do Deputado José Nei Alberton Ascari).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputada Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 399, de 29 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIA IVONETE LESSA**, matrícula nº 2794, do cargo de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-1, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputada Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 400, de 29 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,

NOMEAR CARLOS ROBERTO VARELA KILIAN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-4, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputada Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 401, de 29 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1877/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR a servidora **LARISSA GARCIA MARTINS**, matrícula nº 6867, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 10 de outubro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputada Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 402, de 29 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2087/2011,

RESOLVE: com fundamento nos termos da Emenda Constitucional nº 41 de 2003, art 2º, § 5º.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **SONIA REGINA DO AMARANTE ARRUDA**, matrícula n.º 1163, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, a contar de 15 de agosto de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputada Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 403, de 29 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2130/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, a servidora **MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ**, matrícula n.º 1894, no cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputada Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA

Às onze horas do dia vinte e seis de junho de dois mil e onze, reuniu-se a presente Comissão com a presença dos Deputados Neodi Saretta, presidente da CTMA, Altair Guidi, vice Presidente, Edson Andrino, Jorge Teixeira, Valmir Comin, e Dirceu Dresch, líder da bancada do PT. Convidados presentes: Agostinho Senem - Secretário Executivo da AMAVI, Valcy Mees da Rosa - Secretária da AMAVI, Mila Signori - assessora de imprensa da AMAVI, Valdemiro Avi - Prefeito de Laurentino, Rejane Varela - Gerente planejamento e educação ambiental da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Celso Vedana - secretário da FECAM, Helio Losch - vereador de Arbutã e o Secretário de Agricultura de Concórdia. O Presidente abre a reunião cumprimentando os presentes e passa a palavra ao deputado Jorge Teixeira, autor do requerimento que justifica o convite aos técnicos da AMAVI afirmando que o projeto é de interesse do Estado. Apresentação do "Projeto Tecnológico sobre demarcações das áreas de reserva legal" no âmbito da AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí. O Sr Senem apresenta o Projeto conhecido como RESERVA LEGAL. O projeto abrange 28 pequenos municípios e 41 mil pequenas propriedades rurais, com uma média de 15 hectares cada uma, cujos agricultores não tenham feito a reserva legal prevista pelo Código Ambiental Brasileiro. A AMAVI organizou o projeto diante da dificuldade dos agricultores em cumprir a legislação, formando corredores ecológicos na mata nativa. Os técnicos da AMAVI criaram a tecnologia, o governo alemão participou doando equipamentos, a FATMA homologou o projeto e o MMA forneceu as imagens de satélite e o município registra a demanda dos agricultores. Toda a tramitação é eletrônica, o agricultor recebe a homologação e pode averbar em cartório a sua reserva legal. O tempo necessário é de menos de uma hora. A medição é precisa com margem mínima de erro. Todo o processo é feito gratuitamente para os pequenos proprietários. O sistema tem controle de erros e fornece as coordenadas geográficas da propriedade. É um projeto sem precedentes no estado, transformando a inteligência em tecnologia digital. O projeto não se envolve em questões fundiárias, que devem ser resolvidas na justiça; Só demarca a reserva legal em áreas registradas. Deputado Altair Guidi sugere que o Presidente da CTMA apresente este programa ao governo do estado para que seja disponibilizado a todos os municípios e que o estado utilize para os licenciamentos ambientais. Deputado Jorge Teixeira afirma que é intenção difundir o projeto para conhecimento de todos e que assim se evite investimentos desnecessários e que é importante difundir a inteligência existente no nosso estado. Nada mais havendo a tratar, os Senhores Presidentes encerram a reunião, da qual eu Newton Ladislau Zomkowski, Chefe de secretária lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis em vinte e seis de junho de dois mil e onze.

Deputado Neodi Saretta
Presidente da CTMA

*** X X X ***

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE CTMA

Ao sexto dia do mês de julho de 2011, às 11 horas, realizou-se na Sala de Imprensa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) a 6ª Reunião da Comissão de Turismo e Meio Ambiente. O **senhor Presidente, Deputado Neodi Saretta**, deu início aos trabalhos registrando a presença do vice-presidente desta Comissão, Deputado Altair Guidi; do Deputado Gilmar Knaesel; da senhora Flávia Hila, diretora de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável (Dmuc); e do senhor Luis Antônio dos Santos Freitas, gerente de Planejamento Estratégico, ambos representando neste

ato a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS). Em seguida, o **senhor Presidente** leu a justificativa de ausência do Deputado Jorge Teixeira e da Deputada Dirce Aparecida Heiderscheidt; bem como a justificativa do senhor Paulinho Bornhausen, Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), que na impossibilidade de comparecer designou representantes. Após registrar e lamentar a ausência do Secretário - uma vez que a sua presença foi solicitada por esta Comissão, acatando a proposição do seu Vice-Presidente, Deputado Altair Guidi, marcada e desmarcada diversas vezes - o **senhor Presidente**, concedeu a palavra a representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), senhora Flávia Hila, diretora de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável (Dmuc), para prestar informações acerca da regulamentação da Lei nº 15.133 que instituiu a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais (Pepsa) no Estado de Santa Catarina. A **senhora Flávia Hila, diretora de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável (Dmuc)**, após os cumprimentos apresentou, com o auxílio *power-point*, o guia de orientação do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (Pepsa). Finda a apresentação, o **senhor Vice-Presidente, Deputado Altair Guidi**, lamentou a ausência do Secretário, de quem pessoalmente gostariam de receber esclarecimentos, tendo em vista a relevância do assunto. Prosseguiu, ressaltando que a Lei já tem 18 meses e ainda não foi regulamentada, bem como a necessidade de terem clareza do processo de implantação da referida lei. Sugeriu que a linha mestra do Programa fosse conduzida pelo Poder Público, mas com outras participações, evitando dessa forma a interferência de interesses políticos e eleitorais. Buscando responder a essa questão, a **senhora Flávia Hila (Dmuc)** disse que a própria Lei determina a constituição de um Comitê Gestor e de uma Comissão Técnica responsável pelo levantamento das áreas prioritárias. Reafirmou que o foco dessa lei é a preservação ambiental, destacando como ponto importante dessa política o fato de não estar pagando apenas para quem tem floresta em pé, mas também para quem quer recuperá-la. Retomando a palavra, o **senhor Vice-Presidente, Deputado Altair Guidi**, observou a não especificidade da Lei no que diz respeito aos corredores ecológicos serem implantados com vegetação nativa de Santa Catarina, e indagou se o decreto o faz. Obtendo a confirmação da senhora Flávia de que o decreto prevê essa questão. Prosseguindo, o **senhor Vice-Presidente**, teve considerações sobre o Programa Santa Catarina Rural - Microbacias/SC, apontando o como campo fértil para implantar esse Programa (Pepsa), e elencou prerrogativas como: já existir um conhecimento dessas áreas; constituir um trabalho direcionado principalmente à preservação dos mananciais; e por ser, via de regra, composto de pequenos agricultores familiares. E indagou, por fim, sobre a previsão para o início da implantação do Programa. A **senhora Flávia Hila** pontuou que está prevista a abertura do primeiro edital do Programa para o início de 2012, delimitando ser esse o tempo necessário para manter a qualidade de um grande projeto do Governo do Estado. Acrescentou que após o lançamento do edital o proprietário rural formalizará seu interesse, em seguida apresentará o projeto técnico para avaliação e, somente então, será firmado o contrato. O **senhor Vice-Presidente, Deputado Altair Guidi**, observou as impossibilidades financeiras de o agricultor envolver-se em despesas relacionadas a projetos, perspetivando alternativas para confeccioná-los. Ato contínuo, o **senhor Presidente, Deputado Neodi Saretta**, observou a importância de manter a qualidade dos projetos, porém enfatizou que o povo tem pressa, que a questão do pagamento por serviços ambientais já vem de um certo tempo, e que a exclusão no campo está grande. Frisou que a Lei nº 15.133 é de 19 de janeiro de 2010 e que o lançamento do edital está previsto para o início de 2012, portanto, passados dois anos. Disse que embora compreenda o volume de estudos necessários para assegurar a qualidade e o desenvolvimento do Programa, há urgência manifesta-se na drástica situação vivenciada pelo pequeno

agricultor. Em seguida recebeu da senhora Flávia Hila, representante da SDS, uma cópia da Minuta do Decreto, aproveitando a oportunidade para entregar a relação de perguntas elaboradas pelo Vice-Presidente, Deputado Altair Guidi, e para agradecer-lhe pela exposição feita. Ao contínuo, avaliou como concluído o objetivo da reunião, quer seja, ouvir informações da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina. Não havendo quórum regimental para deliberações, o **senhor Presidente, Deputado Neodi Saretta**, registrou: a Moção nº 006/2011, da Câmara Municipal de Campo Belo do Sul, manifestando apoio à aprovação do Código Ambiental Federal; a Moção nº 128/2011, da Câmara Municipal de Curitiba, solicitando que seja encaminhado ao Presidente desta Casa intervenção para liberação do licenciamento ambiental para instalação de crematório no Município de Curitiba; Moção de Repúdio nº 022/2011, da Câmara Municipal de Juquitiba, São Paulo, dirigida ao Ibama, repudiando a atuação do órgão no caso da duplicação da BR-116 na Serra do Cafezal; Ofício de autoria do Deputado Kennedy Nunes propondo uma audiência pública para debater a "Criação do Parque Monte Crista", no Município de Garuva/SC. Solicitou que a secretaria desta Comissão entre em contato com o Deputado Kennedy, propondo que esta audiência seja realizada nas dependências desta Casa Legislativa. Destacou que esta solicitação será deliberada na próxima reunião, assim como a Minuta apresentada pelo Deputado Altair Guidi. Nada mais havendo a tratar o **senhor Presidente** encerrou a reunião, a qual eu, Newton Ladislau Zomkowski, chefe de secretaria, lavei e que após lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente. Florianópolis, em seis de julho de dois mil e onze.

Deputado Neodi Saretta
Presidente da CTMA

*** X X X ***

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA

Às onze horas e quinze minutos do dia três de agosto de dois mil e onze, reuniu-se a presente Comissão com a presença dos Deputados Neodi Saretta, presidente, Altair Guidi, vice Presidente, Dirce Heidercheidt, Jorge Teixeira e Valmir Comin, foram apresentados os Requerimentos do Deputado Kennedy Nunes solicitando audiência pública para debater a criação do parque Monte Crista, no município de Garuva. Aprovado. Requerimento do Deputado Darci de Mattos solicitando audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura e Economia para debater "O licenciamento Ambiental para financiamento dos Pequenos Agricultores." Aprovado. Requerimento do Deputado Aldo Schneider e Renato Teixeira para uma missão aos países de França Itália e Alemanha, em conjunto com os prefeitos da AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí para conhecer o destino do lixo e a reciclagem nestes países. Aprovado e indicado o Deputado Jorge Teixeira em nome da Comissão. Também foram aprovados Ofício OF/0330.1/2011 que encaminha documentos para a manutenção do título de reconhecimento de Utilidade Pública da Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí, de Blumenau. Relator Altair Guidi expõe seu parecer. Aprovado. Ofício OF/0224.01/2011 encaminhando documentação para manutenção do título de reconhecimento de Utilidade Pública do Instituto Rã- Bugio, para Conservação da Biodiversidade, de Jaraguá do Sul. Relator Deputado Altair Guidi expõe seu parecer. Aprovado. E o Requerimento Deputado Altair Guidi para ouvir o Comitê da Bacia do Rio Tubarão e Complexo Lagunar, sobre a exploração de fosfato em Anitópolis, aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual eu Newton Ladislau Zomkowski, Chefe de secretaria lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis em três de agosto de dois mil e onze.

Deputado Neodi Saretta
Presidente da CTMA

*** X X X ***

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA

Às onze horas do dia dezesseis de agosto de dois mil e onze, reuniu-se a presente Comissão com a presença dos Deputados Neodi Saretta, presidente, Altair Guidi, vice Presidente, Dirce Heiderscheidt, Edison Andriano e Gilmar Knaesel. Foram apresentados os ofícios OF/0415.5/2011 - relatório que solicita a manutenção do título de utilidade pública ao IPADHC de Capivari de Baixo. Aprovado; OF/0213/2010 - relatório do Instituto de Desenvolvimento Ambiental de Balneário Camboriu - Aprovado, OF/0349.1/2010 - relatório de atividades do Instituto Catarinense de Conservação da fauna e Flora, de Balneário Camboriu. Aprovado. Foram aprovados os requerimentos de autoria do Deputado Neodi Saretta - Convite ao Senhor Secretário de Turismo, Cultura e Esporte, César Souza Júnior para expor as atividades de sua secretaria para o turismo catarinense. Aprovado. - Reunião externa da Comissão para debater as potencialidades turísticas do estado de Santa Catarina. Aprovado. Sugestão do deputado Gilmar Knaesel - O estado está dividido em 10 regiões turísticas. É conveniente contemplar as 10. Foi lido Ofício da Associação dos turismólogos de MG apresentando

sua profissão. Deputado Gilmar Knaesel registra que SC tem aproximadamente dez mil turismólogos graduados, mas sem ter a profissão reconhecida. O pleito tem apoio de todos os deputados presentes e o Presidente determina resposta positiva à associação. Ofício do deputado Altair Guidi - reencaminha para 2012 sua sugestão de Missão Técnica, com participação da EPAGRI para buscar na Itália subsídios à formulação de Políticas Públicas voltadas à produção de alimentos orgânicos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, eu, Newton Ladislau Zomkowski, Chefe de secretaria lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis em dezesseis de agosto de dois mil e onze.

Deputado Neodi Saretta
Presidente da CTMA

*** X X X ***

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA

Às onze horas do dia quatorze de setembro de dois mil e onze, reuniu-se a presente Comissão com a presença dos Deputados Neodi Saretta, Altair Guidi, Edison Andriano e Gilmar Knaesel. Justificaram a ausência a Deputada Dirce Heiderscheidt, Deputado Valmir Comin e Deputado Jorge Teixeira. Foi aprovada a ata da reunião anterior. Foram debatidos os seguintes assuntos: Correspondência do vereador Marcio de Souza, de Florianópolis, solicitando apoio para a obra de saneamento básico, na Beira Mar Sul. Aprovado apoio à reivindicação e envio de carta para a CASAN e resposta ao Vereador. Ofício 0527.1/2011 - documentação para título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Ambiental Adelina Clara Hess de Souza, de Blumenau. Relator: Deputado Gilmar Knaesel - Aprovado. Ofício 0532.9/2011 - manutenção do título de utilidade pública do Instituto NATURHANSA, de Ibirama. Relator: Deputado Jorge Teixeira. Aprovado. Ofício 0492.7/2011 - Balancete Contábil da Água, Natureza, Vida - ANAVI - de Santo Amaro da Imperatriz. Relator Edison Andriano. Aprovado. Ofício 0567.9/2011- Manutenção do título de utilidade pública ao Instituto Catarinense de Conservação da Fauna e da Flora, ICCO - de Balneário Camboriu. Relator deputada Dirce Heiderscheidt. Aprovado. Deputado Altair Guidi levanta a questão da fumaça das chaminés das olarias, no sul e em todo o Estado catarinense. Solicita convite a FATMA para vir a reunião para esclarecer como está sendo feita a fiscalização dos filtros das olarias. Deputado Neodi Saretta propõe e é aprovada Audiência Pública para verificar a ocupação do entorno do La.ço de Itá, dia 21 de outubro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, eu, Newton Ladislau Zomkowski, Chefe de secretaria lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis em dezesseis de agosto de dois mil e onze.

Deputado Neodi Saretta
Presidente da CTMA

*** X X X ***

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA

Às onze horas do dia cinco de outubro de dois mil e onze, reuniu-se a presente Comissão com a presença dos Deputados Neodi Saretta, Altair Guidi, Dirce Heiderscheidt, Edison Andriano, Gilmar Knaesel, Jorge Teixeira e Valmir Comin. Convidados: Integrantes da Federação Catarinense dos Convention & Visitors Bureaux - Presidente Cimélio Pereira, Vice Antonio José Benigni, e Ricardo Ziemath - Presidente do Conselho da Federação. Professor Eliseu Joner da UNOPAR - Universidade do Norte do Paraná e Professor Cleber Luiz de Souza. Aprovada a ata da reunião anterior. Foram debatidos os seguintes assuntos: Requerimento dos deputados da bancada do PT para a realização de quatro AUDIÊNCIAS PÚBLICAS a serem promovidas pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças e Tributação para debater: O PL./221.1/2011, que altera a Lei 7.721, de 1989, que dispõe sobre a distribuição do ICMS aos municípios - Cria o ICMS Ecológico, a serem realizadas em diferentes regiões. Aprovado por unanimidade. Of./0530.7/2011 - documentação para reconhecimento de utilidade pública do Instituto do Desenvolvimento e Integração Ambiental de Balneário Camboriu. Relator: Deputado Valmir Comin. Aprovado por unanimidade. PL./0316.7/2011 - Origem do deputado Neodi Saretta. Denomina a ilha fluvial, situada na Comunidade de Linha Laudelino, no município de Concórdia, como Ilha Segundo Franciscon. Relator deputado Jorge Teixeira. Aprovado por unanimidade. Of./0330.1/2011 - manutenção do reconhecimento de utilidade pública da Fundação Agência Água Verde do Vale do Itajaí, de Blumenau. Relator deputado Altair Guidi. Aprovado por unanimidade. Of./0594.1/2011 - Reconhecimento de utilidade pública da Associação Cultural, Social e Comunitária de Palmeira. Relator Deputado Edison Andriano. Aprovado por unanimidade. Deputado Neodi Saretta convida os deputados e demais pessoas presentes para audiência pública, dia 21 de outubro de 2011, na cidade de Itá sobre o tema: "Uso e ocupação do lago da usina de Itá para fins turísticos e lazer." Deputado Altair Guidi -

propõe encaminhar convite a FATMA para debater a questão das olarias de cerâmica vermelha que extraem argila sem critério e expõem fumaça preta poluindo o ambiente. Aprovado por unanimidade. Exposição do professor Eliseu Joner: Coordenador do projeto Produção de Etanol através da Agricultura Familiar. Expõe o projeto e convida para o Seminário a ser realizado em Joinville dias 22 a 25 de novembro sobre o assunto. Em Joinville foi criada uma Força Tarefa sobre o tema e feito levantamento das áreas degradadas que podem ser recuperadas para plantação de cana de açúcar. Deputado Jorge Teixeira propõe que o grupo entre em contato e convide o pessoal da AMAVI. Cimélio Marcos Pereira - Presidente da FC&VB - expõe sobre o trabalho para o fomento do turismo catarinense. O turismo promove e valoriza a imagem da cidade como destino de cultura, lazer e negócios. É uma atividade que precisa da parceria entre setores públicos e privados. Solicita apoio da Comissão para receber subvenção social de 240 mil reais para divulgação do trabalho. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, eu, Newton Ladislau Zomkowski, Chefe de secretária lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis em cinco de outubro de dois mil e onze.

Deputado Neodi Saretta
Presidente da CTMA

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 3047, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 047/2011.

Matr	Nome do Servidor	Função
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro
2543	Juçara Helena Rebelatto	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1877	Antônio Henrique C. Bulcão Viana	
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
1998	Bernadete Albani Leiria	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3048, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SUELLEN PATRICIA PANGRATZ, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3049, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CLESIO HENRIQUE FRANZOI**, matrícula nº 5612, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3050, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CLESIO HENRIQUE FRANZOI, matrícula nº 5612, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3051, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MABEL COELHO DOS SANTOS MARTINS**, matrícula nº 6694, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3052, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MABEL COELHO DOS SANTOS MARTINS, matrícula nº 6694, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3053, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **SOLANGE MARIA DOS SANTOS**, matrícula nº 9181, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3054, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SOLANGE MARIA DOS SANTOS, matrícula nº 9181, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3055, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR WANDO FURLAN CEOLIN, matrícula nº 6878, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3056, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ALMIR CIRICO**, matrícula nº 6770, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3057, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ALMIR CIRICO, matrícula nº 6770, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3058, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JERRY EDSON COMPER**, matrícula nº 6585, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3059, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JERRY EDSON COMPER, matrícula nº 6585, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3060, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **SERGIO LUIZ WEBER**, matrícula nº 6854, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3061, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SERGIO LUIZ WEBER, matrícula nº 6854, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3062, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ROMINTON BERTOLLO**, matrícula nº 5369, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3063, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ROMINTON BERTOLLO, matrícula nº 5369, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3064, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CHRISTIAN DOS REIS**, matrícula nº 6594, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3065, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CHRISTIAN DOS REIS, matrícula nº 6594, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3066, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **SANDRA REGINA MARTINS**, matrícula nº 6220, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3067, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **NELSON JOSE DA SILVA**, matrícula nº 6508, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3068, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARISTELA DAS GRAÇAS BRANDÃO VIEIRA**, matrícula nº 6808, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3069, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GIOVANA APARECIDA ROSA COSTA, matrícula nº 6660, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3070, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RUI BRUECKHEIMER PINHEIRO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3071, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **DANIELA CRISTINA PEREIRA**, matrícula nº 4470, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3072, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DANIELA CRISTINA PEREIRA, matrícula nº 4470, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3073, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JOSÉ JAIR DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-21, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3074, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DANIELA TAVARES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-03, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3075, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ELCIO VICENTIN, matrícula nº 6260, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Manoel Mota).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3076, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em

conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA IVONETE LESSA, matrícula nº 2794, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-71, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (DL - Colegiado de Bancadas).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3077, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ROSELI EUCLIDES COSTA BISONI**, matrícula nº 5242, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3078, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MYRELLE GUEDES DA FONSECA NEVES MACHADO**, matrícula nº 5589, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3079, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **OSWALDO CIDRAL**, matrícula nº 6277, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-04, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3080, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR OSWALDO CIDRAL, matrícula nº 6277, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3081, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANDREZA CRISTINA MARTINS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jose Milton Scheffer).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3082, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **CARLA COLONIESE**, matrícula nº 6818, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3083, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CARLA COLONIESE, matrícula nº 6818, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3084, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **JULIANA WILKE**, matrícula nº 6827, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3085, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JULIANA WILKE, matrícula nº 6827, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3086, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **SCHIRLEI DE AZEVEDO DO AMARAL RIBEIRO**, matrícula nº 6957, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-41, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3087, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SCHIRLEI DE AZEVEDO DO AMARAL RIBEIRO, matrícula nº 6957, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-48, do Quadro do

Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3088, de 29 de novembro do 2011.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Jeronimo Lopes	2492	3%	21%	20/09/11	1899/2011
Claudomiro Salvato	3199	3%	03%	25/09/11	1900/2011
Aline Bussolo	3403	3%	12%	01/10/11	1901/2011
Ronaldo Rogerio Wan-Dall	4419	3%	03%	02/10/11	1902/2011
Luciane Aparecida de Souza Garcez	5873	3%	03%	01/10/11	1904/2011
Valmir Rosa Correia	3733	3%	03%	18/10/11	1936/2011
Julio Cesar Cancellier de Olivo	2591	3%	12%	20/10/11	2013/2011
Cassio Giovanni Turra	4729	3%	06%	17/10/11	2014/2011
Cassandro Baptista Candido	3950	3%	09%	24/10/11	2062/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3089, de 29 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1010	Fabio Matias Polli	07/09/06	06/09/11	1485/2011
1490	Alvaro Selva Gentil Filho	20/09/06	19/09/11	1836/2011
1257	Zulmar Hermogenes Saibro	04/10/06	03/10/11	1927/2011
0730	Cleia Maria Braganholo	17/10/06	16/10/11	2012/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 034/2011

Cria Promotorias de Justiça, cargos de Promotor de Justiça e cargos de Assistente de Promotoria de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam criadas na estrutura de primeiro grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina 2 (duas) Promotorias de Justiça de entrância especial, 4 (quatro) Promotorias de Justiça de entrância final e 2 (duas) de entrância inicial, nos termos seguintes:

I - entrância especial

a) 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Camboriú; e

b) 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Camboriú;

II - entrância final

a) 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque;

b) 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque;

c) 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Sul; e

d) 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Sul;

III - entrância inicial

a) 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maravilha; e

b) 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xaxim.

Parágrafo único. As atuais Promotorias de Justiça das Comarcas de Maravilha e de Xaxim passam a denominar-se, respectivamente, 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maravilha e 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xaxim.

Art. 2º Ficam criados, em decorrência desta Lei Complementar, 2 (dois) cargos de Promotor de Justiça de entrância especial, 4 (quatro) cargos de Promotor de Justiça de entrância final e 2 (dois) cargos de Promotor de Justiça de entrância inicial.

Parágrafo único. Os cargos de Promotor de Justiça criados por este artigo serão lotados nas Promotorias de Justiça criadas no art. 1º e terão nomenclatura ordinal a elas correspondente.

Art. 3º Ficam criados na estrutura organizacional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com lotação vinculada às novas Promotorias de Justiça, 8 (oito) cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, com a classificação, os requisitos e as vedações previstos no art. 1º da Lei Complementar nº 276, de 27 de dezembro de 2004.

Art. 4º As instalações das Promotorias de Justiça e o provimento dos cargos criados por esta Lei Complementar, cuja iniciativa fica reservada, em caráter exclusivo, ao Procurador-Geral de Justiça, dependerão da existência de suporte orçamentário e financeiro para atender aos respectivos custos de instalação e manutenção.

Art. 5º As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 039/2011

Cria Promotorias de Justiça, cargos de Promotor de Justiça e cargos de Assistente de Promotoria de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam criadas na estrutura de primeiro grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina 2 (duas) Promotorias de Justiça de entrância especial e 1 (uma) Promotoria de Justiça de entrância final, nos termos seguintes:

I - entrância especial

a) 13ª Promotoria de Justiça da Comarca de São José; e

b) 14ª Promotoria de Justiça da Comarca de São José;

II - entrância final

a) 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camboriú.

Art. 2º Ficam criados, em decorrência desta Lei Complementar, 2 (dois) cargos de Promotor de Justiça de entrância especial e 1 (um) cargo de Promotor de Justiça de entrância final.

Parágrafo único. Os cargos de Promotor de Justiça criados por este artigo serão lotados nas Promotorias de Justiça criadas no art. 1º e terão nomenclatura ordinal a elas correspondente.

Art. 3º Ficam criados na estrutura organizacional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com lotação vinculada às novas Promotorias de Justiça, 3 (três) cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, com a classificação, os requisitos e as vedações previstos no art. 1º da Lei Complementar nº 276, de 27 de dezembro de 2004.

Art. 4º A instalação das Promotorias de Justiça e o provimento dos cargos criados por esta Lei Complementar, cuja iniciativa fica reservada, em caráter exclusivo, ao Procurador-Geral de Justiça, dependerão da existência de suporte orçamentário e financeiro para atender aos respectivos custos de instalação e manutenção.

Art. 5º As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***